

Convenção Ecológica



A resposta às questões ambientais passa pela defesa e preservação da natureza, pelo desenvolvimento sustentável e pelo bem-estar

das populações - diz Manuela Cunha, de «Os Verdes»

Pág. 18

Trás-os-Montes e Alto Douro

O homem e a mulher que nascem e vivem junto do Douro são diferentes dos da terra fria de Bragança, ou dos de Chaves. Mas, nesta diversidade, sempre encontramos o apelo à unidade.

■ Modesto Navarro Pág. 20

INTERNACIONAL

Eleições na Rússia

Os eleitores russos foram às urnas na segunda volta das presidenciais sob fortes suspeitas sobre o estado de saúde de Ieltsin e com o general Lebed a preparar-se para lhe suceder

Pág. 13

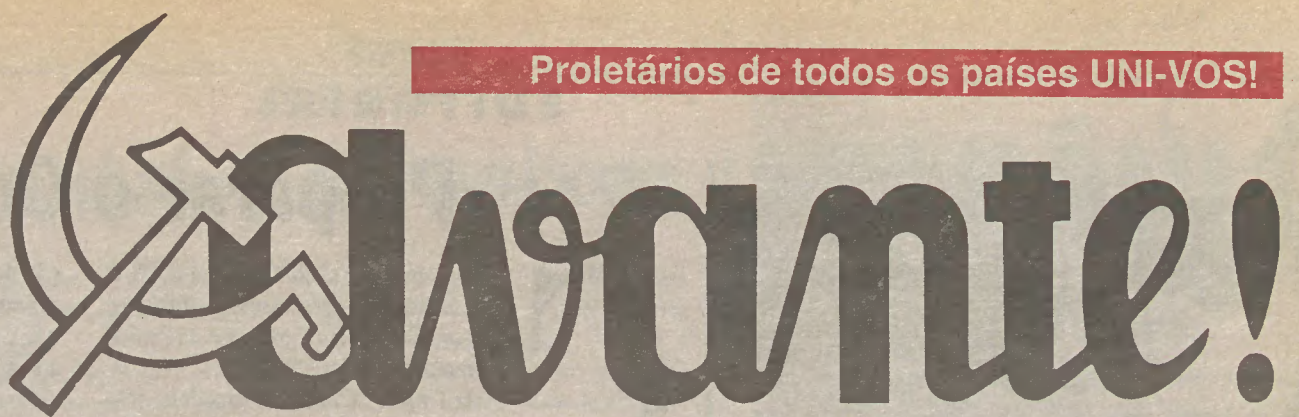
PCP



Drama nas Pescas

A redução das quotas da sardinha pretendida pela União Europeia levará à perda de uma centena de postos de trabalho em Setúbal

Pág. 8



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Julho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1179 • Director: Carlos Brito

Derrapagem social

Alerta Comité Central do PCP

O CC do PCP apela a todos os democratas, designadamente aos que votaram PS nas últimas eleições legislativas, para que não permitam que os seus votos sejam invocados para continuar uma política que condenaram nas urnas.

O CC do PCP aprovou ainda uma Resolução sobre a preparação do XV Congresso e o Regulamento para eleição dos respectivos delegados

Suplemento e Pág. 5



Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura

Um olhar de classe sobre os campos



Um Encontro em que a palavra crise atravessou todos os discursos. Mas que reflectiu também a determinação em lutar para que outra realidade, mais conforme aos interesses dos *pequenos*, seja possível. Os números apresentados são particularmente claros. Desde 1986 até 1995, a taxa de cobertura da balança agro-alimentar baixou de 51% para 35%.

Págs. 14, 15 e 16

Festa
Avante!
20
anos
1976/1996

Espectáculos
Exposições
O desporto
As novidades

Suplemento especial no próximo número



Carlos Carvalho no Encontro do PCP sobre a Agricultura Portuguesa

RESUMO

26 Quarta-feira

O Observatório Europeu das Drogas e Toxicoddependência divulga que Portugal é o país da UE com níveis mais baixos de consumo de drogas entre a população escolar, mas é o terceiro com a mais alta taxa de incidência de Sida entre os toxicómanos ■ O Ministério da Saúde cria a Agência de Acompanhamento dos Serviços de Saúde que passará a participar na gestão dos hospitais e outras unidades ■ O Ministro da Justiça, Vera Jardim, anuncia um plano para melhorar o sistema prisional ■ Regista-se um atentado terrorista contra uma base militar americana, na Arábia Saudita ■ Um atentado, reivindicado por Fatah-Intifada e Abu Mussa, vítima três soldados israelitas, perto da fronteira com a Jordânia ■ Realizam-se num ambiente tranquilo as eleições autárquicas no KwaZulu-Natal.

27 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP visita a Feira de Actividades Económicas do concelho de Loures ■ O «Totonegocio» é chumbado na Assembleia da República, com os votos contra do PCP ■ O Governo aprova o quadro global de regularização das dívidas ao fisco e à Segurança Social ■ Depois de, na oitava ronda de contactos entre Portugal e a Indonésia sobre Timor-Leste, Jacarta rejeitar a proposta de Lisboa, a resistência timorense apela ao Governo português para viabilizar uma votação sobre Timor na Assembleia Geral da ONU ■ A Austrália responsabiliza a Indonésia pela morte de cinco jornalistas, em 1975, perto de Balibó.

28 Sexta-feira

O Comité Central do PCP reúne-se em plenário, analisando a actualidade portuguesa e preparando o XV Congresso ■ Os sete países mais industrializados do mundo reúnem-se em Lyon, em França, onde aprovam um pacote de 40 medidas contra a droga e o crime organizado ■ Inicia-se o VIII Congresso do Partido Comunista do Vietnam ■ Os islamitas turcos chegam ao poder através de um acordo de coligação com Tansu Çiller ■ Termina, em Genebra, as negociações do tratado de proibição total de ensaios nucleares, sem que dela saiam quaisquer resultados.

29 Sábado

Termina a visita a Portugal de uma delegação da Comissão de

Pescas do Parlamento Europeu ■ Realizam-se, na Islândia, as eleições presidenciais ■ Mostar realiza as primeiras eleições do pós-guerra na Bósnia-Herzegovina.

30 Domingo

Carlos Carvalho participa no Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura Portuguesa, em Lisboa ■ Os laticínios e os serviços de restauração sofrem uma redução do IVA de 15 para 12 por cento, sem que os preços para os consumidores baixem ■ Radovan Karadzic abandona a liderança da República Srpska ■ Realizam-se as primeiras eleições autárquicas de Buenos Aires ■ A Alemanha vence o Euro-96.

1 Segunda-feira

Os alunos do Ensino Secundário do distrito do Porto exigem a suspensão da segunda chamada dos exames nacionais, caso se verifiquem erros ■ O Rendimento Mínimo arranca em 16 freguesias do Continente e Ilhas ■ Iniciam-se os seis meses da presidência irlandesa da União Europeia ■ Na Rússia, correm boatos sobre o estado de saúde de Boris Ieltsin ■ A ETA recusa-se a prolongar o cessar-fogo de uma semana ■ Na Grécia, Costas Simitis é eleito líder do PASOK ■ Um atentado na Córsega provoca oito feridos ■ Leonel Fernandez, candidato de centro-direita, vence as eleições presidenciais na República Dominicana.

2 Terça-feira

PP desafia clubes de futebol a tornarem públicas as suas contas ■ Secretário de Estado do Tesouro defende que a introdução do sistema de capitalização na Segurança Social «deve abranger já e de forma obrigatória todos os beneficiários» ■ Comerciantes do Chiado decretam uma semana de luto e de protesto pelo «arrastar das obras» do metropolitano que se está a traduzir por graves prejuízos materiais ■ E decidida a privatização do BCA, tendo o Banif ganho a «corrida» com uma oferta de 8,2 milhões de contos ■ O queijo de cabra e o cabrito transmontanos, e as carnes barrosã, maronesa e mirandesa passam a integrar a lista de produtos agrícolas e alimentares susceptíveis de protecção no território da União Europeia ■ Eleições presidenciais russas arrancam na Tchetchénia em clima calmo ■ Nasa lança para o espaço um satélite que vai «estudar» e fazer o «mapa» da camada de ozono da Terra.

EDITORIAL

Preparar o Congresso

Com a reunião do Comité Central do PCP, do passado fim-de-semana, os trabalhos preparatórios do XV Congresso do Partido entraram numa nova fase.

O Comité Central procedeu, com efeito, à aprovação de orientações da maior importância para a preparação do próximo Congresso, tanto a nível da actividade da Direcção Central e das

Direcções Regionais, como da participação das organizações partidárias de base e de todos os militantes.

Destacam-se entre essas orientações, de acordo com a Resolução que publicamos integralmente na presente edição do «Avante!», as relativas a: questões fundamentais a debater; estrutura da Direcção Central; Regulamento da fase preparatória; calendarização desta fase; papel da imprensa partidária; e critérios para os convidados.

Em relação às questões fundamentais a debater, onde estão presentes os grandes problemas do mundo contemporâneo, os problemas do nosso país, a situação do povo e a necessidade de reforçar o PCP como condição básica de uma verdadeira resposta aos problemas nacionais, a Resolução, salientando que não têm um carácter exaustivo, elencou-as em quatro grandes áreas: a evolução no mundo; a evolução económica, social, política e cultural do País; a luta social e a intervenção política; o Partido.

Os itens aprovados têm em conta alguns pontos fundamentais de referência estabelecidos pelo Comité Central, em Fevereiro, o aprofundamento e o debate realizado na direcção do Partido, as conclusões e aquisições de várias grandes iniciativas sectoriais que o Partido tem estado a realizar e o resultado das reuniões nas Direcções Regionais.

São estes itens que constituem a base para a elaboração do documento político (Projecto de Teses) que o Comité Central colocará em debate e apreciação das organizações partidárias e de todos os militantes, a partir de princípios de Outubro, segundo o que ficou agora programado.

Reveste igualmente grande importância para os trabalhos preparatórios a aprovação, desde já, dos critérios para a elaboração da proposta do novo Comité Central, que o actual apresentará ao XV Congresso.

Por exigências estatutárias e por prática partidária de há muito estabelecida, a elaboração desta proposta implica uma ampla auscultação e um profundo envolvimento das organizações, que exigem tempo para serem realizadas satisfatoriamente.

Ajuda ao bom cumprimento desta tarefa a divulgação, agora feita, da orientação aprovada em relação à manutenção das competências e do número de membros do Comité Central «o qual não deve aumentar» e dos critérios estabelecidos tendo em vista, entre outros, «assegurar a participação de quadros do Partido, funcionários e não funcionários, responsáveis por grandes sectores de actividade partidária ou com intervenção destacada em importantes áreas da vida social e nacional e diversidade de conhecimentos e experiências».

Todas as questões de prazos e calendarização adquiriram especial relevância, num plano de actividades partidárias que, ainda antes da fase mais intensa da prepara-

ção do Congresso, compreende todas as tarefas que se prendem com a realização do grandioso acontecimento que é a Festa do «Avante!», que tem, para mais, este ano a sua 20ª edição e, ainda por cima, no ano do 75º aniversário do Partido.

Merece igualmente ser salientado (e por nós muito naturalmente) o papel atribuído pelo Comité Central à imprensa partidária («Avante!» e «O Militante») na preparação do XV Congresso, nomeadamente, «na divulgação e dinamização do debate preparatório» e em especial a abertura nas páginas do «Avante!» de «um espaço próprio para a intervenção dos militantes».

O XV Congresso será o que o grande colectivo partidário dele fizer. Por isso, tem perfeito sentido que o Comité Central apele «a todas as organizações e militantes para uma participação empenhada nos trabalhos preparatórios do XV Congresso, para que este se traduza num novo impulso de intervenção partidária, no reforço do Partido e na afirmação dos ideais do socialismo e do comunismo, um projecto com futuro».

O Comité Central procedeu, com efeito, à aprovação de orientações da maior importância para a preparação do próximo Congresso, tanto a nível da actividade da Direcção Central e das Direcções Regionais, como da participação das organizações partidárias de base e de todos os militantes.

O Comité Central analisou também a actual situação política do país e emitiu um juízo extremamente severo sobre a política do Governo PS.

Na Resolução aprovada, destacam-se, entre outras, as seguintes «expressões concretas» da política governamental: agravamento da situação económica; derrapagem

social; deterioração do quadro laboral; prosseguimento e aceleração do processo de privatização com efeitos altamente prejudiciais para o País; continuação de uma política de integração europeia amarrada aos comandos das principais potências e do grande capital transnacional; sérias ameaças ao sistema público de segurança social; multiplicação de dificuldades na área educativa.

Entre as características marcantes da situação, apontadas pelo Comité Central, queremos aqui salientar duas, especialmente esclarecedoras:

- A primeira, «a irrecusável evidência de que o PS prossegue no Governo os eixos essenciais da política antes desenvolvida pelos Governos do PSD»;

- A segunda, «o papel insubstituível desempenhado pelo PCP como oposição de esquerda ao Governo PS e à sua política (e igualmente à política que é comum ao PS, ao PSD e ao PP) e a sua intensa intervenção na dinamização da resistência à política do Governo, os seus esforços na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e de outras camadas sociais, a sua vasta e valiosa acção de apresentação de propostas construtivas para uma nova política».

Logo no dia seguinte à reunião do Comité Central, no Domingo, realizou-se outra grande iniciativa do PCP - o Encontro Nacional sobre a agricultura portuguesa.

Ao abrir o Encontro, Agostinho Lopes, explicou que o PCP navega neste mar «orientado por dois faróis»: - «Um olhar de classe sobre os campos portugueses, os nossos interesses são os dos assalariados agrícolas e os dos pequenos e médios agricultores; um olhar dos interesses nacionais, apontando para a objectiva necessidade da segurança alimentar e de um território equilibrado no seu ordenamento humano, económico e ambiental.»

É também assim que os comunistas portugueses preparam o seu Congresso, na agricultura como nas outras áreas essenciais da vida do nosso povo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 6272

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)		EUROPA
50 números: 6 750\$00;		50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50		
ESPAÑA		EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00		50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00		
* IVA e portes incluídos		
Nome _____		
Morada _____ Telef. _____		
Código Postal _____		
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.		

ACTUAL

António, o Pontal e os peixes

PS e PSD são partidos cuja actividade se resume, no essencial, aos períodos eleitorais e congressuais. Falo, naturalmente, da actividade partidária, da actividade para a qual se faz apelo à intervenção dos militantes.

Nas campanhas eleitorais as direcções destes dois partidos utilizam os seus militantes no vale tudo da caça ao voto que caracteriza essa campanha. Não se lhes pede uma opinião sobre a campanha, sobre o programa eleitoral, sobre nada, pede-se-lhes que preencham espaço nos comícios, que agitem bandeiras, aplaudam, gritem e exibam entusiasmo. Depois lá estará a prestimosa comunicação social para cumprir a tarefa de fazer chegar essas imagens a todos os cantos e recantos do país.

Nos congressos, os militantes servem para votar nos líderes e nas moções de estratégia produzidas num fim-de-semana em suite de hotel de 5 estrelas. Não se lhes pedem nem se lhes admite que dêem qualquer contributo para o conteúdo da moção. Não se lhes pede sequer que a leiam. Mas pede-se-lhes que votem e que, com esse acto, confirmem ao espectáculo congressual a necessária imagem de democraticidade. Depois lá estarão o líder eleito e os seus homens de mão para

fazerem o que muito bem entenderem, inclusive fechar em hermética gaveta a referida moção de estratégia.

Nos intervalos destas exuberantes manifestações de prática democrática - e após as distribuições dos jobs possíveis aos boys mais fiéis (que nunca provêm da massa de militantes que deu o litro) - a maioria dos militantes retoma a sua militância tradicional: regressa a casa e, sentada, assiste nas têvês às prestações dos seus líderes.

Deste conceito de intervenção político-partidária, desta forma peculiar de tratar os militantes partidários, decorre o tratamento dado por esses partidos aos eleitores em geral: do mesmo modo que os militantes são tratados como objectos, como utensílios de reserva para manipulação sempre que a necessidade de exibição de democraticidade o exija, também os eleitores, depois de lhes ter sido caçado o voto a troco de fartas promessas, são mandados para casa onde, sentados, esperarão infrutiferamente o cumprimento das promessas que motivaram o seu voto.

Tudo isto serve de intróito à referência a uma profunda alteração no calendário da militância, introduzida de há uns anos a esta parte pelo PSD e pelo PS. Tudo começou no

Pontal: aproveitando o período de férias, as cálidas noites do Algarve e, possivelmente, as raízes algarvias do seu líder de então, o PSD decidiu oferecer aos seus militantes uma guloseima: a possibilidade de, em pleno Verão, aplaudirem o chefe bem amado, cujo aproveitava a oportunidade para, no meio de um prolixo discurso, desvendar um segredo até aí só dele conhecido.

O êxito do Pontal obrigou o PS a copiar a cavacal iniciativa. Na altura Cavaco estava no Poder e Guterres na, digamos assim, oposição. Por isso a resposta de Guterres ao Pontal foi... a Pontinha.

Agora outro galo canta. E eis Guterres fazendo-se anunciar para o Pontal. Não para repetir o «braço de ferro do ano passado» porque «a competição deve ser ao nível das ideias e das propostas e não dos números. Queremos ganhar pela mensagem e pela alegria e não pela simples aritmética da contagem de cabeças». Assim está anunciado o torneio. E se assim for é de crer que a surpresa do PS seja a de um comício sem outros assistentes que não sejam os peixes aos quais, António, do Pontal, dirigirá o seu sermão.

■ José Casanova

Os verdadeiros escândalos

O Ministério das Finanças reagiu, neste caso, rápida e energicamente: fôra tornado público que, em lugar cimeiro nas dívidas ao fisco, se encontram digníssimas empresas da Banca privada como o Banco Totta e Açores, o Banco Português do Atlântico, o Banco Espírito Santo, o Banco Comercial Português (além do Banco Nacional Ultramarino), os CTT/TLP e grandes empresas capitalistas como a Soares da Costa. Numa lista de 83 contribuintes com 121 milhões de contos em dívida, essas 8 empresas somam à sua conta, segundo os números vindos a público, cerca de 20 milhões de contos.

“Escândalo!” - disse o Ministério. “Vão ser tomadas medidas para punir os responsáveis.”

Os responsáveis pelas dívidas? Não. Pela sua divulgação: “é violação do segredo fiscal” - afirma o Ministério.

Aplica-se no caso a velha (i)moralidade de que “o mal é saber-se.” Mas as notícias e indicadores (escandalosos) de que muita coisa vai mal na economia portuguesa crescem como cogumelos, indiciando as derrapagens derivadas da continuação de uma política de direita obsequiosamente submissa aos interesses do grande capital.

Por exemplo: A última síntese de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística indica que até ao final de Maio a produção da indústria caiu em mais 2% e o índice de produção na indústria transformadora desceu em relação com o ano passado cerca de 5% (Semário Económico 14/6). Em face desses indicadores, percebemos melhor porque é que as importações (registando a invasão do mercado português por produtos estrangeiros) tiveram nos primeiros meses deste ano um

acréscimo de 4% - enquanto as exportações encolheram mais 2%.

Quem se admirará que, nestas condições, o desemprego continue a crescer? O Eurostat (organismo estatístico da União Europeia), no quadro dos 18,2 milhões de desempregados que a UE actualmente criou, dá a Portugal o lugar de honra para o acréscimo em Abril, registando que chegámos ao meio milhão (DN - 14/6). Por “falta de qualificação profissional”, como se afirma nos círculos patronais e governamentais? Como explicar então os mais de 20 mil desempregados com formação média e superior, segundo números divulgados na semana passada (DN - 24/6), referentes ao 1º trimestre de 1996? E que dizer quanto aos planos de redução de pessoal que por aí estão em gestão, como é o caso da Telecom (36 milhões de contos de lucros em 95) que, até fins de 1997, pretende ter menos 1 600 trabalhadores, de acordo com o programa aprovado em Decreto-Lei do Governo (Diário económico - 4/6)?

Só o regresso da censura poderia silenciar todos estes números e factos. Mas o grande escândalo não está neles, está no que revelam. Ou seja - Que este Governo PS, metódica e diligentemente, está a aplicar a mesma, rigorosamente a mesma, política económica e financeira que os Governos PSD/Cavaco aplicaram. Obviamente com os mesmos efeitos: a ruína da economia nacional e a degradação da situação social, sob a batuta do grande capital e das ordens da UE.

Ao arpejo das promessas eleitorais e das esperanças que o PS espalhou para ganhar votos. O que configura uma fraude política - e é, realmente, escandaloso.

■ Aurélio Santos

Grilo - o privatizador

A subida hoje ao plenário da Assembleia da República da votação na generalidade da proposta do Governo da lei-quadro da educação pré-escolar em simultâneo com a proposta do PCP sobre o desenvolvimento da rede pública do pré-escolar constitui matéria para a qual importa chamar vivamente a atenção da opinião pública.

Sendo certamente desnecessário vincar o enorme impacto da educação pré-escolar na vida ulterior das crianças e o extraordinário atraso acumulado em Portugal neste domínio, o problema fica assim centrado no modo e nas condições de concretização da rápida expansão da educação pré-escolar entre nós.

É aqui que a proposta do governo do PS, na linha da mais chocante continuidade da anterior política de Manuela Ferreira Leite, entra por caminhos absolutamente inaceitáveis.

Tendo correctamente assumido a educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica e a sua ligação ao 1º ciclo, como se compreende que o Ministério da Educação - contrariando o comando constitucional que incumbe ao Estado “criar um sistema público de educação pré-escolar” - queira entregar à exploração privada, ainda por cima financiada pelo Estado e suportada também pelas famílias, o fundamental da expansão deste sector educativo?

A integração na “rede pública” de educação pré-escolar de entidades privadas às quais é atribuída (e financiada) a “concessão de serviço público”, constitui a aplicação de um grotesco princípio privatizador cuja generalização, no limite, representaria a própria liquidação da educação pública em Portugal.

No mesmo sentido se insere o previsto financiamento público das restantes instituições privadas que intervêm na área pré-escolar, mesmo que subordinadas a objectivos de natureza particular, de índole cívica ou confessional.

As recentes declarações de Marçal Grilo enfatizando o que se está a fazer para combater

uma ideia de parte da “população portuguesa”, “de que o ensino privado é supletivo como o dizia a Constituição de 1976” e adiantando que acabar com essa mentalidade significa percorrer um “caminho longo” que requer “uma cumplicidade benévola entre o Governo e as instituições”, são evidentemente muito esclarecedoras.

O facto da Constituição de 1976 se manter inalterada na parte do direito à educação e da política educativa, e do Ministro da Educação lhe dever óbvio respeito e cumprimento, terão escapado ao prof. Marçal Grilo? Ou será que o ministro terá optado por colocar-se fora da lei?

■ Edgar Correia

ALBÂNIA
O silêncio

Passou mais de um mês desde a fraude eleitoral na Albânia. A (já de si pouca) atenção que a comunicação social dedicou a essa grosseira chapelada foi rapidamente esquecida. Apesar das palavras de condenação internacional, a “comunidade internacional” vai impor o facto consumado. Porque assim convém ao Império. Afinal, os autores da burla eleitoral foram os “democratas” a seu soldo e mando.

Como resultado do isolamento e de opções políticas, a Albânia, que já era o mais pobre e atrasado país da Europa antes do regime socialista, foi incapaz de romper com essa triste herança. Mas por grande que fosse o atraso e a pobreza na Albânia, o que se tem vindo a passar no país após a derrocada do socialismo tem sido uma destruição total das estruturas económicas produtivas. A principal actividade económica hoje na Albânia é o crime. Mas o poder ditatorial do Presidente Sali Berisha conta, como não podia deixar de ser, com o respaldo dos Estados Unidos, interessados em implantar-se nos Balcãs.

A campanha para as eleições de 26 de Maio decorreu sob o signo da violência e da intimidação. Ao controlo total da comunicação social, às perseguições contra os dirigentes e apoiantes do Partido Socialista, herdeiro do antigo Partido do Trabalho, juntaram-se os actos de violência (com a protecção da polícia) contra os comícios eleitorais. Como nos conta o insuspeito *Financial Times* de 25.5.96. Verificaram-se atentados bombistas imediatamente imputados “aos comunistas” (como na Rússia, antes da 1ª volta das presidenciais). E, a poucos dias do acto eleitoral, foram condenados à morte após um julgamento-farsa, dirigentes do antigo Partido do Trabalho. Importa relembrar que o Secretário-Geral do Partido Socialista se encontra preso desde há vários meses. Mas a chapelada prosseguiu durante o próprio acto eleitoral. O poder excluiu os representantes da oposição das mesas de voto e procedeu a cozinhar uma “vitória eleitoral retumbante” para os serventuários do Império. Todos os partidos da oposição (e não apenas o Partido Socialista) decidiram então retirar-se das eleições e denunciar o seu carácter fraudulento. As manifestações de protesto contra a chapelada foram reprimidas com violentas cargas policiais.

Os EUA aprestavam-se a dar de imediato o seu *amen* a estas “eleições”. Mas a natureza “pouco profissional” da chapelada dificultou o caso. Ainda foi tentado o silêncio. Como informa o *Financial Times* de 29.5.96: “Embaixadores ocidentais decidiram ontem adiar a publicação dum relatório (...) receosos de que pudesse aumentar a tensão”... É possível que tenha sido a iniciativa, de alguns observadores, de emitir um comunicado a título individual denunciando a fraude, que tenha acabado por impor uma inflexão táctica. Nos dias seguintes, os EUA disseram que as eleições não tinham sido “totalmente regulares” e “solicitaram” ao governo a repetição “parcial” do acto. Tudo para inglês ver. Passou um mês e é evidente que, se depender dos “governos ocidentais”, Sali Berisha vai ter um “democrático” governo de partido único, a Albânia vai viver dias negros e os “defensores das regras do jogo democrático” vão continuar a preferir falar daquilo de que os EUA querem. Os albaneses, tal como os curdos, os timorenses, os palestinianos, os libaneses, os sarauis, e tantos outros povos, sentirão na pele que “democracia” é só para quem vota nos “democratas” certos.

Compare-se a falta de empenhamento da “comunidade internacional” nesta questão com a determinação dos G7 (nem menos) em re-impor sanções (nem menos) à Sérvia se a República Sérvia da Bósnia (que é outra coisa) não impedir que Radovan Karadzic concorra (isso mesmo) às eleições previstas para Setembro na Bósnia. Como se vê, é tudo uma questão de princípios... Ou, como diz mais uma vez o *Financial Times* (15.6.96), num artigo sobre um ex-dissidente soviético que se recusa a apoiar Ieltsine nas eleições russas: “há algo de claramente ultrapassado no seu apego a conceitos como verdade e democracia”. São coisas que já não se usam, após a Queda do Muro...

■ Jorge Cadima

SEMANA

Cobre ao fundo

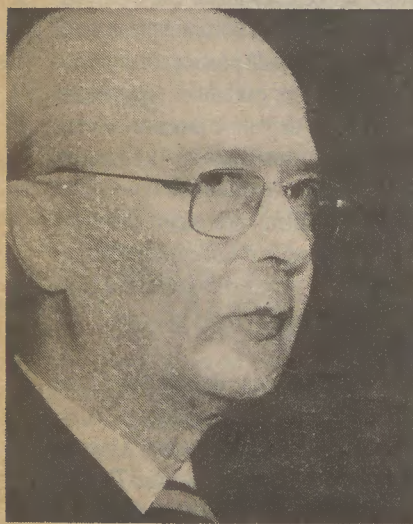
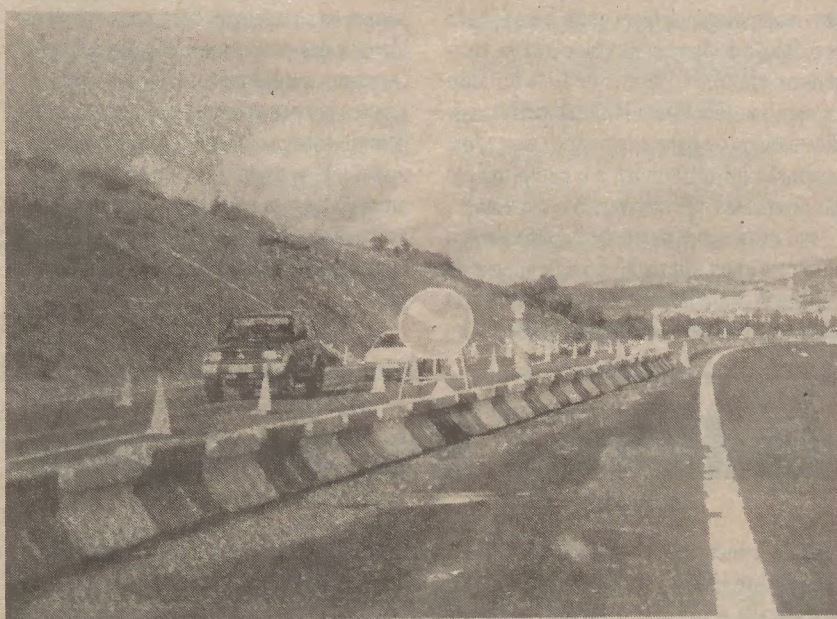
Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Porto, a Companhia Portuguesa de Cobre (CPC) está sem fundos necessários para a aquisição de matéria-prima para a produção, havendo mesmo o risco de a empresa ir à falência até ao final do ano se, nos próximos três meses, não for desbloqueada a situação. A CPC está em regime de gestão controlada até Julho do próximo ano, pretendendo a administração renegociar o projecto de viabilização. Entretanto, o Sindicato tem já agendada para a próxima semana «uma manifestação pública para chamar a atenção do ministro da Economia para a situação da empresa e pedir a sua ajuda, de forma a garantir as encomendas da CPC em carteira».

Recorde-se que Portugal tem bons filões de cobre e uma indústria extrativa deste metal que vem do tempo da ocupação romana da Península. Todavia, nos últimos anos foram encerradas as minas de cobre de S. Domingos e Lousal; a de Aljustrel encontra-se parada e a única em laboração é a de Neves-Corvo, cuja produção é toda para exportação.

Bruxelas
«má pagadora»

Os atrasos de pagamentos de Bruxelas a Portugal estão a transformar-se numa constante: só no âmbito do FEDER estão em atraso 100 milhões de contos, com mais 50 milhões a serem desbloqueados há bem pouco tempo, após pedidos insistentes das autoridades portuguesas. Na prática - e, pelo menos, por enquanto -, estes atrasos ainda não se reflectiram na taxa de execução das obras portuguesas a decorrer ao abrigo do

FEDER, mas, caso se mantenha por parte de Bruxelas este desprezo sistemático pelos interesses nacionais, é admissível que algumas das acções planeadas para este ano sejam interrompidas por falta de verbas. Até agora, o problema tem sido ultrapassado com alguns adiantamentos por parte do Estado português aos promotores das iniciativas, o que, na maioria dos casos, tem criado dificuldades a estas entidades.

Duas mil
queixas
ao Provedor
de Justiça

Até 31 de Maio deste ano, o Provedor de Justiça, Menéres Pimentel, recebeu já mais de 2.000 queixas de cidadãos, admitindo-se que, até ao fim do ano, as queixas subam para mais de 5.000, o que ultrapassará tudo o que foi participado nos anos anteriores. Para se ter uma ideia desta subida, basta dizer que em todo o ano passado foram recebidas 3.399 queixas. O cargo de Provedor de Justiça foi consagrado na Constituição da República Portuguesa em 1976, depois de ter sido criado por decreto-lei em Abril do ano anterior. O Provedor de Justiça representa a defesa dos cidadãos contra os abusos, erros e excessos dos poderes constituídos. Não tem poder de decisão, já que este cabe à entidade que é alvo da queixa e que, no prazo de 60 dias após a recepção da recomendação feita pelo Provedor de Justiça, deverá comunicar a posição que assume quanto aos factos que levaram à participação e, na eventualidade da não acatamento, a entidade visada deverá fundamentar a sua decisão.

Israel
ameaça a paz

O novo governo israelita de Benjamin Netanyahu exigiu à Autoridade Palestiniana, chefiada por Yasser Arafat, que acabe com o que considera «actividades governamentais» na Orient House, em Jerusalém Oriental, sob o pretexto de que isso «viola os acordos de paz», o que é liminarmente falso: segundo o acordo de paz firmado por Israel e a OLP sob os auspícios dos EUA, o futuro de Jerusalém Oriental será discutido durante as negociações sobre o estatuto final dos territórios, que devem começar em breve e deverão prolongar-se por três anos. Enquanto a direita israelita, de novo no poder, reivindica Jerusalém como a sua «capital

eterna e indivisível», os palestinianos, os estados árabes e a generalidade dos países considrem Jerusalém Oriental (precisamente onde se situa a Oriental House) uma cidade ocupada pela força, quando Israel a usurpou à Jordânia na «guerra dos seis dias» ocorrida em 1967. Não é, aliás, por acaso que, à excepção de dois países da América Central, todos os países do mundo que mantêm relações com Israel fizeram questão em instalar as suas embaixadas não em Jerusalém mas em Telavive, essa, sim, reconhecida como a capital do Estado israelita.

De Klerk
na oposição

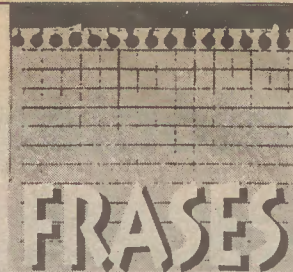
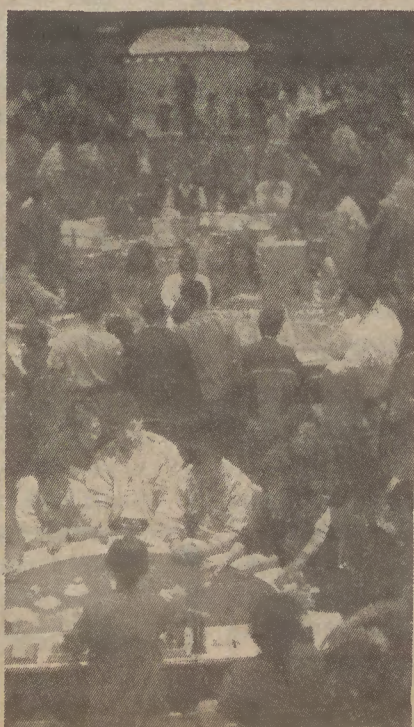
O Partido Nacional (PN), encabeçado pelo último dirigente do regime racista sul-africano, Frederik de Klerk, passa oficialmente à oposição, e os seus ministros que integravam o executivo multirracial chefiado por Nelson Mandela já foram substituídos por elementos do Congresso Nacional Africano (ANC). Trata-se de uma saída anunciada, na altura lamentada pelo presidente Nelson Mandela, e que prenuncia uma ofensiva da minoria branca no actual quadro democrático e multirracial da África do Sul, o que, certamente, não trará mais tranquilidade ao processo em curso. De qualquer modo, esta saída - voluntária e da sua inteira responsabilidade - do Partido Nacional de De Klerk consubstancia a primeira ausência da minoria branca na governação deste grande país do Sul de África, após 48 anos de poder ininterrupto e, até há pouco, absoluto.

TVI em mudanças

Em Assembleia Geral de accionistas, realizada na Universidade Católica, é aprovado um plano que prevê a redução do capital social da TVI em 45%, ou seja de 17,75 milhões de contos para 9,7 milhões de contos, e um aumento, logo a seguir, de 8,2 milhões de contos, uma «injecção de capital» que irão entregar a televisão de «inspiração cris-

tã» a Stanley Ho, o magnata do jogo em Macau, aliado à TDF francesa e à Lusomundo, que subscrevem um total de três milhões e 250 mil contos de novas acções. Este plano, encabeçado por Carlos Monjardino, derrotou um outro reunindo fundos de investimento ingleses, a empresa do Independente e a SBS, que tinha como

proponente «visível» o actual deputado do PP, Paulo Portas. Esta proposta queria uma redução de 30% para o capital social da TVI, contra os 55% propostos pelo lobby encabeçado pelo «rei do jogo» em Macau, a qual viria a ser aprovada pela necessária maioria de dois terços dos accionistas presentes na Assembleia Geral.



«Quatro anos depois de Cavaco Silva ter declarado qualquer coisa como «que não era justo que três milhões de dinamarqueses paralisassem a vontade de 230 milhões de europeus» e de António Guterres ter afirmado qualquer coisa como «que não era justo que a vontade de 230 milhões de europeus fosse paralisada por três milhões de dinamarqueses», PS e PSD encaminham-se para impedir que os portugueses tenham um referendo como o que se fez na Dinamarca e na França.»

(Vitor Dias, «À Esquerda»
- «Semanário», 29.06.96)

«Uma liderança demonstra-se na capacidade de gerir divergências internas; o que Monteiro fez (na Madeira) foi uma infantilidade.»

(Manuela Moura Guedes
- «Visão», 27.06.96)

«Este não é o Manuel Monteiro que eu me habituei a admirar.»

(Paulo Portas, em conferência de imprensa
- das televisões, 01.07.96)

«Já se sabe que o futuro da direita será com Portas e não com Monteiro. Que será bom para a direita, não temos dúvidas. Se será bom para Portugal, logo veremos.»

(Nicolau Santos
- «Diário Económico», 02.07.96)

«Não vale a pena tentarem separar-me dos meus vice-presidentes e do meu secretário-geral. Ganhei o Congresso, para quem não se lembre, e não cedo nem a pressões nem a chantagens.»

(Marcelo Rebelo de Sousa,
citado em «Expresso», 29.06.96)

«O trio Monteiro-Portas-Marcelo não é apenas um trio político: é um trio de afirmações, protagonismos e complexos pessoais que a política não é suficiente para explicar e discernir.»

(Vicente Jorge Silva, «Editorial»
- «Público», 02.07.96)

«Encarrega-me o Presidente do Grupo Parlamentar de lhe transmitir o seguinte despacho: Meu Caro Deputado, Após indicação de absoluta necessidade da presença de todos os Deputados no Plenário e votações do passado dia 11 de Junho (N. da R.: dia de votação da lei das privatizações), verificou-se a tua ausência. Peço-te, por isso, a diligência escrita da falta verificada. Com os melhores cumprimentos. O Chefe de Gabinete. Joaquim Rosa do Céu.»

(Texto de missiva enviada pelo líder parlamentar do PS aos deputados atrasados ou faltosos, citada em «Semanário», 29.06.97)

«O Governo, dando mostras de pouca confiança no intelecto das pessoas, julgou que a paixão futebolística dos portugueses os cegasse ao ponto de perdoarem aos clubes aquilo que não perdoariam ao vizinho ou ao patrão. Enganaram-se os estrategos do PS.»

(Manuel Villaverde Cabral
- «Diário de Notícias», 01.07.96)

«O actual sistema político russo é inclassificável, não é democrático nem autoritário, escreveu o diplomata Thomas Graham. Mas consagra também uma larga liberdade de expressão, o pluralismo político e a possibilidade dos cidadãos elegerem os dirigentes.»

(Jorge Almeida Fernandes
- «Público», 03.07.96)

«Há dias eu voava para os EUA com um homem de negócios americano, que queria saber como funcionava o sistema bancário na Rússia. Eu expliquei-lhe: as pessoas pedem créditos. Depois, se não pagam, o banqueiro contrata um assassino, para matar o devedor. É assim que lidamos com os maus pagadores na Rússia. (...) O americano respondeu: Isso é um bom sistema. Nós temos tantos problemas com os advogados...»

(Boris Kagarlitski, politólogo e articulista,
citado em «Público», 03.07.96)

«Sou um semidemocrata»

(Alexander Lebed
- «Público», 03.07.96)

«É difícil lidar com Lebed, porque ele é como um lobo que ninguém sabe a quem vai morder a seguir.»

(Vladimir Probilovski, membro do Partido Subtropical da Rússia, aliado do Partido dos Amantes da Cerveja,
citado em «Público», 03.07.96)

Ao apresentar as conclusões
do Comité Central

Carlos Carvalhas denuncia tentativas de desculpabilização

O chamado *totonegocio* foi apontado pelo secretário-geral do PCP como um caso em que o Governo PS tentou libertar-se das suas responsabilidades.

Sábado à tarde, no último intervalo da reunião deste fim-de-semana do Comité Central do Partido, Carlos Carvalhas - acompanhado dos camaradas Luisa Araújo, do Secretariado do CC, Jorge Cordeiro, do CC e da direcção regional de Lisboa, e Ana Benedita Caro, do CC e da direcção regional de Portalegre - falou aos jornalistas acerca das grandes linhas do debate e das conclusões já apuradas.

O dirigente comunista apontou os traços marcantes destes oito meses de actividade do Governo, começando por registar a «irrecusável evidência» de que o executivo chefiado por António Guterres mantém «os eixos essenciais da política antes desenvolvida pelos governos do PSD» e, em áreas como as privatizações, os direitos dos trabalhadores e a Segurança Social, pretende mesmo «realizar objectivos e desfêr golpes que o último governo de Cavaco Silva, entretanto desgastado e enfraquecido, já não teve forças nem condições para realizar».

Carlos Carvalhas deu nota de uma advertência do Comité Central acerca do comportamento previsível do Executivo de Guterres no futuro próximo: «À medida que o tempo passar e mais se

alargar o descontentamento e a frustração com a sua política e os resultados da sua acção, mais e mais o Governo do PS tenderá a insistir em argumentos e desculpas mistificatórias, concebidos exclusivamente para favorecer a passividade, a resignação e o conformismo, designadamente entre os cidadãos que há nove meses votaram no PS.»

Aqui, o secretário-geral abriu um parêntesis, lembrando a rejeição do convénio com os clubes de futebol - o *totonegocio* - na AR. A proposta governamental «violava os princípios da equidade e justiça fiscal», reafirmou Carlos Carvalhas, que acusou o Governo de querer «ver-se livre do problema que ele próprio criou». Citou, a propósito, o desabafo que António Guterres deixou escapar no plenário parlamentar, no dia seguinte ao *chumbo*: «Libertaram-me de uma responsabilidade.»

O contributo do PCP

Comentando as reacções dos mentores da proposta após o resultado da votação, o dirigente comunista sublinhou que «o que estava em causa com o *totonegocio* não era o desporto, o futebol ou os clubes de futebol,



O Governo é que tem que dizer se há ou não impasse na cobrança das dívidas, salientou Carlos Carvalhas

mas uma questão de política fiscal, de equidade e justiça fiscal, e a teimosia do Governo». «É o Governo que governa e é a ele que cabe corrigir os seus próprios erros», concluiu o dirigente comunista.

Questionado acerca das implicações desta afirmação quanto à disponibilidade do PCP para, no âmbito da AR, «dar um contributo para resolver aquilo a que já se chamou um impasse», Carlos Carvalhas precisou:

«Há um quadro legal e o Governo é que tem que dizer se há ou não impasse. O Governo é

que deverá reconhecer perante a opinião pública que não tem possibilidades de recuperar as dívidas. Quem tem a responsabilidade perante os contribuintes é a administração, não são as oposições. O Partido Comunista estará sempre disposto a contribuir para soluções, desde que elas não sejam iníquas, desde que não se traduzam em perdões fiscais, em distinguir contribuintes de primeira e contribuintes de segunda. Deixámos isto muito claro desde o primeiro dia de debate na Assembleia da República.»

Solicitado a apreciar o programa do rendimento mínimo garantido - que arrancaria segunda-feira, em fase experimental, em 16 freguesias - Carlos Carvalhas considerou-o «positivo, como uma resposta». O Governo «vai avançar, nesta primeira fase, num plano muito limitado, dirigido praticamente a pequenas áreas onde este problema se verifica com agudeza», mas este é «um problema geral, que abarca todo o País». Assim, «sendo positivo, o projecto do rendimento mínimo garantido é bastante limitado, para uma res-

posta a um problema gravíssimo, ao desemprego, à exclusão, às reformas antecipadas, ao alargamento das bolsas de pobreza», adiantou o dirigente comunista.

Na reunião de 28 e 29 de Junho, o Comité Central aprovou um comunicado sobre a situação política, uma resolução sobre a preparação do 15º Congresso do PCP e o Regulamento para o debate no Partido e eleição de delegados ao Congresso, marcado para 6, 7 e 8 de Dezembro, no Porto. Estes documentos são publicados em destacável, nesta edição do «Avante!».

Parlamento chumba «totonegocio»

A polémica que envolveu o chamado «totonegocio» teve o seu epílogo faz hoje oito dias no Parlamento com o chumbo dos diplomas sobre a matéria apresentados pelo Governo. Numa sessão agitada, em que a expectativa quanto ao desfecho se manteve até à contagem dos votos, o veredicto ditou um empate a 113, obrigando a uma segunda votação, que, de acordo com o texto regimental do Parlamento, equivaleu à rejeição dos decretos governamentais.

Nem mesmo a mobilização extrema levada a cabo pela bancada socialista, conseguindo o pleno dos seus 112 deputados, e o apoio do deputado do PSD e Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), Gilberto Madaíl, que assinara o «Convénio» do Governo, foram suficientes para fazer passar o que nos círculos da oposição era entendido como um verdadeiro perdão fiscal aos clubes de futebol e uma inaceitável discriminação entre os contribuintes com evidente benefício para os infractores.

Era a derrota do Governo e do PS, insensíveis desde a primeira hora a todos os apelos à reconsideração do problema e obstinadamente cegos em levar por diante um processo em relação ao qual não poucas vozes manifestaram a sua discordância.

Daí que todas as iniciativas do Executivo sobre esta matéria tenham sido marcadas desde a primeira hora por um aleijão que nenhum dos recuos por si ensaiados posteriormente foi capaz de corrigir.

Tratou-se, em rigor, de um processo que nasceu torto, como

assinalou o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, e, como tal, «tarde ou nunca se endireita». Com efeito, tudo começou com a assinatura do Convénio com os clubes de futebol em que se previa a transferência para estes da totalidade das verbas do Totobola, como via susceptível de possibilitar o pagamento das dívidas por si acumuladas, cujo montante está estimado em 15 milhões de contos.

Face à onda de generalizada contestação, recorde-se, resolveu o Governo transformar o conteúdo do «convénio» em propostas de lei - e este foi o primeiro recuo -, como forma, segundo as palavras do primeiro-ministro, de levar quer o Governo quer a oposição a «assumirem as suas responsabilidades perante o País, apresentando soluções para o problema».

Só que, foi ainda Octávio Teixeira a chamar a atenção para o facto, copiando as iniciativas legislativas o conteúdo substantivo do «convénio», logicamente, também estas «nasceram tortas». No essencial, assinalou, mantinha-se o perdão fiscal a alguns clubes de futebol, bem como a «discriminação positiva em relação a todos os restantes contribuintes infractores das obrigações fiscais».

Demonstrado foi pela formação comunista, concretamente, que se trataria sempre de um perdão fiscal, na acepção técnico-jurídica, uma vez que, do ponto de vista dos «efeitos práticos» da medida proposta pelo Governo resultaria que a dívida seria paga durante um «período indeterminado (15,20,30 anos?), com dinheiros vindos directamente do Orçamento do Estado», ou, à última, «nunca seria totalmente paga se, por hipótese, as receitas do Totobola se aproximassem do zero».

Mas o segundo recuo político do Governo, na perspectiva de

Octávio Teixeira, operou-se quando aquele anunciou na véspera do debate a aprovação de um decreto-lei aplicável a todos os cidadãos, sem discriminações, relativo ao «quadro global para a regularização das dívidas ao fisco e à segurança social».

Uma decisão razoável, esta, de definir um «quadro legal geral e abstracto, sem benefício ilegítimo de quem quer que seja», na opinião do presidente do Grupo comunista, não fosse dar-se o caso de ela ter pecado por tardia e por não ter sido acompanhada das corresponsáveis ilações.

Isto porque, segundo Octávio Teixeira, uma tal decisão deveria ter levado o Executivo, como «consequência lógica e natural», a retirar do debate parlamentar as propostas de lei que o PCP no debate não hesitou em apelidar de «atabalhoadas, apressadas e iníquas».

«Só depois da existência de uma lei-quadro global se podem analisar eventuais soluções que naquela lei têm de ter necessariamente o seu enquadramento», explicou Octávio Teixeira, antes de observar que manter as referidas propostas em simultâneo com o anúncio do quadro legal global e geral «pode querer significar, afinal, que o Governo pretende manter para os clubes de futebol um quadro de excepção, à margem daquele quadro legal».

Não questionando eventuais medidas de apoio aos clubes desportivos, a quem reconhece uma importante e insubstituível acção de natureza social, para o PCP, neste contexto, só havia uma solução possível: o Governo abandonar as propostas de lei e aguardar pela publicação do Quadro Global para a regularização das dívidas fiscais.

Por insensatez, incapacidade negocial ou, quem sabe?, por indesejáveis compromissos particulares, foi essa solução que o Governo e o PS não quiseram aceitar.

Educação pré-escolar PCP propõe rede pública de jardins de infância

A educação pré-escolar esteve em foco no Parlamento. Em debate, faz hoje uma semana, estiveram duas iniciativas legislativas: uma, subscrita pelo PCP, definindo medidas para o desenvolvimento da rede pública neste domínio; a outra, do Governo, estabelecendo a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. A votação deverá ocorrer na sessão plenária de hoje.

Partindo de uma avaliação aparentemente consensual onde se incluem princípios comumente aceites quanto à decisiva importância que este subsistema tem no percurso escolar dos alunos, o debate trouxe a lume divergências de fundo quanto ao modo de garantir a expansão e desenvolvimento do sistema, bem como quanto às responsabilidades e ao papel do Estado neste capítulo.

Assim, se para o Governo a questão reside simplesmente na definição de uma política de educação pré-escolar que permita à criança um maior sucesso ao longo da vida, para o

PCP, a questão é necessariamente mais profunda, entendendo que uma tal definição deve traduzir-se num alargamento da rede pública de jardins de infância.

Por estes aspectos, pode dizer-se, passou o essencial do debate, com o Governo a defender que o Estado deve ter uma função reguladora deste nível de educação, a incrementar de modo articulado com a iniciativa privada, de cooperativas e de autarquias locais, e a bancada comunista, através da sua deputada Luísa Mesquita, sem ignorar esse "papel regulador e coordenador" do Estado, a dei-

claro que a "expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar, para atingir os seus objectivos, só pode ser realizada através da rede pública".

E é por esta diferença que passam algumas das contradições que enfermam a proposta governamental, como tratou de assinalar Luísa Mesquita, ao sublinhar que o Governo pretende atribuir ao Estado um mero papel "mobilizador e fiscalizador de iniciativas várias", demitindo-se da "obrigatoriedade de assegurar a primeira etapa da educação básica que diz defender".

Ao incluir a rede privada - uma "inaudita e inesperada abrangência", no entender da deputada do PCP -, o Governo está a "desvirtuar o conceito de rede pública", pondo em causa o "conceito de escola pública como universal, gratuita e laica" e procurando chegar ao universal deixando para o efei-

to "o gratuito e o laico pelo caminho".

"Mas será que não sendo gratuita qualquer rede de educação pré-escolar pode ser universal?", perguntou Luísa Mesquita, antes de acrescentar um "claro que não", como resposta, em que concluiu que, assim, "de uma machadada, se destrói também o princípio da igualdade de oportunidades, indispensável na educação básica e legalmente consagrado".

Ao contrário, como frisou a parlamentar comunista, o projecto do PCP reafirma o "dever do Estado na criação, funcionamento e manutenção de uma rede pública de jardins de infância que cubra as necessidades do País", cabendo ao Governo, depois de ouvir as entidades directamente envolvidas nesta problemática, apresentar à Assembleia da República um "plano de desenvolvimento da educação pré-escolar".

Caso do "deputado batman" Generalizações abusivas

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, requereu ao Tribunal Criminal de Lisboa a passagem de certidão da sentença proferida no processo em que foi réu o ex-deputado do PSD, António Coimbra. Neste processo, recorde-se, aquele parlamentar de Coimbra, que ficou conhecido como o "deputado batman", foi condenado pelo uso indevido de dinheiros da Assembleia da República para viagens ao estrangeiro.

Na origem desta diligência do líder parlamentar comunista estão notícias e declarações vindas a público proferidas na leitura da sentença, as quais, a serem verdadeiras, generalizam abusivamente a todos os deputados a prática de "incumprimento sistemático do procedimento legal" e uma "permanente e continuada imoralidade com as requisições de viagens".

Sentindo-se "chocado" com tais notícias, para Octávio Teixeira, ao abrigo de dispositivos "de defesa da honra e dignidade pessoal", trata-se, pois, de aferir da autenticidade do seu conteúdo, uma vez que, como refere na missiva, tanto ele próprio como todos os restantes deputados comunistas são alheios "à prática de actos criminosos do tipo dos imputados ao réu do citado processo".

No texto, o líder parlamentar do PCP afirma ainda que sempre os deputados comunistas "pautaram a sua conduta pelo respeito rigoroso da lei e dos princípios éticos", não tendo nunca violado "qualquer regra legal ou ética nas relações financeiras com a Assembleia da República", defendido e praticado sempre o "princípio da integral prestação de contas", nem em "circunstância alguma se associaram a qualquer fraude".

Privatização total da Telecom O que anima o PSD...

A Assembleia da República chumbou com os votos do PS e PCP o projecto de lei do PSD que previa a abertura à iniciativa privada do sector das telecomunicações. De acordo com o articulado do diploma, apreciado e votado na semana transacta, um objectivo nuclear animava os seus autores: alterar a lei de delimitação dos sectores por forma a permitir, no futuro, a privatização total da Portugal Telecom, abrindo assim à iniciativa privada a possibilidade de deter 100 por cento do capital da empresa.

Uma alteração que só verdadeiramente se compreende à luz de um obstinado propósito de servir interesses privados - e que não deixa por isso mesmo de ser reveladora quanto às motivações que animam o PSD, uma vez que, como assinou Lino de Carvalho, estamos a falar de um mer-

cado, particularmente apetecível, que vale milhões -, mas que não tem qualquer outra sustentação, seja de ordem tecnológica, económica ou social.

Explicando melhor o ponto de vista da sua bancada, o parlamentar do PCP lembrou a propósito que o quadro legislativo actual "já demonstrou que é mais do que suficiente para incorporar as necessidades que se colocam às telecomunicações portuguesas no âmbito do chamado mercado global", fazendo ainda notar que a importância estratégica do sector "aconselha a maior prudência" e que a antecipação da sua completa liberalização "só iria causar problemas antecipados a um mercado actualmente em expansão mas onde é fortemente previsível que atinja a saturação nos próximos tempos".

Política de turismo A irresponsável paralisia do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP considerou que o Governo, em matéria de política de turismo, revela uma total paralisia, situação esta que classifica de "altamente preocupante" e que do seu ponto de vista compromete qualquer esforço no sentido de fazer do turismo "um sector sustentado" e não um sector sujeito às "consequências de um crescimento muitas vezes ditado por interesses especulativos e de lucro fácil".

Lino de Carvalho, deputado comunista que levou esta questão a plenário na semana transacta, fala mesmo em "menorização da actividade turística", recordando, a propósito, a desvalorização que esta sofreu na "estrutura orgânica do Governo", bem como a redução acentuada verificada no Orçamento do Estado para o sector.

Acutilante nas suas críticas, o parlamentar do PCP lembrou ainda que oito meses depois da posse do Governo nenhuma orientação ou medida foi por este traçada, apesar das ideias genéricas que rechearam as Grandes Opções do Plano, con-

das, a revisão dos instrumentos financeiros e fiscais, e, bem assim, a revisão do sistema fiscal.

Recensados pelo parlamentar comunista foram ainda alguns dos principais problemas e estrangulamentos presentes no sector, decorrentes de orientações e políticas incrementadas erradamente no passado, como sejam, por exemplo, a criação de excessivas dependências de três mercados assentes num único produto (sol e praia), demasiado crescimento de oferta de alojamento em certas regiões, concentração geográfica da oferta no Algarve, Madeira e Costa de Lisboa, forte dependência da sazão-

Política cultural

O fim do "estado de graça"

A exemplo do que aceleradamente vem sucedendo noutras áreas da governação, também no domínio da cultura avultam os indícios que apontam para o estiolar do chamado "estado de graça" com que o Executivo foi brindado desde a sua tomada de posse. Essa é, pelo menos, a convicção do Grupo Parlamentar do PCP que entende mesmo ter chegado a hora de se saber "como vai a governação da cultura".

A questão foi suscitada pelo deputado comunista Ruben de Carvalho em intervenção proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, no decorrer da qual, após aturada análise aos procedimentos que marcaram a acção governativa neste capítulo, foi conclusivo quanto à ideia de que "o capital de esperança tende a ver-se defraudado".

No caso vertente, onde as operações de marketing e sedução foram mais apuradas e requereram maior investimento - exemplificados por Ruben de Carvalho foram, entre outros, os casos das "medidas gigantescas para Foz Côa" ou a própria promoção da antiga Secretaria de Estado da Cultura a Ministério -, equivale isto a dizer que, também por essa razão, "pouco basta para que de um estado se passe a outro". Referia-se o deputado comunista ao facto de os estados de graça, em políti-

ca, terem o que classificou de "penosa característica: estão perigosamente próximos dos estados de desgraça".

Os testemunhos desta realidade deu-os ainda Ruben de Carvalho ao recensar, a título de exemplo, alguns casos notoriamente elucidativos de como as coisas não vão bem na área da cultura. Citados foram, a este respeito, o ritmo de cumprimento orçamental do Ministério e seus departamentos de onde relevam preocupantes atrasos, bem como, noutra plano, iguais atrasos no que se refere ao "andamento da anunciada reestruturação do Ministério".

A provocar inquietações, segundo as suas palavras, estão, por outro lado, as medidas que têm vindo a ser incrementadas quanto ao futuro do Arquivo Nacional de Fotografia e, bem assim, o que Ruben de Carvalho situou no plano dos problemas laborais, assinalando a este respeito a denúncia recente de despedimentos na Torre do Tombo e a movimentação de quadros com base em critérios que nada têm a ver com competência e isenção.

A requerer atenção, concluiu, merecem ainda situações como a dos músicos do S. Carlos, os diferendos quanto à atribuição de subsídios à produção cinematográfica, o projecto de Portugal na Feira de Frankfurt, a Fortaleza de Sagres ou o Mosteiro de Tibães.

Honrando o compromisso que assumiu em Fevereiro último, na Assembleia da República, por ocasião do debate sobre a Lei Hoteleira da autoria do Governo que os deputados decidiram não ratificar, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na passada semana um projecto de lei sobre esta matéria. Trata-se de um diploma considerado da maior importância para o desenvolvimento do turismo, no qual são introduzidas algumas importantes alterações e inovações e são dadas respostas a legítimas aspirações do sector.

cluindo que o Ano Internacional do Turismo, anunciado com pompa e circunstância para 1996, "não passou do papel dos discursos, tendo-se resumido a uma mera operação de propaganda".

Por fazer estão, concretamente, segundo Lino de Carvalho, a inventariação do parque turístico nacional, a quantificação do investimento necessário à cobertura do défice de infra-estruturas nas regiões de turismo mais carencia-

nalidade turística e afunilamento das relações com os mercados emissores.

Dadas a conhecer por Lino de Carvalho foram, por último, as linhas gerais das conclusões do recente seminário nacional promovido pelo PCP versando a temática do Turismo, onde se inscreve um conjunto de propostas direccionadas para a criação de "uma nova dinâmica e uma nova esperança para o sector".

Frente Anti-Racista recebida pelo Alto Comissário para a Imigração

A Frente Anti-Racista foi recebida pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, com o objectivo de reclamar de alguns procedimentos que considera incorrectos no processo de legalização de imigrantes.

Em causa está, antes do mais, a necessidade de apresentação, entre os documentos considerados *indispensáveis*, do registo criminal, o que a Frente sublinha como *inadmissível*. Mas, também, a ausência de uma campanha de informação e sensibilização por parte do governo e o atraso na publicação do Decreto regulamentar, que estabelece as normas precisas deste processo de legalização.

O Alto Comissário manifestou o seu acordo quanto às reclamações apresentadas, e informou que iria fazer diligências para o cumprimento da Lei e para acelerar o plano de informação que o governo deve assegurar.

Considerou ainda positivo o envolvimento das associações na campanha de informação complementar.

Grupo de Solidariedade com o povo saharauí nasce na Amadora

A Aplicação do Plano de Paz da ONU é uma das preocupações centrais do Grupo de Solidariedade com o Povo Saharauí, agora constituído no nosso país, na sequência de um encontro que reuniu dezenas de personalidades da vida política e cultural portuguesa, por iniciativa do presidente da Câmara da Amadora.

A iniciativa surge num momento em que o Plano de Paz das Nações Unidas caiu num perigoso impasse, e o primeiro apelo do Grupo de Solidariedade dirige-se às autoridades portuguesas, para que desenvolvam iniciativas junto do rei Hassan II do Marrocos e seus parceiros europeus, com vista ao estabelecimento do diálogo directo entre as partes e à criação de condições que permitam ao povo saharauí pronunciar-se livremente sobre o seu destino através de um referendo de autodeterminação.

São objectivos prioritários do Grupo agora constituído: a informação da opinião pública sobre a evolução do processo de aplicação do Plano de Paz da ONU; a sensibilização das autoridades nacionais para a necessidade de defenderem e apoiarem o direito do povo do Sahara Ocidental à autodeterminação; o incentivo e organização de acções de ajuda humanitária que atenuem as imensas dificuldades por que passam os mais de 10 mil refugiados saharauís em território argelino.

Capturas de pescado

O Partido Ecologista "Os Verdes" apresentou na Assembleia da República um requerimento em que exige do Governo informação e acesso aos estudos e pareceres científicos em que a Comissão Europeia se terá apoiado para a sua decisão de redução de capturas de pescado em Portugal.

"Os Verdes", que não põem em causa a necessidade de preservação das espécies, duvidam das preocupações ambientais da Comissão, e consideram antes que a sua intervenção se tem orientado quase em exclusivo na defesa dos interesses das grandes frotas e mercados, em detrimento dos países mais pequenos como Portugal.

Festival de Teatro em Almada

O Festival Internacional de Teatro de Almada vai juntar este ano no mesmo palco dois vultos proeminentes do teatro português e espanhol - Eunice Muñoz e Nuria Espert - para um recital de poesia ibérica do século XX.

Este promete ser um dos momentos mais salientes da 13ª edição deste certame, que durante duas semanas levará a Almada 45 criações mais ou menos recentes - cinco em estreia absoluta - de um total de 29 companhias de teatro, 14 portuguesas e 15 provenientes de diversos pontos do mundo.

Espanha, França, Itália, Inglaterra, Grécia, Japão, Chile, Uruguai, Moçambique, Brasil e EUA marcam presença nesta "grande festa do teatro".

A "festa" prolonga-se por duas semanas - entre 4 e 18 de Julho - e desenrolar-se-á em quatro espaços diferentes: Escola D. António Costa, Casa da Cerca, Teatro Municipal de Almada e Nimbus-Portugal. O programa do Festival integra ainda diversos eventos culturais paralelos, como espectáculos musicais, colóquios, um seminário internacional de jovens críticos de teatro, exposições e um atelier de interpretação.

Estão igualmente previstas homenagens ao actor Mário Viegas, recentemente falecido, e a José Monleon, conhecido crítico e ensaísta espanhol.

Debate em Loures

Recuperação e legalização dos bairros clandestinos

A "Recuperação e legalização dos bairros de génese ilegal" foi tema do Seminário Intermunicipal promovido pela Câmara de Loures, que reuniu sexta-feira passada centena e meia de participantes, entre técnicos municipais e das equipas dos planos de reconversão.

O Seminário decidiu fazer uma proposta à Junta Metropolitana de Lisboa para que promova um encontro para discutir o aprofundamento da Lei 91/95, que permitiu o enquadramento legal da recuperação dos bairros clandestinos.

Entre as instituições representadas, as Associações de Proprietários e Moradores das áreas abrangidas, Associações de Cultura e Recreio, Câmaras, Comissões Administrativas e de Melhoramentos, Juntas de Freguesia, o LNEC, LTE, SMAS, a Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, GECIB, Delegação de Loures da Ordem dos Advogados e Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O encontro teve como objectivo fundamental a troca de opiniões e experiências sobre diferentes realidades ao nível concelhio e a aplicação prática da Lei 91/95, aprovada em Setembro de 95, e que veio estabelecer um novo regime jurídico para a recuperação e legalização dos bairros de génese ilegal. Uma batalha de anos das autarquias, confrontadas com a necessidade de dar resposta às situações muito difíceis, tanto no plano social como urbanístico, que a realidade destes bairros representa.

A ausência de políticas de desenvolvimento do interior, o elevado preço de casas e terrenos no mercado legal, conjugaram-se para que, em particular na região de Lisboa, os loteamentos clandestinos surgissem como uma das mais significativas formas de crescimento incontrolado, na verdade de carácter especulativo, e que se traduz em graves problemas urbanísticos e condições de vida degradadas para as suas populações.

Oito meses após a entrada em vigor na nova legislação, e apesar de diferentes opiniões e interpretações, foi consensual neste debate em Loures a ideia de que a lei - que contou com o decisivo contributo do grupo parlamentar comunista - representou globalmente um enorme avanço.

Neste momento importa, entretanto, aprofundar a legislação, em particular no

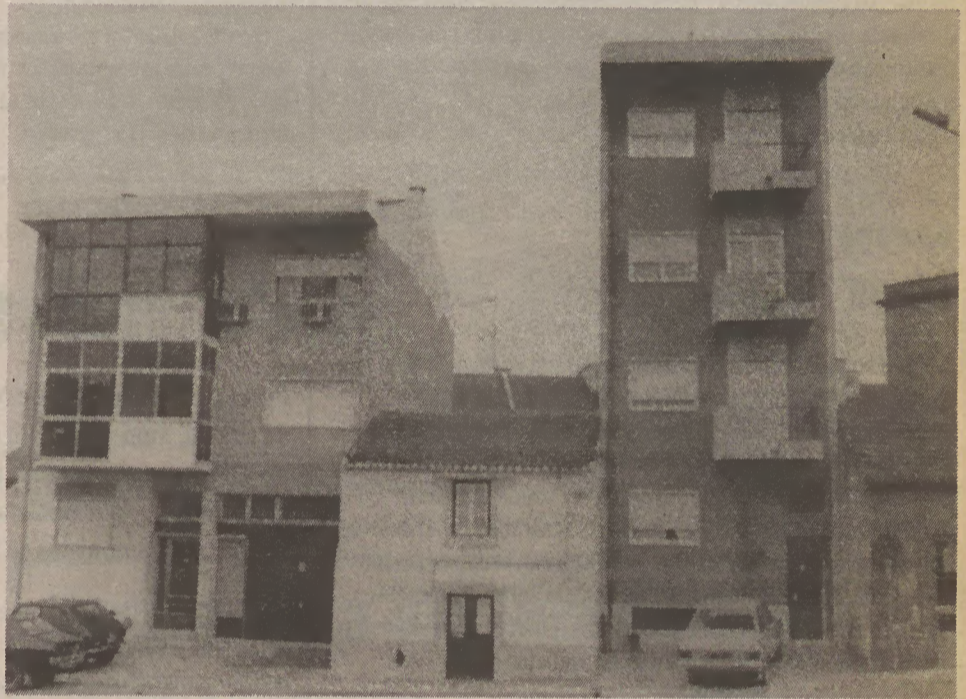
incide mais globalmente sobre a recuperação dos bairros no seu conjunto), na perspectiva de uma flexibilização de critérios quanto às condições de habitabilidade.

Uma reivindicação surgida no debate prende-se com a necessidade de as obras de infra-estruturação contarem com o apoio da administração central e ainda com uma diminuição do IVA, o que permitiria baixar os custos. Medidas que exigiriam a previsão de verbas correspon-

dentes, no Orçamento de Estado, para comparticipação nessas obras.

Como ideia de fundo a certeza de que se está perante um - complexo - processo em desenvolvimento. Em si, a recuperação e legalização dos bairros clandestinos não resolve tudo. É um passo importante num processo que contará com múltiplas etapas, e que de imediato exige também legislação adequada à legalização de cada construção.

que respeita às construções propriamente ditas (a lei



Um exemplo de desordenamento do território

Educação ambiental Duas iniciativas em Lisboa

Este fim-de-semana, o Ambiente esteve particularmente em foco na capital, com duas iniciativas organizadas pelo Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, ocorridas no sábado com a presença do vereador responsável, Rui Godinho: a abertura da exposição «Monsanto - Escola da Natureza», que se inaugurou durante a manhã no Centro de Interpretação do Parque Ecológico e foi o corolário de um projecto de educação ambiental envolvendo cerca de 230 alunos e professores de 10 escolas dos 2º e 3º ciclos, e a entrega dos diplomas de monitores de Educação Ambiental, realizada à tarde, na Junta de Freguesia de S. João.

A exposição «Monsanto - Escola da Natureza» vai ficar patente ao público até final de Julho no Centro de Interpretação do Parque Ecológico e irá depois para o átrio dos Paços do Concelho, de modo a ser vista por maior número de pessoas.

«Monsanto - Escola da Natureza» é um projecto de educação ambiental, pluridisciplinar, desenvolvido desde 1993 pelo Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara de Lisboa em colaboração com a Quercus. Dirigido a alunos do 2º e 3º ciclos do ensino básico de Lisboa, envolveu este ano cerca de 230 alunos e professores de 10 escolas e teve como principais objectivos o ensino de práticas de protecção e conservação da Natureza e a promoção do Parque Florestal de Monsanto como verdadeira «escola da natureza».

As actividades práticas constituíram o núcleo fundamental do projecto: cada escola realizou saídas de campo quinzenais, nas quais decorre-

ram a observação e recenseamento da avifauna existente e nidificante; a limpeza, arranjo e monitorização de ninhos artificiais para aves insectívoras, trepadeiras, rapinas nocturnas e morcegos; o estudo dos répteis e anfíbios; e o desenho e fotografia da natureza.

À tarde, procedeu-se à entrega dos diplomas aos participantes no Curso de Formação de «Monitores em Educação Ambiental nos Espaços Verdes de Lisboa». A cerimónia decorreu nas instalações da Junta de Freguesia de S. João, uma das entidades promotoras da iniciativa, a par da Câmara Municipal e a Casa Pia de Lisboa. Lançado no ano lectivo de 1994/95 por estas três entidades, o Curso terminou agora com a qualificação de 16 jovens, entre os 15 e os 23 anos, para o desenvolvimento de acções de sensibilização e dinamização ambientais junto dos utentes dos espaços verdes.

Com a duração de 220 horas, o curso que agora termina - e que deverá realizar-se, uma vez mais, no próximo ano - incluiu os módulos de Dinâmica de Grupos; Técnicas de Comunicação; Ecologia; Biologia; Problemas Ambientais; Técnicas de Observação da Realidade; e Técnicas de Animação e Dinamização dos Espaços Verdes. No âmbito da formação prática, foram realizadas saídas de campo a diversos parques e jardins municipais e extramunicipais, tendo os formandos concebido e executado um projecto de sensibilização e dinamização para o Parque Silva Porto, que se integrou no programa de actividades do Dia Mundial do Ambiente.

PCP

BEJA Promessas eleitorais

«O prometido Plano de Emergência para o Alentejo já foi esquecido pelo Governo», constatou o Conselho Regional de Beja do PCP que recentemente analisou a degradação da situação social no distrito e na região. Os comunistas acusam o Governo de não cumprir as promessas eleitorais, citando concretamente o caso das Pirites Alentejanas, em Aljustrel, encerradas há cerca de três anos e cuja reabertura continua a ser eludida com a criação de comissões e a realização de novos estudos que depois ficam nas gavetas dos gabinetes ministeriais ou da administração da empresa.

O Conselho Regional reafirmando que os programas ocupacionais sazonais (POC's) «não são uma solução para o desemprego, mas apenas um paliativo», anotou, todavia, que o seu início foi prometido para 1 de Junho e não para Julho, altura em que irão de facto começar. O PCP alerta entretanto para indícios de manipulação dos POC's e de outras medidas de acção social, segundo critérios partidários e com objectivo eleitoral, por parte de entidades governamentais do distrito de Beja.

Na reunião foram ainda analisados outros pontos relacionados com a actividade do PCP, em que se destacam a realização da Festa do «Avante!» e do 15º Congresso do Partido. Por último, os comunistas de Beja alertam para «as tentativas da direita de inviabilizar a regionalização», reafirmando que a instituição das Regiões Administrativas representa «um instrumento importante para o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento».

MONTIJO Lixos ilegais

A Concelhia do Montijo do PCP exige em comunicado que o Ministério do Ambiente e da Saúde proceda à retirada imediata dos lixos hospitalares armazenados ilegalmente no concelho e que seja apurada a responsabilidade criminal das pessoas envolvidas «nestes atentados à saúde pública». O PCP saúda as populações de Sarilhos Grandes e Afonsoeiro que prontamente denunciaram o transporte, armazenamento e manipulação dos resíduos, «sempre pela calada da noite», e elogia a actuação eficiente dos eleitos autárquicos que, dentro das suas competências, tomaram as medidas possíveis.

LISBOA Construção em crise

Os comunistas trabalhadores da construção civil de Lisboa e concelhos limítrofes encontraram-se para debater a situação no sector. Na reunião, em que participaram também dirigentes sindicais, foi traçado um cenário de crise, marcado pela falência diária de empresas tradicionais e pela invasão das multinacionais, em especial espanholas, alemãs e francesas. Apesar das grandes obras em curso, caso da nova ponte sobre o Tejo ou da Expo'98, o futuro apresenta-se negro, em particular na área da construção de habitações, que apresenta já hoje dificuldades acrescidas.

No plano social, desapareceu o trabalho com direitos e, segundo foi referido, «nalgumas obras pratica-se autêntico trabalho escravo». A exploração desenfreada atinge sobretudo os imigrantes em situação irregular, sendo igualmente visível em muitas obras o desrespeito pelas normas mais elementares de higiene e segurança, o que leva ao aumento da sinistralidade.

Os comunistas reunidos, reconhecendo falta de resposta do Partido a este conjunto de problemas, decidiram criar um grupo de trabalho com o objectivo de aprofundar a análise, elaborar propostas e dinamizar iniciativas que permitam intervir junto desta massa de trabalhadores em prol dos seus direitos e na defesa do sector da construção civil nacional.

LOURES Petição pelo Hospital

Uma petição à Assembleia da República recolheu milhares de assinaturas exigindo a urgente construção de um hospital no concelho de Loures. Esta reivindicação encontra eco em todas as análises técnicas e sociais efectuadas e esteve no centro da Conferência Municipal sobre a Saúde. O PCP está ao lado da população e recorda o empenhamento da Câmara Municipal, que já indicou um terreno disponível para aquele equipamento.

Nova redução das capturas acaba com portos de Setúbal

A redução de 40 por cento de capturas de sardinha até 1999 e mais 10 por cento até 2002, a concretizar-se, teria como consequência imediata nos portos de Setúbal a eliminação de cinco das dez embarcações (já foram 50) que estão a operar e a destruição de uma centena de postos de trabalho directos.

Esta é a conclusão da Regional de Setúbal do PCP, que promoveu na passada semana uma conferência de imprensa para denunciar o conteúdo da proposta da Comissão Bonino.

Na iniciativa foi referido que redução da captura que a Comunidade quer impor a Portugal «insere-se numa estratégia de cumprimento do Acordo Comercial de Conservas com Marrocos e afectará ainda mais a já débil situação da indústria conserveira nacional, que com menor oferta de pescado perderá capacidade concorrencial.

O PCP entende que a paragem biológica, respeitada por todos e com as devidas compensações, pode permitir uma melhor racionalização dos recursos e stocks de sardinha e dispensar medidas discriminárias da União Europeia.



Joaquim Tavares, Luís Piçarra e João Lopes, membros da DORS, condenaram a proposta europeia

Solidarizando-se com os interesses do sector, o PCP apelou à participação de armadores, pescadores e trabalhadores numa acção de protesto, no passado dia 28 de Junho, em Sesimbra, aproveitando a realização ali de reunião da delegação da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu com os armadores do distrito.

SUÍÇA

Convívio de comunistas na emigração

Perto de Orbe, cantão de Neuchâtel, longe do rebuliço da cidade, num magnífico espaço que é um convite ao passeio e ao contacto com a natureza, realizou-se no dia 23 de Junho a já tradicional festa-convívio dos emigrantes comunistas na Suíça

Alguma chuva e uma temperatura fora de época não impediram no entanto a boa disposição, o convívio e a prática de algumas modalidades de jogos populares, nomeadamente a malha e as setas. A animação contou também com a actuação musical do jovem João Pica, tendo alguns aproveitado para um pé de dança. O caldo verde, a sardinhada e o frango assado na brasa, naturalmente, não faltaram ou não fosse uma festa portuguesa.

A intervenção sobre a situação política esteve a cargo de João Armando, membro do Comité Central e da Direcção da Organização na Emigração, que criticou a política de emigração do Governo do PS que é protagonizada pelo secretário de Estado, José Lello, o qual «num frenesim mediático não perde oportunidade em dar nas vistas, fazendo declarações por tudo e por nada, excedendo por vezes o âmbito do cargo governativo, nomeadamente, quando recentemente afirmou que os emigrantes votariam nas próximas eleições presidenciais. São declarações gratuitas e demagógicas», anotou João Armando, para de seguida esclarecer que se trata de «uma decisão que não é da

competência governativa, mas sim da Assembleia da República».

Numa referência ao grande alarido que o PSD faz sobre esta matéria aquele dirigente comunista disse ainda «ser inaceitável que se continue a agir como se o voto para o Presidente da República fosse a questão central em matéria de política de emigração», e recordou que «são precisamente aqueles que menos fizeram pelos emigrantes e que mais os prejudicaram os que mais falam no voto nas presidenciais».

João Armando criticou o Governo do PS que «na emigração utiliza a tática da fumaça: bombardeia os emigrantes com declarações de boas intenções, mas o facto é que estes não conseguem enxergar os tão prometidos efeitos positivos».

Em relação à situação na Suíça, o Governo do PS foi acusado de não ter dado nenhum passo para resolver «a escandalosa situação dos trabalhadores temporários que descontam [naquele país] para o desemprego, embora quando desempregados não tenham direito a receber o subsídio; de não esclarecer a situação sobre os fundos de pensões (2º pilar), quando se man-

têm as especulações em torno da existência de prazos para o seu levantamento e continua a ser adiada a criação dos serviços consulares no Ticino.

«Naturalmente que nos congratulamos com a anunciada abertura de um escritório consular em Sion (cantão do Valais) e da passagem, para a secção consular de Berna, do registo dos portugueses que residem no cantão de Neuchâtel e que têm de se deslocar ao consulado de Genebra. Trata-se de reivindicações já antigas da comunidade portuguesa, a sua concretização confirma que vale a pena lutar.

«Mas, ao mesmo tempo que vários problemas tardam em ser resolvidos, assistimos a manobras e intrigas palacianas em que se envolvem publicamente responsáveis consulares na Suíça e membros do PS. Manobras, onde o que está em causa são interesses pessoais e partidários. Condenamos frontalmente

tais procedimentos que não prestigiam em nada o Estado português nem beneficiam a comunidade portuguesa», concluiu João Armando.

Aniversário do PCP na Alemanha

Para assinalar o 75º aniversário do PCP, realizou-se recentemente, em Mindem, no norte da Alemanha, um pic-nic promovido pelos militantes do Partido ali residentes. Numa intervenção alusiva à efeméride, o camarada Navalhas, membro do organismo de direcção nacional, referiu-se à intervenção do Partido em defesa dos interesses dos emigrantes e salientou a importância de reforçar a organização, destacando em particular a necessidade de, também na emigração, dar atenção à campanha de recrutamento.

CAMARADAS FALECIDOS

António Ferreira da Costa

Faleceu, no passado dia 26 de Junho, vítima de doença grave, António Ferreira da Costa, de 59 anos de idade. Desenhador projectista, foi vereador e presidente da CM de Palmela, no período entre 1979 e 1989. Era militante do PCP desde 1978 e pertencia à Comissão Concelhia.

O seu funeral, realizado no passado dia 27 de Junho para o cemitério do Pinhal Novo, constituiu uma profunda manifestação de pesar.

Helder Leitão Costa

Faleceu, com 80 anos, Helder Leitão Costa. Natural de Castelo Branco, era empregado de armazém reformado e pertencia à Comissão de Freguesia da Cruz Quebrada do PCP, de que era militante desde 1977.

João Sousa Ribeiro Teixeira

Faleceu, com 58 anos de idade, João Sousa Ribeiro Teixeira. Natural de Valpaços, estava organizado na Empresa Novemba, na freguesia de Paço D'Arcos. Era membro do Partido desde 1980.

José Barroso

Faleceu, no passado dia 13 de Junho, José Barroso, que contava 56 anos de idade. Natural da Chamusca, residia há vários anos no concelho de Almada. Trabalhador da Câmara Municipal, habitava na freguesia do Feijó, em cuja organização do Partido militava, integrando o executivo da Comissão local.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Rectificação

O artigo de Lino de Carvalho intitulado «A saga da regionalização», publicado na edição anterior, saiu com uma incorrecção no terceiro parágrafo da terceira coluna. De facto, onde se lê «diz Marcelo Rebelo de Sousa», deve ler-se «diz Miguel Sousa Tavares». Pelo lapso, pedimos desculpa aos nossos leitores e aos visados.

ÉVORA Na Feira de S. João

O PCP voltou este ano a estar presente na tradicional Feira de S. João, que se realiza em Évora há mais de 500 anos. Num ano em que a cidade comemora o 10º aniversário da sua classificação como património mundial da humanidade, o stand do Partido tem representado na entrada o Aqueduto da Água da Prata e no seu interior encontramos as janelas e as portas do centro histórico de Évora. A brancura, o asseio e boa gastronomia completam o quadro desta presença dos comunistas na Feira, que se vem renovando nos últimos 22 anos.

CONDEIXA-A-NOVA Luta vitoriosa

A Comissão Concelhia de Condeixa-a-Nova do PCP saudou a luta vitoriosa do povo da Barreira que, após um abaixo-assinado e uma ida à Assembleia Municipal, conseguiu que a Feira dos Quatro fosse transferida para terrenos apropriados. Os comunistas colocaram-se desde a primeira hora ao lado da população, fazendo aprovar, através dos seus eleitos na Assembleia Municipal, uma moção favorável àquela reivindicação. Mas se desta vez «nenhuma força política teve coragem para votar contra», o mesmo não se tem passado em relação a outras propostas da CDU, refere o PCP indicando que por isso continuam por resolver muitos problemas no concelho. E o caso de do projecto apresentado no âmbito do PIDDAC/96 que previa a construção de um parque de campismo entre a Mata da Abufarda e Alcabideche, junto às Ruínas de Conímbriga, que foi chumbado com os votos do PS e PP e com a abstenção do PSD. Por fazer fica assim uma obra importante para a promoção turística do concelho e um equipamento de apoio aos visitantes das ruínas.

OLIVAIS População firme

As populações da Quinta das Laranjeiras, Casal dos Machados e Estrada de Moscavide começam a ver os resultados da sua luta contra as perturbações causadas pelas obras da Expo'98. Depois da audição promovida pelo PCP em 23 de Maio passado, várias das suas reivindicações foram conseguidas, recuperando alguma da qualidade de vida que tinham perdido. Assim, depois do bloqueio dos residentes e intervenção, a seu pedido, da PSP, foi finalmente posto fim à laboração nocturna do «buraco» para ventilação do Metropolitano. A limpeza das ruas, outra das exigências, passou a ser assegurada pelo município; foram colocadas bandas sonoras e pintadas as passadeiras de peões junto à escola do ensino básico; a Junta e Assembleia de Freguesia fizeram sessões no local para auscultar as razões do descontentamento e, ao fim de dois anos, a Assembleia de Freguesia votou favoravelmente a criação de uma comissão de trabalho para acompanhar as obras da Expo'98, na qual estão representadas todas as forças políticas. Os comunistas dos Olivais apelam à continuação da luta, pois «com a população organizada e reivindicativa mais problemas serão resolvidos».

MARINHA GRANDE A vida num ribeiro

Lamentando a tragédia que vitimou dois jovens, que no espaço de um mês perderam a vida afogados no Ribeiro de São Pedro, a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP verifica que nenhuma das três entidades (Câmara Municipal, Direcção-Geral do Ambiente e Capitania do Porto da Nazaré) tomou qualquer medida nem assumiu qualquer responsabilidade pelos factos ocorridos, demonstrando assim «falta de competência e passividade cúmplice entre si». Em comunicado, a estrutura comunista recorda que «não há memória de ter ali morrido gente ao longo de anos, porque anteriormente a Câmara Municipal limpava o ribeiro e fazia a desobstrução das areiras até ao mar, tornando-o inofensivo mesmo para as crianças».

S. JOÃO DA MADEIRA Futuro da Oliva

Marcada para hoje, quinta-feira, estava uma assembleia de credores destinada a apreciar e votar a proposta do gestor judicial sobre a viabilização da empresa Oliva. Segundo a Concelhia do PCP, «outra coisa não se espera senão a opção pela viabilização, já que a empresa é manifestamente viável».

Esta é igualmente a posição dos trabalhadores que têm acompanhado e fiscalizado todo processo de recuperação da Oliva, cuja má gestão cedo denunciaram. Os comunistas insistem na importância estratégica da empresa para a região e suas gentes e apelam aos trabalhadores para que se mantenham atentos e vigilantes.

4ª Assembleia de Alcácer do Sal

«O Partido: todos e cada um de nós»

Com a presença de cem delegados, realizou-se no passado domingo a 4ª Assembleia de Organização Concelhia de Alcácer do Sal do PCP, cujos trabalhos foram abertos por Luis Piçarra, responsável do concelho. O debate, marcado por três dezenas de intervenções, entre as quais a de Rogério de Brito, presidente da Câmara de Alcácer, foi encerrado por Francisco Lopes, membro da Comissão Política.

Começando por pôr em evidência o contraste entre a situação existente em 1987 e a realidade de hoje - das 32 Cooperativas existentes, que ocupavam cerca de 3.500 trabalhadores, subsistem apenas 4 empregando algumas dezenas de trabalhadores -, a Resolução Política aprovada refere que «milhares e milhares de hectares de terra continuam incultos e abandonados, hoje nas mãos dos velhos e novos agrários, depois de roubadas aos trabalhadores e cooperativas».

A política de direita degradou a situação social do Concelho, destruiu o tecido industrial e a agricultura e levou à perda de importantes conquistas revolucionárias, dizem os militantes comunistas de Alcácer que, reafirmando os princípios de classe do PCP, afirmam que a acção organizada, dos trabalhadores, dos pequenos e médios empresários, dos jovens, dos reformados, é essencial para uma mudança efectiva de política.

Para responder aos problemas estruturais da região alentejana, particularmente do concelho de Alcácer do Sal, o PCP defende, entre outras medidas, a resolução do problema da posse e uso da terra, entregando-a aos trabalhadores, rendeiros e pequenos agricultores que a queiram trabalhar; a diversificação da economia; o aproveitamento integral e sustentado das capacidades endógenas do concelho; a dinamização de um sector de serviços moderno e adequado às novas realidades.

A 4ª Assembleia discutiu a acção dos comunistas nos órgãos do Poder Local e o importante trabalho realizado pelo eleitos da CDU, apontando-se em muitas intervenções a necessidade de dinamização da coligação para que os resultados da eleições autárquicas que se avizinham se traduzam pelo reforço da CDU e por uma maioria absoluta de votos na Câmara.

Em debate estiveram ainda insuficiências orgânicas que urge ultrapassar e a necessidade do reforço do PCP e do alargamento da sua influência. A actualização e pagamento de quotas, o novo centro de trabalho, a Festa do «Avante!» e outras iniciativas do Partido foram também objecto da atenção dos participantes.

Particular destaque mereceu a campanha nacional de adesões que levou já ao recruta-

mento de 17 novos membros para o Partido e 50 novas adesões à JCP nos últimos meses.

A Assembleia elegeu uma nova Comissão Concelhia com 29 membros, quatro dos quais com menos de 20 anos.

«Uma Comissão Concelhia a quem cabem particulares responsabilidades na direcção do Partido no concelho, e cujas responsabilidades individual e colectiva é necessária para o êxito do Partido», disse Francisco Lopes na sua intervenção de encerramento dos trabalhos.

«O Partido em Alcácer do

Sal não é apenas a Comissão Concelhia», disse ainda este membro da Comissão Política, acrescentando: «O Partido é todos e cada um dos camaradas, com a sua opinião, a sua militância e a sua iniciativa. Assim é e assim é preciso que seja para que cada vez mais nos orgulhemos do nosso partido, para que seja possível desenvolver o concelho e elevar a qualidade de vida da população de Alcácer do Sal.»



Os comunistas defendem o aproveitamento integral e sustentado das capacidades do concelho de Alcácer

Assembleia em Guimarães

Uma centena de militantes participou, no passado sábado, nos trabalhos da 6ª Assembleia Concelhia de Guimarães, que aprovou o relatório de actividades, elegeu o novo organismo de direcção e aprovou uma moção que repudia a flexibilidade e polivalência.

A moção defende ainda a proposta de regionalização do país apresentada pelo PCP e termina solidarizando-se com a luta dos trabalha-

dores e populações pela melhoria das condições de trabalho e de vida, citando em particular a difícil situação na empresa Corais e Aguiar, onde há salários em atraso.

Durante a assembleia, foi feito um balanço positivo da actividade do PCP, que continua a afirmar-se no concelho, aumentando o seu prestígio e influência, como o demonstram as novas adesões registadas recentemente.

Jornadas de reflexão do PCP Lisboa tem direitos

As jornadas de reflexão do PCP sobre Lisboa, realizadas no passado dia 22 de Junho, fizeram o balanço do trabalho autárquico desenvolvido desde 1989 e aprovaram uma resolução que estabelece as orientações para o presente e próximo mandato na Câmara Municipal de Lisboa.

Na iniciativa foi ainda divulgada a «Carta dos direitos de Lisboa» que considera que a concepção de cidade por que sempre o PCP se bateu «tem sido fortemente afectada por alterações e evoluções negativas fruto da política de direita dos sucessivos governos, marcada pela degradação económica e social, pela destruição do aparelho produtivo, pelo aumento do desemprego e exclusão social com os crescentes fenómenos de marginalização e insegurança urbana».

Outros factores, como ausência de competências, a desadequação da legislação, quebra de receitas fiscais, entre outros, têm condicionado uma intervenção correcta.

O documento assinala alterações positivas no âmbito das acessibilidades, mas considera que «a população de Lisboa merece mais e melhor. Muito há para fazer, para lutar, para reivindicar, para que Lisboa seja uma cidade onde dê cada vez mais gosto viver».

Neste sentido, os comunistas fazem um conjunto de exigências ao Poder Central que passam pela defesa do aparelho produtivo, pela instituição das Regiões Administrativas, por uma política conse-

quente de habitação, abrangendo ainda áreas como o ensino e Educação, Saúde, Transporte, segurança das populações, Expo'98 e zona ribeirinha.

A carta, por fim, dá ênfase à necessidade de um novo quadro legislativo autárquico, nomeadamente, uma nova lei das finanças locais, a desburocratização da actividade autárquica e a alteração do regime aplicável ao exercício de mandato dos membros das juntas de freguesia.

Bairro Alto e Avenida

Durante o passado mês de Junho, o PCP promoveu as jornadas autárquicas do Bairro Alto, Pena, S. José e Mercês. A iniciativa destinou-se a afirmar o papel dos eleitos comunistas no quadro da coligação «Com Lisboa» através da prestação de contatos às populações.

As visitas realizadas demonstraram a necessidade de aumentar as verbas para melhorar o ambiente urbano, designadamente para a construção de mais equipamentos sociais e recuperação do degradado parque habitacional. Nesta matéria, o PCP considera que é possível acelerar o processo de reabilitação urbana dos bairros históricos da cidade mediante a adopção de um programa de emergência que preveja mecanismos legislativos e financeiros adequados.

TRABALHADORES

ENFERMEIROS
QUEREM PARTICIPAR

Nas alterações da política de Saúde deve ser garantida a participação dos sindicatos representativos das diferentes classes profissionais, bem como dos utentes, reclama o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, considerando «grave e preocupante» que este princípio não tenha sido salvaguardado nos grupos de trabalho já constituídos pelo Ministério da tutela. Depois de um encontro nacional de dirigentes realizado sexta-feira, o SEP anunciou a realização de uma conferência nacional descentralizada, durante Setembro e Outubro, onde os enfermeiros terão oportunidade de tomar posição acerca das reformas em perspectiva no sector. A direcção regional da Beira Alta do SEP, num comunicado recente, acusou a sub-região de Saúde de Viseu de continuar a reter, abusivamente, 5 meses de horas complementares e extraordinárias cumpridas pelos enfermeiros. O sindicato lembra que denunciou já esta situação em Abril e ao próprio primeiro-ministro, depois de este ter prometido aos sindicatos da Administração Pública que *actuaria* para resolver os problemas que lhe fosse colocados directamente. «Os enfermeiros, como os restantes trabalhadores, continuam a não ver as alterações e mudanças que tanto esperaram», conclui o comunicado.

BANCÁRIOS
DE SETÚBAL

O encontro distrital de bancários comunistas realizado a 18 de Maio, em Almada, é a principal notícia do primeiro número da folha informativa editada pela Organização Regional de Setúbal para este sector. Na «nota de abertura» afirma-se o objectivo de «proporcionar aos trabalhadores do sector uma visão dos problemas que hoje os afectam, numa perspectiva diferente e inequivocamente de classe, que não se confunde com as posições político-ideológicas que actualmente dominam ou influenciam as direcções sindicais».

PORTUCEL DE VIANA

A luta pela redução do horário de trabalho para 39 horas semanais teve na semana passada mais uma jornada na Portucel de Viana do Castelo. Conforme decisão tomada em plenário, os trabalhadores que ainda estão sujeitos a horários de 40 horas decidiram paralisar uma hora no dia 28; as greves de uma hora na última sexta-feira do mês têm-se repetido desde o final do ano passado, informa o sindicato dos Gráficos do Norte, apontando a «redução e uniformização» dos horários como reivindicação sistematicamente apresentada à administração e por esta sempre recusada. Na empresa são praticados horários semanais de 37,5 horas, 39 e 40. No acordo de empresa, em discussão entre os trabalhadores, figura uma proposta de redução faseada para 37,5 horas neste ano; 36 horas em 1997 e 35 horas em 1998.

SAPADORES DE LISBOA

O aumento da idade de reforma dos bombeiros, publicamente defendido pela Liga de Bombeiros Portugueses, foi «rejeitado liminarmente» pelos Sapadores Bombeiros de Lisboa, no processo de discussão e aprovação do seu caderno reivindicativo, recentemente entregue ao Governo e à Câmara Municipal. O pretendido aumento, segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, a verificar-se, «significaria um grave retrocesso, uma inaceitável injustiça e uma perda de um direito adquirido que nem o fascismo conseguiu retirar».

DESEMPREGO
A AUMENTAR

Nas indústrias de alimentação prosseguem os encerramentos de empresas e a liquidação de postos de trabalho, denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação do Sul e Tabacos, num comunicado em que afirma que «cada empresa encerrada é mais um milionário que nasce e, naturalmente, são mais e mais as centenas de trabalhadores que caminham para a miséria e a viverem em situação de completo desespero». «A continuar neste ritmo, podemos afirmar que brevemente neste País escassas serão as empresas existentes na indústria transformadora de produtos alimentares essenciais», previne o sindicato.

As «centenas de empresas» que encerraram nos últimos anos, vêm somar-se outras, «por força da mesma política, agora levada à prática pelo actual Governo do Partido Socialista», refere o STIAST, apontando os encerramentos recentes da Moapão e Favorita; até finais de Agosto poderá encerrar a Saprogal; a Tabaqueira não pretende renovar contratos a 30 trabalhadores que há mais de um ano prestam serviço com contratos de aluguer de mão-de-obra; a Sosor e a Sias têm a produção completamente parada.

AVEIRO

Continuar a lutar pelas 40 horas e pela aplicação dos contratos colectivos é o apelo da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro, que na sua última reunião valorizou os resultados do 8º Congresso da CGTP. A USA considera positiva a forma como decorreram as reuniões que solicitou a partidos políticos e outras entidades do distrito, mas «estranha» a falta de resposta do PS, do Governo Civil e do Bispo de Aveiro.

Fenprof chumba arranque
das negociações do Estatuto

Para a Federação Nacional dos Professores, o arranque das negociações para a revisão do Estatuto da Carreira Docente foi «negativo».

Numa nota antontem divulgada pelo Secretariado Nacional da Fenprof é fortemente criticada a opção por 9 mesas negociais (bilaterais, do Governo com cada uma das organizações envolvidas), onde os representantes do Ministério da Educação «não assumem quaisquer compromissos, limitando-se a anotar as posições sindicais», o que leva a federação a concluir: «De facto, não existe negociação!»

Com este tipo de reuniões, acusa a Fenprof, «o ME «joga» com as organizações, pois, alegando sempre a necessidade de ouvir as restantes, cria as condições para, unilateralmente, optar por soluções que são apenas suas».

Para a continuação do processo negocial, a federação exige cinco condições:

– a realização de uma reunião (quanto à qual existia já com-

promisso político) onde, a partir da avaliação do actual ECD, seja possível estabelecer o perfil do futuro ECD e os princípios por que se regerá;

– o respeito por regras mínimas negociais e de relacionamento institucional (a federação teceu fortes críticas ao comportamento «arrogante, optando várias vezes pela via da provocação e da má educação» de representantes do ME na reunião de 21 de Junho);

– o respeito, por parte do ME, da representatividade das organizações sindicais (a Fenprof representa «bastante mais de metade» dos professores portugueses, mas vale apenas 1/9 nestas negociações);

– o envio, pelo ME, em tempo oportuno, dos documentos para cada reunião, e o desenvolvimento de processos negociais que girem em torno de projec-

tos, e não apenas de declarações de intenções;

– e a assunção, por parte dos negociadores do ME, de competências técnicas e políticas, com uma clara definição das suas responsabilidades.

Superior

Também começou mal a negociação para a revisão dos Estatutos de Carreira Docente do Ensino Superior.

Após a primeira reunião com o ME, na segunda-feira, a Plataforma Reivindicativa Comum (que integra a Fenprof, o SNE-Sup, o Sindep e a CNDI) emitiu uma nota de imprensa em que considera o documento apresentado pelo Governo como «uma má base de trabalho, por não vir acompanhado de qualquer fundamentação que esclareça sobre a avaliação da aplicação do actual Estatuto, o diagnóstico dos problemas que pretende resolver e o enunciado dos objectivos que procura atingir».

A PRC classifica o documento de «irrealista», já que pretende «eliminar as categorias de assistente e assistente estagiário, não atendendo à situação da generalidade das instituições». «Só no Ensino Universitário, mais de metade do pessoal docente é constituída por assistentes.»

Ainda que aguardando eventuais esclarecimentos na próxima reunião, dia 10, a Plataforma declarou que «poderia vir a condicionar a sua participação nas negociações dos Estatutos das Carreiras do Ensino Superior à resolução do problema da incorporação do «adicional de 2 por cento» no índice 100 das tabelas salariais» - considerada «uma questão de boa-fé negocial» - e à «demonstração, por parte do ME, de uma abertura para a resolução dos actuais problemas de sobrecarga lectiva dos docentes» - para o que a PRC sugere uma reunião entre Ministério, organizações sindicais e responsáveis das instituições.

Em exposição a Guterres
STIEN quer garantir
que a Siemens cumprirá

«Há direitos que têm que ser respeitados», lembra o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, numa exposição enviada ao primeiro-ministro a propósito da falada intenção da Siemens de instalar uma unidade fabril na região, que poderia ocupar cerca de 750 trabalhadores, com um investimento de 60 milhões de contos e uma comparticipação da ordem dos 20 milhões de contos do Governo português.

Afirmando que «não tem qualquer reboço em aplaudir todas as iniciativas que levem à criação de empregos, mesmo que, como é o caso, os investimentos sejam de origem estrangeira», o sindicato chama a atenção de António Guterres para vários «abusos» que têm caracterizado a actividade da Siemens em Portugal nos últimos anos.

Nas situações expostas (onde é recordado o encerramento recente da unidade da Siemens no Seixal), avultam os elevados índices de emprego precário na fábrica da Siemens em Évora (200 contratados a termo certo, num total de 1100 trabalhadores), na Indelma (Casal do Marco e Porto Alto, com 3 mil trabalhadores, dos quais 200 contratados a termo e 800 em regime de aluguer de mão-de-obra).

O abuso dos vínculos precários, refere o STIEN, verifica-se igualmente noutras empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico da zona Norte. São referidos casos já denunciados oficialmente pelo sindicato: a Cablinal (Viana do Castelo, 888 contratados a prazo num total de 1208 trabalhadores), a Yazaki Saltano (Vila Nova de Gaia e Ovar, com 2694 con-

tratados a prazo num total de 6320 trabalhadores) e a UTAP (Valongo, com 657 contratados a prazo num total de 1540 trabalhadores). Estas três últimas empresas, sublinha o sindicato, «mantêm de há muitos anos elevados valores percentuais de trabalhadores contratados a termo, sempre superiores a 40 por cento».

Para o novo projecto da Siemens, defende o sindicato, devem ser previstas medidas que garantam «a criação de postos de trabalho no estrito cumprimento das leis da República».

Continente do Seixal alimenta
ciclos de contratos a termo

Dezenas de jovens trabalhadores são ciclicamente despedidos do hipermercado Continente, no Seixal, ao completarem dezoito meses de trabalho com contratos a termo certo. Evitando nova renovação dos contratos, o hipermercado impede que aqueles funcionários passem a efectivos, como seria legalmente exigível, e procede à sua substituição por outros contratados a prazo.

A denúncia deste «ciclo de exploração», acompanhada do pedido de intervenção eficaz da Inspeção do Trabalho, foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, na semana passada. O CES/Sul, em comunicado à imprensa, afirma que «o Continente está a proceder ilegalmente, ao despedir trabalhadores com dezoito meses de contrato e ao substituí-los por novos contratos a termo», pois «a lei em vigor não permite a substituição dos despedidos por outros contratados a termo», nem sequer o recurso aos contratos a termo «para ocupar postos de trabalho permanentes».

O sindicato revela ainda que os jovens são contratados a termo e a tempo parcial, por 4 ou 5 horas diárias, mas «trabalham, trabalham, na expectativa de assegurar o lugar e a passagem a efectivos»; contudo, «o trabalho suplementar

prestado nestas condições não é registado nem pago», tal como não é pago o subsídio de refeição.

As condições de trabalho nos super e hipermercados - nomeadamente a forma como está a ser aplicada a nova legislação sobre os horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais - iam ser analisadas ontem, numa reunião convocada pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

Livres

A FEPACES acusou na semana passada a Associação Portuguesa dos Editores e Livreros de se ter apresentado nas 18 reuniões (número recorde) para revisão do contrato colectivo do sector «com uma postura de completa arrogância face aos problemas dos trabalhadores» e de procurar «nada negociar em troca da retirada de direitos».

«Os trabalhadores, perante tal indignidade, saberão dar a resposta», afirma a federação, lembrando que este é dos ramos de actividade onde se praticam horários mais longos (44 horas semanais) e salários mais baixos, a nível nacional.

TRABALHADORES

Conselho Nacional traçou orientações para a acção CGTP apela à luta contra a aplicação da flexibilidade e da polivalência

Ao apresentar as conclusões do Conselho Nacional da CGTP, Carvalho da Silva valorizou o percurso feito desde o surgimento da proposta, a coberto da redução do horário de trabalho, até ao esclarecimento do seu conteúdo verdadeiro e à obtenção de «alterações pontuais que tornam objectivos iniciais inatingíveis ou ineficazes».

O combate contra a aplicação da lei da flexibilidade de horários e polivalência de funções é uma das cinco áreas incluídas na «forte acção reivindicativa» que a Intersindical Nacional pretende desenvolver, no seguimento das decisões do recente congresso. O Conselho Nacional da *Inter* reuniu dias 26 e 27 de Junho, em Lisboa, para analisar a situação social e laboral, e definir orientações para a

acção sindical nos próximos meses.

Da discussão sobressai, segundo Carvalho da Silva, a urgência de «uma política nova, que valorize o emprego» e que ponha um travão ao aumento do desemprego e do trabalho sem direitos. A CGTP mostrou-se preocupada com a «gravidade crescente» do desemprego, considerando que a recente cimeira europeia de Florença confirmou

este facto e «mostrou a incapacidade desta UE para resolver o problema», o qual só foi colocado entre as questões mais importantes «devido às lutas dos trabalhadores» em vários países europeus.

No plano nacional, a *Inter* chamou a atenção para a «evidente pressão dos lobbies económicos, condicionando as soluções políticas que se exigiam», enquanto «tardam medidas» para responder aos graves problemas do País.

É à luz desta realidade que a CGTP vai procurar intervir, nomeadamente na **concertação estratégica**, disse Carvalho da Silva, sublinhando a exigência de «uma discussão profunda» sobre a política macroeconómi-

ca, o emprego, a Segurança Social, a fiscalidade, a educação, a saúde, a melhoria das condições de vida e de trabalho e as propostas saídas do 8º Congresso da *Inter* sobre estas matérias. O coordenador da central alertou para algumas «más intenções» já reveladas pelo Governo na Concertação, particularmente a tentativa de, «em vez de discutir políticas económicas, discutir apenas a situação económica», procurando assim co-responsabilizar todos os parceiros pelos problemas existentes, sem analisar as causas nem debater orientações.

No Conselho Nacional, revelou, dirigentes sindicais dos professores expuseram «fortes preocupações» quanto aos problemas do ensino, denunciando «conteúdos reaccionários» de propostas do Governo, como a criação de currículos alternativos.

Além da luta contra a flexibilidade e polivalência - que teve resultados importantes em empresas como a Grundig, a Siemens ou a Triunfo - a acção reivindicativa da CGTP nos próximos tempos vai ainda ter quatro grandes linhas de intervenção:

- o aumento real dos salários e a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores,
- a criação de emprego e o combate aos despedimentos,
- uma reforma fiscal profunda, articulada com a reforma da

Segurança Social, de modo a «construir uma dimensão social global»,

- e «um forte combate à precariedade», exigindo que todos os trabalhadores tenham um mínimo de direitos na sua relação laboral.

Na conferência de imprensa, quarta-feira à tarde, o coordena-

tiva. Nessa altura, ainda estava em discussão no CN a distribuição dos pelouros na Comissão Executiva, mas Carvalho da Silva adiantou que iria ser criado um departamento de emprego, dentro da área da acção reivindicativa. Como veio depois a saber-se, também dentro da área internacional foi autonomizada

Com a baixa do IVA só os lucros ganharam

A descida da taxa de IVA sobre produtos derivados de laticínios e serviços de restauração, que desde segunda-feira passou de 17 para 12 por cento, sem efeitos nos preços praticados ao consumidor, «não pode deixar de causar profunda indignação», comenta a CGTP, salientando que tal descida «reverterá apenas a favor dos comerciantes, que assim poderão ver aumentar os seus lucros».

Quando foi discutido o Orçamento do Estado para este ano, recorda-se numa nota do departamento de informação da *Inter*, a central reclamou a redução da taxa do IVA sobre os produtos alimentares de maior consumo, «a fim de beneficiar as classes de menores rendimentos»; na altura, o Governo comprometeu-se a «estudar a introdução de medidas nesse sentido».

O protesto contra a decisão anunciada dia 1 é acrescidamente justificado pelo facto de que, «quando as taxas aumentaram, o consumidor custeou totalmente essa subida, nomeadamente na restauração», pelo que «não se compreende que o consumidor em nada beneficie da redução». A CGTP salienta ainda que «estamos em presença de um sector de actividade onde a fuga e a fraude fiscais são, reconhecidamente, muito elevadas».

dor da CGTP esteve acompanhado por Graciete Cruz, Ulisses Garrido e Carlos Trindade, membros da Comissão Exe-

a ligação à CES, enquanto se procedeu à divisão da propaganda sindical e das relações com a comunicação social.

Nada de novo no quadro das dívidas

As medidas anunciadas na semana passada pelo Governo relativamente ao pagamento de dívidas ao fisco e à Segurança Social, tanto de contribuintes colectivos como individuais, constituem, no entender da CGTP, «um mero artifício destinado a acalmar a justa indignação pública causada pelo anúncio do perdão das dívidas dos clubes de futebol».

Uma nota do departamento de informação da central recorda que «a medida anunciada não tem nada de inovador, tendo em conta que em 1994 foi criado um regime que permite o pagamento das dívidas ao fisco em 10 anos» e «nessa altura foi dito que se tratava da última oportunidade», à qual se deveriam seguir

«medidas duras em relação aos contribuintes faltosos».

Contudo, refere a CGTP, «a generalidade dos devedores continua a não pagar e a viver em total impunidade», provocando um grande aumento das dívidas ao fisco e à Segurança Social nos últimos dois anos. No final de 1995, refere a nota, o total das dívidas ascendia a 1300 milhões de contos.

«O que se está a passar é muito grave e revelador da impunidade em que vivem determinados sectores da sociedade, que desafiam a autoridade democrática, enquanto se faz recair quase exclusivamente sobre os trabalhadores por conta de outrem a obrigação de pagar impostos», protesta a CGTP.

Corais & Aguiar tem que pagar

Os trabalhadores da têxtil Corais & Aguiar, de Guimarães, entraram em greve no dia 25 de Junho pelo pagamento do salário de Maio e por garantias quanto aos meses seguintes. Na segunda-feira, assinalando o 7º dia de paralisação, o Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes afirmou que a greve se mantém, com o pessoal e dirigentes sindicais concentrados permanentemente à porta da empresa.

Uma proposta da administração que previa o pagamento faseado dos salários em atraso foi recusada no dia 27, em plenário de trabalhadores. A proposta - que fora apresentada na quarta-feira, dia 26, durante uma reunião efectuada na delegação de Guimarães do Ministério do Emprego, com a administração da empresa, o sindicato e representantes dos trabalhadores - previa o pagamento a 10 de Julho da parte dos salários em dívida referente a Maio e a marcação, para esse mesmo dia, de uma nova reunião para decidir a data do pagamento dos salários de Junho. Em troca, os trabalhadores retomariam o trabalho de imediato.

O plenário considerou inaceitável tal proposta e decidiu prosseguir a luta pelo pagamento imediato do salário de Maio e por garantias para os meses subsequentes.

Na passada segunda-feira, o sindicato revelou que já alertou a Inspeção do Trabalho para actos de «afrontamento dos trabalhadores» praticados pela administração, que anda «pelas portas das suas casas» a tentar aliciá-los.

Guardas e vigilantes da Natureza lutam por diálogo e dignificação

Pela primeira vez desde a criação da carreira, os guardas e vigilantes da natureza (afectos ao Instituto de Conservação da Natureza) estiveram em greve anteontem. A paralisação foi convocada pelos sindicatos da Função Pública, que promoveram uma concentração junto ao Ministério do Ambiente.

As razões da luta - segundo uma nota de imprensa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública - prendem-se com a «inexistência de diálogo» por parte do Ministério,

apesar dos sucessivos pedidos de audiência formulados desde Janeiro. A FNSFP recorda que num encontro nacional, em Março, estes profissionais aprovaram um projecto de regime de trabalho, que urge negociar mas que se tem confrontado com «uma total insensibilidade» por parte dos responsáveis governamentais.

Os guardas e vigilantes da natureza são actualmente cerca de 150, para todo o território nacional, e têm a seu cargo a fiscalização de todas as reservas e áreas protegidas, refere a

federação, sublinhando a «total insuficiência de meios para o exercício das funções que lhes estão atribuídas».

«As atribuições legalmente atribuídas aos guardas e vigilantes da natureza, só por si, relevam a importância que estes trabalhadores assumem na defesa e protecção do meio ambiente», afirma a FNSFP numa nota distribuída durante a concentração e na qual realça que «tal importância não é compatível nem com uma carreira desmotivadora, nem com condições de trabalho inadequadas à natureza e especificidade das funções desenvolvidas».



Durante a greve de terça-feira, activistas concentraram-se junto ao Ministério do Ambiente, em Lisboa

INTERNACIONAL

Parlamento Europeu
A incoerência portuguesa

Turquia

Pela primeira vez em 73 anos, os islamitas estão à frente de um Governo turco. Necmettin Erbakan, líder do Partido da Posteridade (Refah), foi nomeado primeiro-ministro no fim da semana passada pelo Presidente Demirel, depois do acordo com o partido da Justa Via. Tansu Çiller acumula os cargos de vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros. O novo executivo declarou já que irá prosseguir a integração na União Europeia e respeitará os princípios laicos da República e os tratados estratégicos.

Desminagem

Termina hoje a Conferência Internacional sobre Desminagem que decorre desde terça-feira na Dinamarca. Organizado pelo Departamento da ONU para a Ajuda Humanitária, esta iniciativa conta com a presença de mais de 250 representantes de 48 países. A China, a Rússia, o Iraque e o Paquistão são os grandes ausentes desta cimeira, onde Portugal também não participa. A conferência tem como objectivo estudar novos métodos para a eliminação de minas - que actualmente rondam as 110 milhões e que se encontram espalhadas por 70 países - promovendo o desenvolvimento de uma tecnologia que possa rapidamente e sem riscos ajudar as populações das zonas minadas a localizar e a eliminar os campos minados. Ao ritmo actual e com os métodos agora utilizados, serão precisos mais de mil anos para fazer desaparecer estas minas, segundo as previsões dos especialistas.

Bósnia

O Partido Democrático Sérvio (SDS), no poder na República Srpska, pediu na segunda-feira a Radovan Karadzic para se candidatar às eleições de 14 de Setembro, 24 horas depois de este ter renunciado à presidência do país e de delegar os seus poderes no vice-presidente, Biljana Plavsic. Segundo a agência SRNA, esta decisão foi tomada «em nome da vontade dos membros do SDS e do povo da República Srpska».

Córsega

Um morto e 15 feridos é o balanço do atentado ocorrido em Bastia, no norte da Córsega, na noite de segunda-feira. Entre os feridos encontram-se militantes do Movimento Cuncolta Naziologista, o «braço legal» da Frente de Libertação Nacional da

A proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o Conselho de Florença não acolheu as propostas de emenda dos deputados comunistas. Os restantes eurodeputados portugueses, que tanto pregam em Portugal sobre questões sociais, também contribuíram para rejeitar as emendas apresentadas.

O texto da resolução aprovado pelo PE sobre o Conselho Europeu de Florença (com os votos contra do PP, a favor do PS e PSD e contra do PCP) não contém, em si, nenhum dado novo. O que é significativo é a votação de algumas emendas por parte dos deputados portugueses.

A emenda 4, que acrescentava ao ponto 4 da resolução para que se desenvolvam avanços reais em matéria de emprego - «é necessário debater o tema da UE na CIG e rever a política de convergência» -, foi rejeitada, com os votos a favor do PCP e os votos contra do PS, PSD e PP.

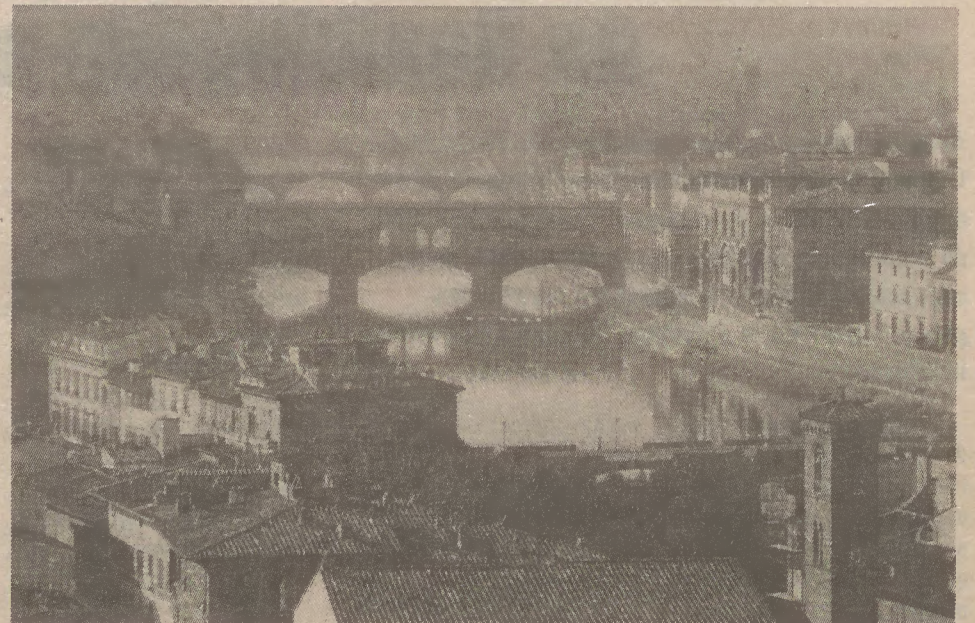
A emenda 7, que acrescentava antes do ponto 1 da resolução que se «lamenta que a CIG tenha excluído dos seus trabalhos a discussão das consequências institucionais da moeda única», foi também rejeitada, com os votos

favoráveis dos comunistas e contra do PS, PSD e PP.

Quanto à emenda 12, sem dúvida a mais importante e onde se afirmava que se «acolheria com satisfação o facto que todos os Estados-membros organizassem referendos sobre os futuros resultados da CIG», o PCP e o PP votaram a favor, enquanto PS e PSD votaram contra. Este último ao arripio do que é defendido numa decisão recente do seu Conselho Nacional, na qual se admite a possibilidade da realização de referendos sobre a matéria em discussão na CIG (que era exactamente o que a emenda 12 propunha).

Desemprego
é questão interna

Além destas incoerências dos partidos portugueses, no rescal-



Florença foi palco do último Conselho Europeu

do do Conselho Europeu de Florença vale a pena assinalar alguns acontecimentos.

John Major mostrou-se satisfeito com o levantamento «por etapas» do embargo à Grã-Bretanha, devido à BSE. O primeiro-ministro inglês mostrou-se igualmente satisfeito pela referência que é feita nas conclusões sobre a revisão das disposições sobre o Tribunal de Justiça e a subsidiariedade. Mas subli-

nhou que o Reino Unido está menos entusiasmado no que respeita às propostas sobre o alargamento do voto por maioria, os poderes do Parlamento Europeu e a diminuição do controlo nacional sobre a justiça e a política internacional e de segurança.

Major afirmou também se opor a qualquer tentativa de contornar o seu «opt out» sobre o Protocolo Social, através de modificações das disposições do tratado sobre saúde e segurança dos trabalhadores.

Helmut Kohl - cujo ministro das Finanças havia expresso um certo cepticismo quanto a um

«pacto de confiança para o emprego» -, afirmou, a propósito da situação económica e do desemprego, que cada país deve começar por cumprir o seu dever no seu próprio país. Uma afirmação curiosa, sobretudo tendo em conta a forma vertiginosa como o desemprego está a crescer na Alemanha.

Quanto ao financiamento das redes transeuropeias, o chanceler Kohl sublinhou que a crise da BSE não permite actualmente recorrer aos créditos do orçamento agrícola que devem beneficiar os agricultores atingidos.

PCP presente
PC do Vietname em congresso

O 8º Congresso do Partido Comunista do Vietname, reunido no fim-de-semana, em Hanoi, fez o balanço do «doi moi», as novas orientações económicas iniciadas há dez anos, e aprovou as tarefas do plano socioeconómico até ao ano 2020. Foi também eleito o novo Comité Central e discutidas as alterações aos estatutos do partido.

Blanqui Teixeira, membro do secretariado do Comité Central do PCP, acompanhou os trabalhos do Congresso e dirigiu uma saudação do PCP aos camaradas vietnamitas.

«O Partido Comunista do Vietname goza de um profundo respeito da parte dos comunistas, dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro. As suas prolongadas e heróicas lutas pela libertação nacional, para vencer a feroz agressão imperialista, para garantir a independência nacional, a reunificação do país e a via do socialismo, constituem um património inspirador para todos os que lutam pela emancipação nacional e social.

«Hoje, em novas condições, o Partido de Ho Chi Minh conduz os novos combates para assegurar o desenvolvimento acelerado do seu país e o crescente bem-estar das populações. Acompanhamos com muito interesse o vosso processo de renovação e desejamo-vos os maiores sucessos», lesse na saudação.

«Em todo o mundo, os trabalhadores e os povos não se conformam (com os avanços do imperialismo), desenvolvendo importantes lutas pelos seus interesses vitais, o progresso social, a soberania nacional, o desarmamento e a paz.

«Apesar da proclamação do «fim do comunismo» pelo imperialismo ainda há poucos anos, é hoje cada vez mais claro que o socialismo está bem vivo, que há países, como o Vietname, que persistem na orientação socialista, que importantes forças políticas em todos os continentes apontam à construção duma nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem como um objectivo necessário da civilização humana.

«Verificam-se em diversos e significativos casos sinais de recuperação dos partidos comunistas e cresce a consciência da necessidade da sua cooperação internacionalista, assim como com outras forças democráticas e progressistas», conclui o PCP.

Uruguai

O Partido Comunista do Uruguai (PCU), também reunido em congresso, em Montevideo, contou com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, que transmitiu uma saudação do Partido.

No documento, afirma-se a valorização que o Comité Central dá à «posição de defesa dos ideais e valores do socialismo» e o acompanhamento, «com interesse e espírito solidário, das actividades do PCU em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo do Uruguai». «Com igual interesse, acompanhamos a vossa luta pela democracia e o progresso social e o contributo do vosso partido para a constituição duma alternativa ao tradicional quadro bipartidário burguês, que se expressa na Frente Ampla e nos seus significativos resultados eleitorais», acrescenta-se.

No âmbito da cooperação internacionalista dos comunistas, o Comité Central considera que é «particularmente importante o desenvolvimento da solidariedade para com os povos vítimas das ingerências e agressões do capitalismo, nomeadamente contra o bloqueio dos EUA a Cuba que a lei Helms-Burton visa reforçar».

No 4º Congresso do PASOK, que se realizou em Atenas, o PCP fez-se representar por Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

Entretanto, José Paleta, membro do CC e da Direcção da Organização Regional de Setúbal, representará o PCP na Festa do Avant, órgão do PC da Catalunha.

Questões
à Comissão
Europeia

«A Comissão Europeia referiu que, durante o primeiro semestre de 1995, adoptaria uma recomendação para incentivar os Estados-membros a aprovar a Convenção Internacional das Nações Unidas de 1990 sobre a «protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias», a fim de melhorar a situação dos cidadãos que, estando nestas condições, residem na União, e garantir que os direitos que lhes são concedidos correspondem às normas internacionais.

Qual o seguimento dado a esta sua afirmada intenção e qual a reacção dos diferentes Estados-membros?» - esta foi a pergunta levantada pelo deputado comunista ao Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro.

Como resposta, obteve a informação de que a referida convenção não foi ratificada pelos Estados-membros da União, apesar de a Comissão ter feito essa declaração no seu programa social a médio prazo.

«A Comissão está a proceder aos trabalhos preparatórios que incluem a elaboração de um relatório sobre as dificuldades e possibilidades de ratificação pelos Estados-membros e sobre o valor acrescentado da ratificação dessa Convenção comparativamente a outros instrumentos internacionais adoptados pela Organização Internacional do Trabalho e pelo Conselho da Europa», refere-se na resposta.

Por seu turno, o eurodeputado Honório Novo colocou à Comissão Europeia uma questão sobre o Estudo de Impacto Ambiental relativo às obras do IPI entre Freixos e os Carvalhos.

Depois de ter recebido a informação de que a construção daquele projecto foi iniciada antes do processo de avaliação de impacto ambiental previsto, a comissária Bjerregaard respondeu que «a Comissão irá chamar a atenção das autoridades portuguesas para esse facto, e convidá-las a tomar as medidas adequadas para garantir que os princípios estabelecidos pela directiva sejam cumpridos na íntegra».

A referida directiva estabelece que os efeitos dos projectos que possam ter um impacto considerável no ambiente devem ser submetidos a uma avaliação antes da concessão da aprovação.

Rússia

A incógnita presidencial

Os eleitores russos votaram ontem na segunda volta das presidenciais e os resultados, desconhecidos à hora do encerramento da nossa edição, arriscam ser uma dupla surpresa: para os próprios eleitores, que foram às urnas sem saber se Boris Ieltsin ainda estava vivo e/ou em condições de assumir qualquer tipo de responsabilidade governativa, e para a generalidade dos observadores e analistas políticos a braços com a incógnita da eventual influência das especulações sobre o estado de saúde do actual Presidente nas opções do eleitorado.

O desaparecimento de Ieltsin da cena política russa, na última semana, alegadamente devido a problemas de garganta, trouxe de novo à ribalta política a questão dos seus conhecidos problemas de saúde, que fizeram já correr rios de tinta e levaram a que os jornalistas estivessem preparados para lhe fazer o funeral pelo menos três vezes durante a sua carreira presidencial.

Numa tentativa de pôr cobro às especulações sobre o assunto, na segunda-feira, último dia da campanha presidencial, Ieltsin apareceu duas vezes na televisão: primeiro, lendo uma mensagem exortando o eleitorado a votar nele; depois, durante o encontro habitual com o Primeiro-Ministro, sem registo de som. A iniciativa, longe de desfazer as dúvidas, aumentou-as. No primeiro caso, o líder russo não mostrava sinais da alegada laringite, mas a gravação - que muitos duvidaram ser do dia - mostrava-o fortemente caracterizado e visivelmente debilitado. Por seu turno, o primeiro-ministro, Viktor Tchernomirdin, complementou o segundo registo com a garantia de que o aperto de mão do Presidente continua forte.

Entretanto, em Washington, a Casa Branca negou ter qualquer indicação de que Boris Ieltsin padeça de uma doença grave. O porta-voz Mike McCurry, afir-

mou a propósito que o Governo dos Estados Unidos mantém contactos com funcionários russos através da sua embaixada em Moscovo, salientando que «particularmente nos disseram o mesmo que estão a dizer publicamente, que Ieltsin tem uma laringite».

Sinais preocupantes

Mas os verdadeiros sinais de que algo de sério se passa nos bastidores do Kremlin foram dados pelo cada vez mais poderoso general Lebed, que a dois dias da segunda volta das eleições veio a público exigir plenos poderes no Conselho de Segurança, um órgão actualmente apenas com carácter consultivo, ao mesmo tempo que avançava a proposta de criação do cargo de vice-presidente. Trata-se, ao que tudo indica, de criar o cenário mais favorável à substituição do «czar». Segundo a Constituição russa, cabe ao primeiro-ministro assumir a presidência, por um período máximo de três meses, em caso de morte ou de impedimento do Presidente, mas ninguém tem dúvidas em Moscovo de que Viktor Tchernomirdin não reúne as condições para ocupar o lugar de Ieltsin.

A aprovação da proposta de Lebed para a criação do cargo de



As profundas desigualdades sociais que hoje se registam na Rússia tomaram-se a melhor prova da verdadeira face da dita «economia de mercado», vulgo capitalismo

vice-presidente, com direito a ascender automaticamente à presidência em caso de vacatura do cargo, implica à partida uma emenda à Constituição, o que não é viável na actual correlação de forças. Mas ninguém excluiu, no início da semana, um qualquer golpe de teatro para ultrapassar o «obstáculo legal», o que nem sequer constituiria novidade nenhuma, já que a esmagadora maioria das decisões do consulado de Ieltsin se situa declaradamente no campo da ilegalidade. Como afirma Oleg Rumiantsev, social-democrata, presidente da Fundação para a Reforma Constitucional e conselheiro jurídico da Comissão Constitucional da Duma (Parlamento), a Rússia não é um Estado de Direito, é um «Estado de Ieltsin».

Os apoiantes externos de Boris Ieltsin não parecem minimamente preocupados com este cenário. Com a mesma naturalidade com que aceitaram as manobras de bastidores registadas logo no res-

caldo da primeira volta das eleições, as grandes «democracias ocidentais» não vêem motivo para preocupações neste simulacro de regime democrático desde que Ieltsin se mantenha vivo e recolha os votos de Lebed e de Iavlinski, os seus ex-rivais da primeira ronda, ou que a elite que o apoia garanta uma sucessão a contento.

A única preocupação é evitar, seja a que preço for, a vitória do candidato comunista, Ziuganov. O inegável sucesso obtido pelo candidato comunistas nas urnas, expressão de um inequívoco e incontornável apoio popular, é tratado pelos «democratas» como coisa de somenos. Como se se pudesse ignorar a vontade de 32 por cento do eleitorado!

Estrangeiros

Para reeleger o actual Presidente, de quem Oleg Rumiantsev não hesita em dizer que «muitas

vezes não está no seu juízo», não foram poupados esforços.

Nesse sentido, a candidatura de Boris Ieltsin terá contado mesmo com os serviços de três consultores políticos norte-americanos para o ajudar na sua campanha, segundo noticiou segunda-feira o Washington Post. Segundo o jornal norte-americano, que cita fontes não identificadas, os três homens são próximos do governador da Califórnia, Pete Wilson, um «peso pesado» do Partido Republicano, e o seu trabalho consistiu em analisar os resultados das sondagens respeitantes ao actual Presidente por forma a este melhorar a sua imagem. Contactados pelo jornalista do Washington Post, os três consultores recusaram-se a comentar o facto, enquanto um responsável da campanha de Ieltsin, Vyacheslav Nikonov, desmentia estas informações, afirmando ao jornal que «aqui não há estrangeiros, nem um só».

Estrangeiros houve, comprovadamente, a votar na Tchetchénia, onde a segunda volta das eleições presidenciais russas começou ontem, segundo a agência Interfax.

As autoridades pró-russas da república independentista do Cáucaso decidiram antecipar a ida às urnas alegadamente para ultrapassar problemas de comunicações e permitir a um máximo de habitantes o cumprimento do seu dever cívico, mas a explicação é pouco convincente. A primeira volta das presidenciais na Tchetchénia decorreu durante três dias e revelou-se uma farsa de tal monta que até jornalistas estrangeiros foram autorizados a votar.

Segundo observadores, a participação e os resultados anunciados pela comissão eleitoral para a primeira volta na Tchetchénia não corresponderam à verdade.

Entretanto, uma delegação do Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CE) deslocou-se à Rússia como observadora da segunda volta, revelaram fontes da organização, em Estrasburgo. A delegação, composta por cinco membros, é chefiada por Ernst Muehleman, um deputado suíço do grupo dos liberais.

Recorda-se que a delegação da CE presente na primeira volta das eleições presidenciais russas as considerou «conformes com as regras democráticas».

Córsega, considerado o interlocutor privilegiado do Governo.

República Dominicana

Leonel Hernandez, do Partido da Libertação Dominicana, ganhou as eleições presidenciais, realizadas no domingo, com uma vantagem de apenas 2,5 por cento sobre o seu rival, José Francisco Pena Gomez, líder do Partido Revolucionário Dominicano. Gomez, reconhecendo a derrota, afirmou que se considerava vencedor «moral do voto popular» e que fará uma «oposição firme, diária e tenaz, mas justa, limpa e construtiva» para a modernização e o desenvolvimento do país. O candidato referiu ainda que o mandato de Hernandez «não é unânime e que metade do povo dominicano não votou a seu favor».

Alemanha

Quinta-feira, dois dias antes da votação do «pacote de austeridade» de Helmut Kohl no Parlamento, mais de 100 mil trabalhadores protestaram contra as medidas «de poupaça» propostas pelo Governo. Schweifurt, Berlim, Kiel, Muehlheim, Munique e Nuremberga foram algumas das cidades onde se realizaram manifestações e comícios. Só em Baden-Wuerttemberg, bastião da indústria automóvel germânica, participaram mais de 50 mil pessoas em cerca de 100 actividades de protesto. Funcionários de uma empresa metalúrgica de Colónia entregaram a deputados da oposição em Bona um abaixo-assinado com 14 mil assinaturas contra os planos do Governo. Em Bochum, Klaus Zwickel, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, exigiu a demissão do executivo, ameaçando prolongar as iniciativas «até aos limites que nos forem possíveis».

Arábia Saudita

O atentado da semana passada na Arábia Saudita contra uma base militar norte-americana, que provocou 19 mortos e 386 feridos, foi alvo da condenação unânime dos países árabes e ocidentais, bem como de diversos líderes religiosos. O presidente do Conselho Superior Xiita do Líbano considerou que «semelhantes actos são contrários ao Islão». A Liga Árabe, por seu lado, afirmou que o atentado «contradiz totalmente os valores e ensinamentos islâmicos, bem como as tradições árabes». O Conselho de Segurança da ONU reafirmou a «forte condenação a todos os actos de terror» que são «estranhos aos valores morais e espirituais partilhados por todos os povos do mundo».

Angola

Banditismo preocupa UNAVEM

A Comissão Conjunta de aplicação do Protocolo de Lusaca «está preocupada com actos de banditismo que continuam a ocorrer nas províncias de Benguela e de Huíla e as duas partes devem fazer o seu melhor para controlar as suas tropas de forma a poder pôr termo a estas acções» - afirmou o comandante dos «capacetes azuis», general Philip Valério Sibanda, no final da 38ª reunião ordinária do órgão supervisor do processo de paz angolano.

Reunida no início da semana, a CC fez o ponto da situação do processo de acantonamento em curso, tendo o general Sibanda, segundo a Lusa, reafirmado a «preocupação» da UNAVEM III pela deficiente qualidade do armamento entregue pela UNITA nas áreas de aquartelamento e pelo facto de muitos soldados se apresentarem sem armas. O representante da ONU não deixou no entanto de referir a boa vontade do movimento de Jonas Savimbi em prosseguir com as operações de acantonamento.

Os movimentos de tropas para quartéis, que já deveriam estar terminados com base no calendário aprovado, deverão estar concluídos até ao fim desta semana, referiu Sibanda, que recebeu garantias da parte governamental nesse sentido. As autoridades angolanas prometeram igualmente o início em breve do desarmamento da população civil, tendo o governo divulgado segunda-feira um comunicado em que insta a população a entregar as armas em seu poder, utilizadas frequentemente em «actividades criminosas».

O general, que presidiu à reunião da Comissão Conjunta em substituição do representante da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, ausente em Itália, anunciou que a UNITA tem praticamente pronta a alteração do nome da sua rádio, Vorgan, e vai proceder ao registo da estação emissora, conforme determina a lei angolana.

Os graves problemas económicos que afectam Angola estiveram entretanto em foco no seminário «O empenho europeu na África Austral: pela paz, democracia, progresso e integração social», em Florença, organizado pela Associação para a Democracia na África do Sul, pela AWEPA (Associação dos Parlamentares Europeus para a África Austral) e pela edilidade de Florença.

O representante do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, afirmou na sua alocução que «a questão capital da paz e da guerra em Angola» reside na reinserção dos desmobilizados.

«Os elementos excedentários do exército da UNITA não podem ficar abandonados na estrada», disse, acrescentando: «Temos que dar aos homens que abandonaram a guerra a possibilidade de viver com dignidade».

Depois de salientar o papel positivo da ajuda internacional neste sentido, «sobretudo das Organizações Não Governamentais (ONG), sem as quais teria sido uma catástrofe», Beye afirmou que Angola tem grandes potencialidades económicas, para, em paz, fazer face ao problema.

Alioune Beye apelou à comunidade internacional para ajudar Angola porque «o preço da guerra - humano e financeiro - é muito maior do que o preço da paz».

Texto: Lígia Calapez
Fotos: Jorge Caria

Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura Portuguesa

Contra uma política feita só para os gran

Vendemos batata a vinte escudos e a menos o quilo. Alguém já comprou batata a este preço no mercado? Uma pergunta a jeito de desabafo que de alguma forma testemunha o clima de preocupação - e revolta - das largas dezenas de participantes (em grande número agricultores) que, domingo passado, participaram no Encontro Nacional do PCP sobre Agricultura, no Centro de Trabalho Vitória. Preocupação profunda num contexto em que a palavra crise atravessou todos os discursos. Crise ameaçadora - "assim nós vamos morrendo". Mas crise que tem raízes detectáveis - "a política europeia foi feita só para os grandes" -, e que, por isso mesmo, terá respostas possíveis, que necessariamente irão passar também pelo "olhar de classe sobre os campos", que caracteriza a política defendida pelos comunistas portugueses.

Os dados sobre a crise sucederam-se, das análises numéricas aos da experiência vivida. Mas também as propostas concretas de solução.

Os números referidos no Encontro são particularmente claros. Desde 1986 até 1995, a taxa de cobertura da balança agro-alimentar portuguesa baixou de 51% para 35%. Em quatro anos (de 89 a 93) desapareceram mais de 100.000 explorações agrícolas familiares.

Na vida quotidiana dos camponeses e agricultores, estes números têm uma tradução muito concreta, em termos de condições de vida - ou da sua degradação. Desde a adesão de Portugal à CE, e sobretudo a partir da segunda etapa da integração da agricultura portuguesa, o rendimento dos agricultores do nosso país caiu cerca de 25% em termos reais.

Factos que se reflectem, de forma gritante, na desertificação acelerada dos campos. As aldeias estão desertas, "a gente chega ali, parece que passou um terramoto". Hoje, na Guarda, mais de 25% das escolas têm menos de 5 alunos.

Uma realidade complexa, de que múltiplas serão as causas. Mas que é sem dúvida também produto de uma política, em defesa de interesses bem definidos. É significativo que não mais de 9% dos fundos comunitários sejam canalizados para o sector agrícola, enquanto 62% vão para as estradas.

Subsidiar só a produção

Hoje paga-se para lançar semente à terra e nem sequer fazer a colheita, paga-se pelas árvores que existem e de que se não trata, paga-se até para não produzir de todo em todo. Uma política claramente dirigida ao abandono das terras, à inviabilização da agricultura familiar. Que tem entretanto a sua lógica própria. "As multinacionais querem afundar tudo o que é pequeno... depois de tudo abandonado, vêm eles e compram tudo".

Os exemplos desta lógica, avessa à defesa dos interesses nacionais, como da dignidade de quem trabalha as terras, sucedem-se.

Existem actualmente em Portugal 320 mil hectares de olival. Um olival velho e em regressão, a que corresponde uma redução da produção. Que estímulos para a mudança desta situação?

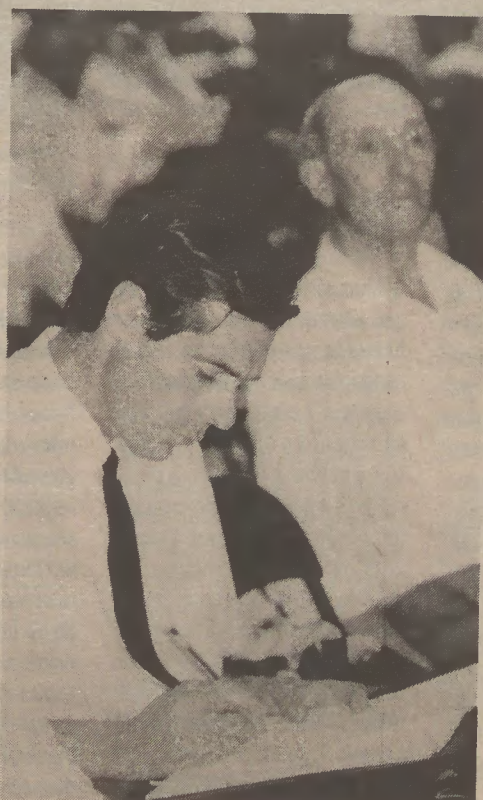
O que temos actualmente é a atribuição de ajudas "por árvore", o que à partida permite "dar rendimento a quem não faz nada". Não tendo em conta a qualidade do produto, nem tão-pouco a própria produção, estes subsídios tenderão, na prática, a levar "a uma degradação da qualidade" e a uma invasão do mercado nacional por "um produto mais barato do estrangeiro".

O caso do girassol é outro exemplo significativo. Plantações que foram feitas em função dos dinheiros para aí canalizados. Posteriormente abandonadas, nem por isso faltaram os subsídios. Sem que nada de útil tenha sido produzido.



Também a produção nacional de vinho se ressentiu fortemente destas políticas. "A Alemanha produz mais vinho que Portugal. Vinho feito a martelo. Mas é esse vinho que vem para Portugal", naturalmente mais barato. "E, nós, vamos vender o nosso vinho (e bom!) a quem?"

Um quadro em que se coloca de forma decisiva a exigência de "salvaguardar os interesses nacionais, salvaguardar os interesses da agricultura, em particular da agricultura familiar". O que passa também por uma política de *subsidiar só a produção*.



Queijo da serra ou queijo industrial?

A situação actual do queijo da serra é sintomática de políticas que não defendem na prática o que há de mais genuíno na produção nacional, antes enredam produções tradicionais numa rede de burocracia, alheia aos saberes dos produtores, que põe em causa a qualidade dessa mesma produção.

Criada a região demarcada do queijo da serra, colocaram-se exigências da obrigatoriedade da certificação e do licenciamento das queijarias.

Os problemas começaram a acumular-se. As queijarias licenciadas tiveram de deixar de funcionar no local de produção do leite, como desde há milhares de anos. Nas novas casas construí-

das para o efeito - em cimento e não em granito, sempre utilizado nas instalações para cura e fabrico - a maioria do queijo começou a estragar-se. Simultaneamente, a burocracia ligada à certificação levou ao seu descrédito.

Tudo somado - dos quatro mil produtores, apenas 6% têm queijarias licenciadas, o que corresponde aos grandes produtores. Assim, diminuiu a produção artesanal e hoje os industriais dominam completamente o mercado.

Intervenção de Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, encerrou os trabalhos do Encontro com uma breve intervenção, de que aqui publicamos alguns extractos.

(...)

O que no fundamental tem caracterizado a política do PS tem sido:

1. a completa passividade e demonstração de impotência na defesa do mercado nacional;
2. a mesma submissão à grande propriedade latifundiária do Alentejo e Ribatejo, inclusivamente à que está abandonada;
3. a incapacidade de afirmação de um projecto de defesa da agricultura nacional, centrado nos seus principais obreiros: os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores agrícolas.

Nós continuamos firme e serenamente a afirmar defender e lutar por uma nova política agrícola tendo como objectivos essenciais a melhoria dos rendimentos dos agricultores, a garantia de emprego e salários dignos dos trabalhadores agrícolas, o desenvolvimento da produção agrícola florestal e a obtenção de níveis adequados de segurança alimentar do País, a preservação do mundo rural e o desenvolvimento regional equilibrado, tendo em conta as necessárias e urgentes políticas de correcção da estrutura fundiária.

Medidas imediatas

O PCP considera que a crise não é uma fatalidade, que é preciso encará-la e avançar com medidas concretas. Mas entendemos também, que

"Os agricultores

no quadro actual, para além das medidas de fundo e estruturais são necessárias medidas imediatas de que salientamos entre outras:

1. Intervenção pronta e eficaz dirigida às explorações agrícolas familiares, aumentando os preços de intervenção e majorando excepcionalmente os prémios comunitários aos bovinos, através de apoios nacionais, garantindo assim o rendimento dos criadores; estabelecer um rigoroso controlo de carnes importadas (e rações) limitando-as aos estritamente necessários, e reforçar o combate às importações subsidiadas pela criação de uma taxa sobre essas importações; proteger e informar o consumidor, impedir a entrada de carne de países terceiros com exigências legais em matéria de sanidade animal inferior à portuguesa, manter o embargo sobre as carnes, produtos derivados e animais vivos de proveniência da Grã-Bretanha; desenvolver com rapidez o sistema de etiquetagem/selo com indicação de origem, qualidade, categoria e raça. E combater as fraudes, bem como as notícias demagógicas e alarmistas.
2. Medidas especiais de desendividamento das explorações e cooperativas agrícolas.
3. A defesa do mercado nacional, com recurso à negociação de cláusulas de salvaguarda e derrogações temporárias e exigência de que as importações cumpram normas adequadas de qualidade e sanidade. O projecto do PCP de criação de um Observatório dos Mercados Agrícolas e das importações agro-alimentares pode ser um importante contributo, se concretizado.

4. Igualização dos níveis de preços dos principais factores de produção (gasóleo, energia eléctrica, outros combustíveis) e taxas de juro ao de outras agriculturas comunitárias.

5. Reformulação dos níveis de fiscalidade que continuam a penalizar a produção nacional de lacticínios e outros produtos (IVA) e do vinho e



PCP APELA À LUTA POR UMA NOVA POLÍTICA

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

1. Reunido em 28 e 29 de Junho de 1996, o Comité Central analisou aspectos fundamentais da situação e da actualidade política nacionais, examinou diversas questões relativas ao fortalecimento da organização partidária, procedendo designadamente a uma avaliação da aplicação das conclusões da Conferência Nacional realizada em Novembro de 1994, e debateu e tomou deliberações sobre a preparação do XV Congresso constantes de uma resolução específica que aprovou sobre essa matéria.

2. No momento em que se completam oito meses de actividade do novo Governo do PS, o Comité Central destaca como traços e aspectos mais marcantes na situação política nacional:

— a irrecusável evidência de que o PS prossegue no Governo os eixos essenciais da política antes desenvolvida pelos Governos do PSD, sendo ainda patente que em diversos domínios — como é o caso, entre outros, das privatizações, dos direitos dos trabalhadores, da segurança social e de outros direitos sociais —, se propõe realizar objectivos e desferir golpes que o último Governo de Cavaco Silva, entretanto desgastado e enfraquecido, já não teve nem forças nem condições para realizar;

— os sinais de desorientação e os passos em falso que têm crescentemente marcado a acção do Governo e sobretudo a crescente erosão da sua base de apoio, traduzida num sentimento muito largo da inexistência de mudanças sensíveis, numa atitude de desencanto e de frustração de expectativas e em significativas e promissoras expressões de descontentamento, de resistência, de crítica, de intervenção e de luta contra a política do Governo;

— os esforços do PSD e do PP para multiplicarem incidentes políticos e empolarem divergências acessórias com o Governo do PS por forma a escamotear a sua convergência, cumplicidade e apoio em relação às linhas fundamentais da sua política;

— o papel insubstituível desempenhado pelo PCP como oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política (e igualmente à política que é comum ao PS, ao PSD e ao PP) e a sua intensa intervenção na dinamização da resistência à política do Governo, os seus esfor-

ços na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e de outras camadas sociais, a sua vasta e valiosa acção de apresentação de propostas construtivas para uma nova política.

3. São de destacar como expressões concretas da política do Governo, entre outras:

— o agravamento da situação económica do país e a continuada destruição dos seus sectores produtivos — que o Primeiro-Ministro, como o seu antecessor, procura atribuir a factores de natureza conjuntural, mas cujo carácter estrutural é cada vez mais evidente e indissociável de uma política de subordinação aos interesses do grande capital, de concentração de riqueza, de completo enfeudamento às políticas de Maastricht e à marcha forçada para a moeda única;

— a derrapagem da situação social em que avulta o gravíssimo problema do crescimento do desemprego — que já atinge mais de 500 mil trabalhadores — e do continuado alastramento das manchas de pobreza e da exclusão social;

— a deterioração do quadro laboral, resultante da liquidação de direitos e da imposição da legislação sobre flexibilidade e polivalência, do incumprimento governamental dos compromissos assumidos na administração pública, e da tentativa de amarrar as estruturas sindicais a uma «concertação estratégica» dominada pelos objectivos e interesses do grande patronato e que visa corresponsabilizar as organizações sociais na aplicação da política e da estratégia previamente definida pelo Governo;

— o prosseguimento e a aceleração do processo de privatização de empresas públicas e cujas consequências, quer no plano da restauração do poder económico e político do grande capital, quer no plano da transferência do seu controle para o capital estrangeiro, quer dos efeitos negativos ao nível do emprego e dos direitos sociais dos seus trabalhadores, se revela extremamente prejudicial para o país;

— a continuação de uma política de integração europeia amarrada aos comandos das principais potências e do grande capital transnacional, que regista o descabro das sucessivas estratégias anunciadas para combater o desemprego e para implementar a criação de emprego, as baixas taxas de execução em relação aos fundos estruturais, em novos passos dados no sentido da utilização do voto por maioria com sacrifício pelos interesses e posições dos países mais pequenos;





COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

— o desenvolvimento de estudos e acções que visam pôr em causa o sistema público de Segurança Social e avançar com a sua privatização e preparar psicologicamente os cidadãos para a aceitação dessa perspectiva, que só pode interessar ao grande capital do sector segurador e à especulação financeira desenvolvida através de fundos de pensões;

— a multiplicação de dificuldades na área educativa, tanto resultantes do facto do Governo ter deixado passar um ano lectivo sem nada fazer quanto aos principais pontos que configuram a crise do sistema educativo, como das orientações negativas que têm vindo a adoptar em relação a um conjunto de importantes questões. É o caso, nomeadamente, da acrescida selectividade na finalização do secundário e no acesso ao superior, do «modelo» privado de expansão da educação pré-escolar, da criação de turmas especiais no ensino básico com «currículos alternativos» aos ministrados nas turmas regulares, do figurino neoliberal para o financiamento do superior e da grave desregulamentação da carreira docente.

4. O Comité Central salienta que a revisão constitucional prossegue em grande ritmo, somando-se factores de inquietação e sendo patente que as «soluções» indiciadas não correspondem às promessas e declarações anteriormente produzidas pelo PS.

Quanto à questão da revisão do regime constitucional da regionalização, o que foi acordado entre o PS, o PSD e o PP, representa a introdução de um regime em que o cumprimento da Constituição fica obrigatoriamente dependente de um referendo nacional e de referendos regionais. Estes, ainda que maioritariamente favoráveis, só valem se votarem 50% dos eleitores inscritos (o que, na prática, pode ser muito superior, devido à elevada «abstenção técnica», isto é, «eleitores» que morreram ou mudaram de residência e não foram abatidos aos cadernos eleitorais).

O PS abre, assim, caminho ao referendo em matéria constitucional, como há muito a direita pretende, e abre a porta a que um eventual alto nível de abstenção, ainda que meramente aparente, possa jogar contra a regionalização. O referendo em matéria constitucional corresponde a admitir que princípios essenciais da lei fundamental fiquem dependentes de plebiscitos.

Acresce ainda a possibilidade de contradição entre a vontade manifestada pela Assembleia da República na Lei da Criação das Regiões, promulgada pelo Presidente da República, e o voto directo manifestado em dois referendos e também entre a vontade manifestada a nível nacional e a vontade das populações em todas ou em parte das áreas regionais que, na altura, já constarão da lei aprovada.

A solução aprovada em comissão de revisão implica igualmente retirar aos municípios o direito de intervenção dominante, em referendo orgânico, que permitia configurar a regionalização como um processo de baixo para cima, fazendo com que as áreas regionais fossem configuradas com a intervenção determinante destes.

O PS não conseguiu concretizar todas as suas propostas (particularmente em matéria de eleição das Juntas Regionais). Mas não deixou de ceder e convergir com as reivindicações essenciais da direita, depois de afirmar durante semanas que nunca o faria.

Embora sabendo que o processo de regionalização foi afectado pelos acordos do PS com a direita e que sobre ele se adensam justificadas incertezas, não deixa de ser oportuno sublinhar que prossegue o debate público e as audições parlamentares sobre os projectos aprovados em 2 de Maio (incluindo os projectos do PCP), os quais deverão conduzir à aprovação da Lei de Criação das Regiões Administrativas e à regulamentação de outros aspectos (como as atribuições).

Reafirmando que a concretização da regionalização nos termos constitucionais em vigor seria não apenas o caminho legítimo mas também a forma mais correcta e segura de fazer avançar essa importante reforma democrática, o Comité Central considera que se impõe uma larga intervenção dos municípios, das populações e de outras estruturas representativas, que corresponda ao exercício dos seus direitos de participação e influir adequadamente nas soluções a aprovar pela Assembleia da República.

Quanto ao regime do referendo sobre a integração europeia, o que, na base de um acordo PS-PSD, se encontra encaminhado, corresponde à consagração de uma solução muito restritiva. Não será permitido, designadamente, referendar a revisão do Tratado de Maastricht, globalmente considerado, como o PCP justamente defende, ou aspectos de execução do próprio Tratado (como a moeda única). As questões colocadas poderão ser apenas algumas, devidamente seleccionadas. O PS e o PSD mantêm, assim, embora em versão mais disfarçada, a sua aversão ao voto popular em matéria de tratados, designadamente de integração europeia, e é legítimo suspeitar que, de facto, não pretendem, assegurar qualquer referendo sobre esta matéria.

Ao mesmo tempo, vão prosseguir os trabalhos em torno de outros aspectos da revisão constitucional, mantendo-se o sério perigo de nova revisão acelerada, cuja concretização só seria possível com o intolerável esmagamento do direito de cada partido a um normal debate e ponderação de todas as propostas que apresentou. Vão estar em consideração pro-

postas do PSD, do PP e do PS, cuja aceitação corresponderia a restringir os direitos dos trabalhadores e os direitos sociais, a afectar gravemente a democraticidade dos sistemas e da legislação eleitorais, designadamente da Assembleia da República e dos órgãos do Poder Local.

Existindo propostas positivas, designadamente no projecto de revisão do PCP, o sentido globalmente negativo e extremamente perigoso de propostas de outros partidos torna imperativo um mais vasto esclarecimento sobre o que está em jogo na revisão constitucional. O Comité Central sublinha a importância da intervenção de todas as organizações na divulgação e esclarecimento das propostas do PCP e na crítica das propostas de outros partidos. Torna-se igualmente imperiosa a mobilização da opinião pública, em particular dos trabalhadores, em defesa da consagração dos seus direitos na lei fundamental e da democraticidade do sistema eleitoral.

5. O Comité Central adverte para que, à medida que o tempo passar e maior for o descontentamento e a frustração com a política do governo do PS e os resultados da sua acção, mais e mais o Governo tenderá a insistir em argumentos e desculpas mistificatórias concebidos exclusivamente para favorecer a passividade, a resignação e o conformismo designadamente entre os cidadãos que há nove meses votaram no PS.

São argumentos e desculpas que vão desde a péssima herança deixada pelo PSD (que é inegável mas não absolve o PS de a respeitar e prolongar em aspectos decisivos) até aos condicionamentos externos (que naturalmente existem mas sobretudo para quem não tem coragem de os afrontar ou foi cúmplice consciente da sua criação), passando pela responsabilização exclusiva da União Europeia pela falta de uma política de eficaz combate ao desemprego (que visa esconder as responsabilidades próprias do Governo do PS e a sua concordância com as grandes orientações de política comunitária que sacrificam o emprego).

O Comité Central sublinha que o caminho escolhido pela política do PS e o caminho da resignação e do conformismo que a torne impune só poderão conduzir ao agravamento dos problemas nacionais, a um novo fracasso governativo do PS que a direita procuraria explorar hipocritamente como um alegado «fracasso da esquerda» em benefício do seu retorno ao poder.

O Comité Central dirige por isso um vivo apelo aos trabalhadores e a todos os democratas, designadamente aos que votaram PS nas últimas eleições legislativas, no sentido de que — no próprio interesse directo da sua vida, dos seus direitos e das suas aspirações — não permitam que os seus votos sejam invocados para continuar uma política que condenaram nas urnas e intervenham e participem activamente num vasto movimento de opinião, de iniciativa e de luta por uma nova política.

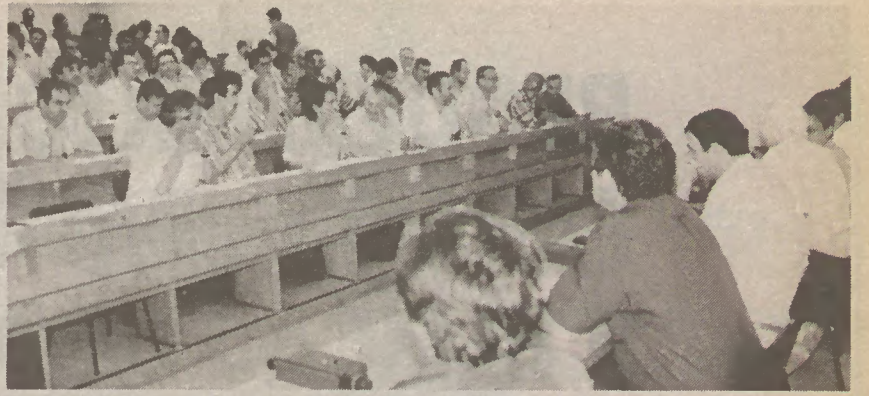
6. Saudando as organizações e militantes do Partido e da JCP, pela incansável e diversificada acção desenvolvida nos últimos meses nos mais diversos domínios de intervenção, o Comité Central destaca em particular o papel de primeiro plano do PCP e dos comunistas no estímulo e a dinamização da luta social, a importante campanha própria desenvolvida pelo Partido contra a proposta de lei da flexibilidade e polivalência, a combativa e qualificada intervenção do grupo parlamentar comunista, a realização de numerosas iniciativas de reflexão e debate aberto e de apresentação de propostas sobre grandes questões nacionais (o Congresso da JCP, as assembleias de importantes organizações, iniciativas de preparação das eleições regionais dos Açores e da Madeira, educação, saúde, segurança social, regionalização, agricultura, intelectuais, turismo, associativismo, toxicoddependência), iniciativas e esforços para melhorar e reforçar a organização do partido, a sua ligação aos trabalhadores e às massas e sua intervenção na sociedade.

Neste quadro, é indispensável assegurar o sucesso da Campanha nacional de Adesão ao PCP de mais 5 mil novos membros, para o qual existem condições reconhecidamente favoráveis e que deverá constituir importante contribuição para o indispensável fortalecimento e renovação das energias do PCP.

No seu conjunto, trata-se de componentes fundamentais da acção do partido que, convergindo numa audaciosa afirmação da sua identidade, propostas e projecto, é imprescindível prosseguir e ampliar na base de uma mais vasta e profícua mobilização das energias e capacidades existentes no colectivo partidário.

7. O Comité Central destaca finalmente a importância de assegurar um grande êxito para a próxima 20ª Festa do Avante marcada para os dias 6, 7 e 8 de Setembro e que, a três meses do XV Congresso, deverá marcar o arranque de um novo período de forte e confiante afirmação do PCP como força essencial da democracia portuguesa, como principal protagonista da luta pelos ideais e valores de esquerda, de cujo reforço depende a esperança de uma verdadeira mudança para uma vida melhor numa sociedade mais justa.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE A PREPARAÇÃO DO XV CONGRESSO



1. O Comité Central examinou algumas questões relacionadas com o andamento da preparação do XV Congresso que terá lugar nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro próximo, no Pavilhão Rosa Mota, na cidade do Porto.

O Comité Central estabeleceu um conjunto de questões sobre a situação internacional, económica, social e política, sobre a actividade partidária e problemas ideológicos, considerados essenciais para a elaboração do projecto de Resolução Política (Teses) a debater por todo o Partido e a submeter posteriormente à apreciação e aprovação pelo XV Congresso.

O Comité Central decidiu propor alterações aos Estatutos em conformidade com as discussões a efectuar, nomeadamente as que se impuserem por eventuais alterações na estrutura da Direcção Central.

O Comité Central aprovou ainda o Regulamento que estabelece as normas a observar por organismos e militantes durante a fase de debate no Partido para a eleição dos delegados.

2. Questões fundamentais a debater

Tendo em conta alguns pontos fundamentais de referência estabelecidos na reunião do Comité Central de Fevereiro de 1996, para início do estudo, investigação e debates com vista à elaboração dos documentos (Projecto de Teses) a levar ao XV Congresso, bem como o resultado das reuniões efectuadas nas Direcções Regionais e de várias outras iniciativas, o Comité Central estabeleceu, sem carácter exaustivo, um conjunto de questões centrais a ter em conta na elaboração do Projecto de Teses.

— **Sobre a evolução do mundo** analisar: os aspectos mais marcantes da situação internacional; as características essenciais e determinantes do capitalismo e do imperialismo na actualidade e a sua expressão nas formas de exploração dos trabalhadores e de opressão dos povos, nas suas acções militares agressivas e na pretensão da hegemonia mundial; os fenómenos de mundialização, as consequências dos processos de integração económica acompanhados da tendência para a integração militar e política; a soberania e independência nacionais; a ofensiva ideológica neoliberal; a difusão do «pensamento único»; a luta dos trabalhadores e dos povos; a importância dos países que, com as experiências e com soluções diferenciadas, definem como orientação e objectivo, construir uma sociedade socialista; o chamado Terceiro Mundo, a sua situação e o seu papel; o movimento comunista e revolucionário e as outras forças progressistas na actualidade; a validade do projecto comunista como alternativa emancipadora e libertadora dos trabalhadores e dos povos.

— **Sobre a evolução económica, social, política e cultural do país** analisar a evolução do capitalismo em Portugal (o processo de privatizações, reconstituição e res-

tauração dos grupos económicos monopolistas e do seu poder, a expansão das actividades financeiras e especulativas e sua ligação aos processos internacionais); consequências na situação dos trabalhadores, (o desemprego, a precarização, novas formas de exploração, degradação da situação social); o processo de integração europeu, a destruição do aparelho produtivo (agricultura, pescas e indústria) e as limitações à independência e soberania nacionais e suas consequências para o desenvolvimento do país; as consequências da restauração do capitalismo monopolista no desfiguramento do regime democrático; a privatização das funções sociais do Estado; a democracia cultural, a situação, mudanças e tendências na comunicação social; as orientações básicas para a definição de uma política que assegure o verdadeiro desenvolvimento do país e garanta o progresso social.

— **Sobre a luta social e a intervenção política** analisar a arrumação das classes e camadas sociais na actualidade; a sua expressão na frente social de luta e as condições para o seu desenvolvimento; o papel determinante da classe operária e dos trabalhadores e das organizações de massas no desenvolvimento da Frente Social de Luta; as batalhas eleitorais e seus resultados; a base social e eleitoral de apoio do Partido; o PCP como pólo aglutinador de uma alternativa de esquerda, verdadeira alternativa política no quadro da actual arrumação partidária.

— **Sobre o Partido**, afirmar a sua identidade e as suas grandes orientações como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido patriótico e internacionalista, tendo como objectivo superior a construção de uma sociedade socialista em Portugal, portador de uma teoria revolucionária e de princípios orgânicos que garantem a sua unidade e o aprofundamento da sua democracia interna; analisar o projecto e as propostas dos comunistas; aperfeiçoar e assegurar um trabalho de direcção e organização e uma política de quadros que concretize as grandes orientações com a eficácia e prontidão da resposta política quotidiana; desenvolver a democracia interna, avaliar o exercício do poder pelos comunistas no Partido, nas organizações e nas instituições; reforçar a organização e a luta ideológica; fortalecer a capacidade financeira do Partido; fortalecer as estruturas de base, virar o Partido para as massas e em particular para os trabalhadores e para uma inserção dinâmica e um diálogo reforçado com a sociedade portuguesa; assegurar a dimensão nacional do projecto e do Partido Comunista; o espaço nacional como lugar central da actividade dos comunistas no quadro da solidariedade e reforço da cooperação internacionalista.

3. Estrutura de Direcção Central

O Comité Central encarregou o Secretariado e a Comissão Política de prosseguir

o estudo da estrutura de Direcção Central com vista à elaboração de uma proposta que, partindo da avaliação da experiência da estrutura decidida pelo XIV Congresso e da necessidade de ter em conta os meios, os quadros e as tarefas políticas, assegure com eficácia a intervenção e dinamização da actividade partidária, a estreita ligação às organizações e sectores e o reforço do trabalho colectivo como prática corrente da actividade dos organismos de direcção, no quadro da necessária renovação.

Com vista à elaboração da proposta do novo Comité Central que o actual Comité Central apresentará ao XV Congresso, é considerado vantajoso manter as mesmas características do Comité Central actual, nomeadamente no que se refere às competências e número dos seus membros, o qual não deve aumentar. Foram estabelecidos alguns critérios a serem observados na elaboração da proposta, designadamente, assegurar a participação de quadros do partido, funcionários e não funcionários, responsáveis por grandes sectores da actividade partidária ou com intervenção destacada em importantes áreas da vida social e nacional e diversidade de conhecimentos e experiências.

Deverá igualmente ser assegurada uma larga maioria de operários e empregados, com uma forte composição operária e criteriosa distribuição geográfica, o reforço do número de mulheres e jovens.

O Comité Central lembra que, em conformidade com os Estatutos do Partido e a prática partidária, se deverá proceder à mais ampla auscultação junto das organizações nas quais se inserem os quadros a considerar na proposta que o Comité Central apresentará ao Congresso.

4. Regulamento e Calendário

O Comité Central aprovou o regulamento para a fase do debate no Partido e a eleição dos delegados. Estando prevista a publicação do Projecto de Teses no Avante, para princípios de Outubro, o regulamento fixa que as propostas de alteração e emendas aos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central para debate em todo o Partido deverão ser entregues com a possível antecipação, estabelecendo-se como data-limite o dia 16 de Novembro.

As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas até 29 de Novembro.

Para além dos delegados eleitos nas assembleias plenárias, em conformidade com os Estatutos, serão igualmente delegados ao Congresso por inerência, os membros do Comité Central, os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP e um número limitado de membros do Partido que, pela natureza e importância das suas tarefas, se considere relevante deverem participar como delegados no Congresso.

5. Imprensa partidária

O Comité Central decidiu que a imprensa partidária (o Avante e o Militante) deverá desempenhar um papel activo na divulgação e dinamização do debate preparatório, dando conta das diferentes iniciativas promovidas pelas organizações, abrindo nas páginas do «Avante» um espaço próprio para a intervenção dos militantes, e publicando materiais temáticos sobre as grandes questões em debate.

6. Convidados

O Comité Central decidiu que sejam convidados para assistir ao XV Congresso militantes do Partido, partidos, organizações sociais e personalidades portuguesas e partidos comunistas, movimentos e organizações revolucionárias e progressistas de vários países.

7. Um Congresso de reforço e afirmação do projecto e do papel do Partido

Os comunistas preparam o seu XV Congresso no quadro de uma nova escalada na reinstauração do poder dos grupos monopolistas, de domínio das transnacionais em sectores estratégicos da economia portuguesa, de liquidação de importantes conquistas democráticas, de grave ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, de agravamento da situação económica e social e de capitulação dos interesses portugueses aos ditames dos países mais ricos e poderosos da União Europeia e da NATO.

No plano político e institucional, acentuam-se factores de crise e desenvolvem-se, com o processo de revisão da Constituição, novos desfiguramentos do regime democrático-constitucional, nomeadamente com projectadas alterações às leis eleitorais.

A evolução da situação nacional, com as orientações e práticas do Governo PS, exigirá das organizações partidárias e de todos os militantes uma intervenção activa na defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores, na luta por uma verdadeira política de esquerda.

O Comité Central, salientando que a preparação do XV Congresso deve ser estreitamente ligada ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das massas populares, apela a todas as organizações e militantes para uma participação empenhada nos trabalhos preparatórios do XV Congresso, para que este se traduza num novo impulso da intervenção partidária, no reforço do Partido e na afirmação dos ideais do socialismo e do comunismo, um projecto com futuro.

REGULAMENTO PARA O DEBATE NO PARTIDO E ELEIÇÃO DE DELEGADOS AO XV CONGRESSO

O presente regulamento estabelece as normas a observar pelas organizações e os membros do Partido na preparação do XV Congresso, na eleição dos delegados e no debate dos documentos propostos pelo Comité Central para apreciação e decisão final pelo Congresso.

I ASSEMBLEIAS PLENÁRIAS

1. A realização de assembleias plenárias para debate dos documentos e eleição dos delegados será feita por convocação dos organismos de direcção respectivos, os quais assumem a direcção dos trabalhos.
2. Os organismos superiores devem tomar as medidas necessárias para convocar e garantir a realização das assembleias plenárias das organizações quando tiverem conhecimento de que os respectivos organismos de direcção não o fizeram.
3. Participam nos trabalhos e decisões das assembleias plenárias os membros do Partido das respectivas organizações.
4. Nos casos de membros do Partido que pertencem a mais de uma organização, considera-se para o efeito no disposto no número 3: a organização onde normalmente pagam a sua quotização.

5. Podem participar nos trabalhos das assembleias plenárias, sem direito a voto, excepto no que refere o número 20 deste regulamento, os responsáveis por essas organizações, que delas não fazem parte. Podem igualmente participar nas assembleias plenárias, sem direito a voto, os membros de organismos superiores, quando para isso tenham sido convidados.

6. As assembleias plenárias que incluam nos seus objectivos a eleição de delegados deverão ser convocadas com a antecedência mínima de 8 dias. As convocatórias devem explicitar obrigatoriamente o objectivo da reunião.

7. Os membros da Mesa que dirigem as respectivas assembleias plenárias elaborarão uma acta a enviar até ao dia 30 de Novembro ao Secretariado do Comité Central, onde registarão uma síntese que apure o sentido geral do debate assim como o resultado das votações, acompanhadas das fichas com os dados identificadores dos delegados eleitos.

II DEBATE

8. Os documentos para o XV Congresso, propostos pelo Comité Central para exame final e aprovação pelo Congresso, deverão ser discutidos nas reuniões dos diferentes organismos e organizações do Partido e nas assembleias plenárias

9. Os membros do Partido têm o direito de expressar as suas opiniões e de apresentar propostas, nomeadamente de alteração aos documentos apresentados pelo Comité Central, as quais deverão ser enviadas, pelo organismo a que pertencem ou por sua iniciativa, à Comissão Política do Comité Central.

10. As assembleias plenárias, caso assim o entendam, poderão proceder à votação na generalidade de cada um dos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central. Essas votações, a verificarem-se, deverão realizar-se de braço no ar.

11. O Comité Central fará o apuramento do debate e aprovará os projectos que serão apresentados ao Congresso.

12. Os projectos aprovados pelo Comité Central serão apresentados ao Congresso acompanhados por uma informação e apreciação do sentido geral das propostas de alteração apresentadas no decorrer do debate, incluindo as que não tiverem sido aceites pelo Comité Central.

III ELEIÇÃO DE DELEGADOS

13. O Congresso será constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias e por delegados, por inerência.

14. Os delegados eleitos directamente pelas organizações serão no proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido.

15. O número de delegados a eleger pelas organizações regionais, de acordo com o ponto anterior, deverá ser distribuído tendo em conta as diversas organizações que as compõem.

16. As organizações nas quais esteja inscrito um número inferior a 100 membros do Partido, mas superior a 50, poderão eleger na respectiva assembleia plenária um (1) delegado desde que não seja ultrapassada em mais de 10% a proporção de 1 delegado por 100 membros do Partido inscritos no conjunto da organização regional respectiva.

17. Nos casos das organizações nas quais esteja inscrito um número de membros do Partido inferior a 100, os organismos imediatamente superiores, no sentido de procurar garantir a todos os membros do Partido o direito de elegerem e serem eleitos como delegados ao Congresso, podem convocar assembleias plenárias

agrupando diferentes organizações respeitando a proporção de um (1) delegado por 100 membros do Partido inscritos.

18. Os organismos que convoquem as assembleias plenárias para a eleição de delegados poderão propor candidatos a delegados a eleger como efectivos, acrescidos de um número igual de candidatos a delegados suplentes, que, por ordem de eleição, ocuparão no XV Congresso o lugar de delegados efectivos que eventualmente venham a estar impossibilitados de participar no Congresso. Os membros do Partido participantes nestas assembleias plenárias poderão propor candidatos a delegados a eleger.

19. Os delegados, excepto nos casos em que se torne necessário juntar diversas organizações, ou para aplicação no disposto no ponto número 20 deste regulamento, devem ser eleitos em assembleias plenárias das organizações a que pertencem. Nenhum membro do Partido poderá votar ou ser candidato a delegado (efectivo ou suplente) em mais de uma assembleia plenária.

20. Os participantes nas assembleias plenárias das respectivas organizações têm direito de eleger e de ser eleitos como delegados. Nas assembleias plenárias poderão ainda eleger e ser eleitos como delegados membros do Partido que desempenhem, em relação à organização respectiva, funções directas de responsabilidade, embora a ela não pertençam.

21. As votações para a eleição de delegados poderão realizar-se de braço no ar ou por voto secreto, segundo decisão da assembleia plenária adoptada por maioria.

22. Os participantes nas assembleias plenárias convocadas para a eleição de delegados que considerem que não foi assegurada a democraticidade na eleição, em conformidade com as normas estabelecidas no presente regulamento, podem apelar para o organismo superior da respectiva organização, o qual deverá, em tempo útil, apreciar o fundamento das reclamações e rectificar as irregularidades, caso se tenham verificado.

IV DELEGADOS POR INERÊNCIA

23. São delegados por inerência os membros do Comité Central, efectivos e suplentes, e os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP. Poderão sê-lo ainda outros membros do Partido em núme-

ro não superior a 2% do total de delegados ao Congresso, aos quais o Comité Central, por iniciativa própria ou por proposta de organizações, entenda dever atribuir essa qualidade, tendo em conta a natureza das tarefas partidárias que desempenham.

V CALENDÁRIO

24. Os documentos aprovados pelo Comité Central para debate no Partido serão publicados no «Avante!».

25. A realização de assembleias plenárias poderá processar-se a partir da publicação dos documentos.

26. As propostas de alteração e emendas aos projectos de documentos apresentados pelo Comité Central para debate em todo o Partido, deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo-limite para a sua entrega o dia 16 de Novembro.

27. As assembleias plenárias para a eleição de delegados deverão estar terminadas em 29 de Novembro.

VI PRIMEIRA SESSÃO DO XV CONGRESSO

28. O XV Congresso culminará o debate que terá lugar em todo o Partido.

29. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

30. O Congresso funciona estando presente a maioria dos delegados.

31. A Mesa, a quem caberá a responsabilidade de dar início aos trabalhos do Congresso, será constituída pelo Secretário-geral, o Presidente do Conselho Nacional e membros dos organismos executivos do Comité Central.

32. Em seguida, serão eleitos pelo Congresso, de entre os seus delegados, os membros da Presidência e posto à discussão o Regulamento do Congresso cujos trabalhos se desenvolverão segundo as normas do Regulamento aprovado.



“Em quatro anos desapareceram mais de cem mil explorações agrícolas familiares”

des

Na verdade, as medidas para inverter esta situação existem. Apoio técnico aos agricultores; trabalho sério das equipas técnicas a trabalhar com os pastores; subsídio para aumentar os efectivos pecuários; pastagens permanentes; possível ordenha mecânica.

E também, muito simplesmente, saber ouvir e ter em conta os saberes dos pastores. Que sabem, por exemplo “coisas como o queijo não poder ser curado com paredes com tintas, só com cal”.

Associativismo e luta

Para uma política diversa, de defesa dos interesses dos agricultores, dos que trabalham a terra, da agricultura familiar e, na verdade, de todos nós, é condição indispensável a participação dos próprios. Ou seja, na prática, o associativismo e as várias formas de luta reivindicativa.

“Todas as formas de associativismo que formos capazes de desenvolver são positivas”. Um caminho em que os atrasos são sérios e que é indispensável trilhar com decisão. Pois, de outra forma, o preço poderá vir a ser muito elevado. Por exemplo, no quadro do plano de rega do Alentejo, “não seremos capazes de influenciar o uso e posse da terra”, no sentido de “soluções que não passem pelo latifúndio, o que seria impensável”.

Impõe-se, assim, uma grande flexibilidade na afirmação de projectos e formas de associativismo, de par da luta sistemática pelos interesses mais imediatos dos agricultores.

Um associativismo que dê, de forma flexível, resposta às necessidades dos que trabalham os campos - desde o facultar do acesso aos fundos a acções de formação profissional, do apoio na contabilidade à informação agrícola.

Na condição, entretanto, de não permitir a desresponsabilização do Estado, de as associações não se deixarem “afogar em papéis”, descuidando o trabalho com os agricultores na acção reivindicativa. Antes se pretende que a vertente de prestação de serviços possa ser também um contributo para esta indispensável acção reivindicativa.

Por uma outra política

Do emparcelamento aos baldios, do GATT às vacas loucas - de tudo um pouco se falou e debateu neste encontro sobre Agricultura.

Na certeza de que estamos perante uma “política doente”, de que são sintomas múltiplos questões como a das vacas loucas - “um problema que se permitiu que se arrastasse”, e ainda hoje, tendo a doença sido detectada em 1988, “temos dúvidas de que haja controlo das rações” em Portugal -, ou a penúria artificial de cereais, a contaminação dos lençóis freáticos, as cedências à pressão dos EUA na utilização de hormonas.

Na certeza de que uma outra política é possível. Em defesa das explorações agrícolas familiares. Em defesa das cooperativas agrícolas. Por uma nova reforma agrária em terras do Alentejo e Ribatejo. Com a intervenção dos comunistas, na Assembleia da República, no poder local, no quotidiano. Com a intervenção dos trabalhadores e produtores agrícolas, dos técnicos e investigadores, através das suas associações e sindicatos.

Nada do que foi prometido foi cumprido

Da intervenção de Lino de Carvalho, deputado do PCP na Assembleia da República, centrada nalguns dos problemas colocados à agricultura portuguesa pela “chegada da chamada mundialização e globalização dos mercados à agricultura” - e que oportunamente será publicada nas páginas do “Avante!” - aqui reproduzimos um breve extracto.

A verdade é que nada do que foi prometido aos agricultores portugueses foi cumprido:

- Quando dos Acordos do GATT e face às críticas do PCP, o então Governo do PSD e Ministro Arlindo Cunha afirmavam que estava salvaguardado o “princípio de preferência comunitária”. Não estava e a vida está aí a demonstrá-lo.

Quando da reforma do PAC de 1992, também o mesmo Governo e o mesmo Ministro prometiam que, quando da reforma dos produtos mediterrânicos, Portugal e os agricultores portugueses teriam condições de apoio e promoção para produções como as frutas e legumes, o vinho ou o azeite. Como se conhece pelas propostas existentes, se estas fossem concretizadas nos termos em que foram apresentadas, o País e os agricultores portugueses sairiam de novo prejudicados em relação às agriculturas setentrionais da Europa.

Quando da campanha eleitoral, o PS prometeu mudanças na agricultura. Oito meses depois da tomada de posse prosseguem no essencial as orientações dos Governos do PSD.

São, portanto, precisas novas propostas, tanto quanto uma nova reforma da PAC para a política comercial da União Europeia e os acordos do GATT.

Propostas que o PCP tem.

podem contar connosco”

aguardantes (imposto especial sobre o consumo) que desencorajam o consumo nacional e afectam a sua competitividade face à produção importada.

6. A regulamentação das relações comerciais entre as grandes superfícies e o sector agrícola nacional.

Os agricultores podem contar connosco

Queremos assim e mais uma vez agradecer a todos a agradecer aos nossos amigos agricultores e técnicos que não sendo membros do PCP responderam positivamente ao nosso convite, aqui vieram e nos ajudaram com as suas contribuições e questionamentos.

Muitas das questões levantadas terão ainda de ser aprofundadas. E naturalmente que as contribuições e o debate realizado serão integrados no documento de trabalho do Encontro e nos textos para o Congresso e para a intervenção do partido.

(...)

Nas instituições e fora delas tudo faremos para que se verifique uma viragem real, verdadeira, efectiva da política agrícola ao serviço dos agricultores. Portugal não pode viver sem agricultura nem pode deixar arruinar a agricultura familiar, ou deixar que os campos e o Interior se continue a despovoar.

Os agricultores podem contar connosco, mas também precisamos de aproximar a nossa influência social da influência política e eleitoral.

Por tudo isto consideramos de grande importância este Encontro de grande riqueza de testemunhos, de medidas de alternativa e propostas para o aprofundamento da reflexão que o Partido deverá colher e projectar.

(...)



EM FOCO

Encontro Nacional do PCP sobre a Agricultura Portuguesa

Intervenção de Agostinho Lopes

“Que é pela luta, e só pela luta, que lá iremos!”

Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, abriu os trabalhos do Encontro com uma intervenção que reproduzimos quase na íntegra.

Objectivos do Encontro

O Encontro insere-se também no caminho do próximo Congresso partidário. Tem valor por si próprio, mas poderá ser uma primeira ajuda para que os comunistas afinem as suas ferramentas (análises, respostas, meios) para a intervenção no plano da agricultura...

Pretende-se que o Encontro avalie da correcção da nossa reflexão política sobre a agricultura portuguesa; da intervenção dos comunistas que estão no movimento associativo dos agricultores portugueses, das nossas respostas aos problemas da agricultura portuguesa; da forma e conteúdo da intervenção do Partido na Assembleia da República e no Parlamento Europeu.

Queremos interrogar e queremos que nos interroguem, sobre o que está bem e sobre o que está mal, onde acertamos e onde falhamos. E, fundamentalmente, como podemos corrigir o «tiro» e melhorar a nossa luta.

A situação da agricultura

Realizamos o Encontro num momento que necessita de ser caracterizado nos seus traços principais. Explicito alguns:

– O quadro decorrente, para a pecuária e o conjunto do sector agrícola, do problema das vacas loucas...

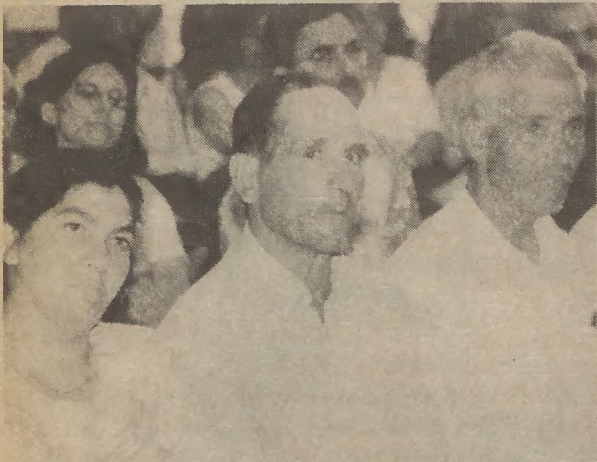
– A reforma de importantes Organizações Comuns de Mercado (OCM) para o País, como são as do Vinho, das Frutas e Hortícolas Frescos e do Azeite;

– Os problemas decorrentes de uma nova reforma da PAC e decorrentes do provável alargamento da Comunidade aos países do Centro e Leste Europeu;

– Os novos condicionamento que a consolidação do GATT, via Organização Mundial do Comércio (OMC) e os «avanços» que sobre a matéria vai fazendo a União Europeia através de acordos bilaterais...

– Um novo Governo desde 1 de Outubro, e um novo Ministro da Agricultura, ao que tudo indica, até ao momento, para levar à prática uma muito velha política...

– A negociação do mal menor em Bruxelas;



– A opção pelas «empresas agrícolas viáveis» e as teses de uma agricultura regulada exclusivamente pelo mercado, pela competitividade... a que se juntam uns pós de solidariedade social e ambiental...

– A completa passividade e demonstração de impotência na defesa do mercado nacional;

– O mesmo sagrado respeito do PSD/PP pela grande propriedade latifundiária do Alentejo e Ribatejo;

– A incapacidade de afirmação de um projecto de defesa da agricultura nacional, centrado nos seus principais obreiros: os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores agrícolas.

Um olhar de classe

Neste mar encapelado, complexo e contraditório, o PCP tem navegado orientado por dois faróis:

– Um olhar de classe sobre os campos portugueses, os nossos interesses são os dos assalariados agrícolas e os dos pequenos e médios agricultores;

– um olhar dos interesses nacionais, apontando para a objectiva necessidade da segurança alimentar e de um território equilibrado no seu ordenamento humano, económico, ambiental.

Olhares que temos julgado convergentes, e coerentes com o projecto de democracia avançada que o PCP propõe aos portugueses, neste fim do segundo milénio.

É com estes olhares que colocamos como objectivos para a nossa intervenção política, a defesa das explorações agrícolas familiares, a defesa do cooperativismo agrícola, a necessidade de uma nova reforma agrária nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Uma política que continuamos a querer que ponha fim à irracionalidade económica, social, política (e também moral), do latifúndio. Que ponha fim à estratégia agrícola determinada exclusivamente pela «empresa viável e competitiva».

Linhas de análise

É sobre esta óptica (que também deve ser reflectida) que colocamos como linhas de análise, e centro do debate a travar hoje:

1º A intervenção muito diversificada dos deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, e também sobre a forma como o Poder Local influenciado maioritariamente pelos comunistas intervém no mundo agrícola...

2º A intervenção do Partido nas campanhas eleitorais, na actividade das suas organizações regionais (e outras), na intervenção do próprio Secretário-geral e outros dirigentes do Partido sobre a matéria...

3º E, finalmente, a intervenção dos agricultores comunistas nas suas associações de classe e da contribuição especializada dos técnicos e cientistas agrícolas, para a orientação partidária agrícola.

O PCP e a crise

Estamos à vontade para analisar e pronunciarmo-nos sobre a gravíssima crise que vivem os campos portugueses e o mundo rural nacional...

– Alguns descobriram tarde os malefícios da integração comunitária e que o acordo da adesão foi mal negociado...

O PCP não.

– Outros descobriram tarde as consequências negativas da antecipação da 2ª etapa de transição e o real significado da reforma da PAC.

O PCP não. Foram os deputados comunistas os únicos portugueses a votar no Parlamento Europeu contra essas decisões!

– Alguns já descobriram e outros ainda não se pronunciaram sobre o que vai (já está a) acontecer à agricultura portuguesa com a consolidação do acordo do GATT na OMC e a antecipação que a União Europeia vai fazendo através de múltiplos acordos bilaterais...

O PCP não.

– Alguns descobriram o ano passado o papel da empresa agrícola familiar, da sua importância económica, social e política, e a existência de um «custo social» no financiamento das cooperativas agrícolas.

O PCP não.

– Outros descobriram, depois de terem sido autores morais e materiais da liquidação da Reforma Agrária, a fome e o desemprego no Alentejo. Mas não descobriram ainda que o tamanho da sede alentejana é tanto de água como de justiça e dignidade.

O PCP não.

– Alguns descobriram agora a desigual distribuição dos fundos comunitários, favorecendo o grande senhor da terra e o grande capital, e discriminando o pequeno e médio agricultor.

O PCP não. Há muito que denuncia a selectividade da classe que preside à política agrícola portuguesa.

A nossa bússola

E dizemos isto, camaradas e amigos, não por jactância ou porrência de quem se julga saber tudo, mas com a serenidade de

quem sabe isto, porque sempre e sempre a nossa preocupação foi a dos humilhados e ofendidos da terra portuguesa. E com esta bússola não nos podemos enganar!

A bússola representada por aqueles para quem a terra é mãe, mas também muita vez a vergasta do sol e do gelo, o desalento da colheita perdida e o desgosto do animal vítima de epidemia, o desânimo de quem investiu tudo o que tinha e não tinha, e que acima de tudo investiu esperança, e colheu um saco cheio de nada... quando não a dívida hipotecária... ou a corda que o desespero atrai...

Dizemo-lo com a serenidade de um Partido que sente os problemas não por interpostas pessoas ou pelos jornais, mas porque vive, partilha esperanças e desânimos, e luta lado a lado com os operários agrícolas e os agricultores portugueses.



Dizemo-lo com a serenidade de quem sabe que muitas coisas não estão bem. De que por vezes não gastamos as energias necessárias. De que erramos também na apreciação que fazemos e orientações que traçamos! De que em muitas regiões há atrasos que necessitam de resposta urgente.

É assim também, camaradas e amigos, que julgamos que a defesa da agricultura portuguesa, dos agricultores e operários agrícolas portugueses, que os próprios interesses profissionais e científicos dos técnicos e especialistas agrícolas, necessitam de um Partido Comunista mais forte.

Um Partido Comunista com mais agricultores e operários agrícolas nas suas fileiras.

Um Partido Comunista com mais técnicos a militar nas suas organizações e a dar um maior contributo para uma linha agrícola justa.

Só um Partido Comunista mais forte estará à altura de responder aos enormes desafios que a agricultura portuguesa enfrenta...

No plano do seu enquadramento internacional.

No plano da sua política interna, que continuando de direita, é agora coberta com o rótulo de socialista e de esquerda!

A acção do Partido

Sentimos mudanças profundas no mundo das forças agrícolas portuguesas. Houve e há novidades. O Partido encontrou-se, dialogou e verificou que está mais perto de outras organizações agrícolas do que supunha, e do que elas supunham. Foi assim com a AJAP, Casa do Douro, Cooperativas e outras Associações agrícolas. Com audácia e capacidade de iniciativa devemos continuar essa aproximação.

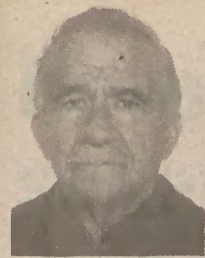
O Partido impulsionou, quanto soube e pôde, o desenvolvimento das lutas de agricultores e das suas organizações. (Continuamos a dizer que é pela luta dos agricultores, pela luta dos trabalhadores agrícolas, que a inversão da política agrícola se fará!)

O Partido desenvolveu uma significativa e rica actividade na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e em outras instituições, articulada com as lutas, com os problemas reais dos agricultores, com as Direcções Regionais e Locais do Partido.

Julgo que melhorámos globalmente o posicionamento do Partido no Mundo Agrícola, que o Partido se prestigiou e fez crescer raízes mais fundas no agro português.

Que o Encontro ajude a abrir novas vias, lance novas sementes, e descubra criadoramente as respostas que o desenvolvimento da luta espera.

Que é pela luta, e só pela luta, que lá iremos.



■ Miguel Urbano Rodrigues

A dialéctica da violência e do amor na vida brasileira

Encontrei há dias em São Paulo um amigo inglês que não via há anos. Estava alarmado e indignado. O homem é demógrafo e tem a obsessão das estatísticas. Somente através delas consegue contemplar o mundo. Quando chega a um país, compila números e analisa-os exaustivamente.

Nesta visita ao Brasil, a sua meditação estatística incidiu sobre aspectos simultaneamente anómalos e triviais da vida quotidiana.

«Acontecem neste país – desabafou – coisas que na Europa derrubariam um governo num abrir e fechar de olhos. E aqui não se passa nada...»

Mostrou-me um papel em que havia registado pormenores e números relativos a acontecimentos dos últimos meses que estiveram nas manchetes.

Dei uma olhadela, mas ele, insatisfeito, ofereceu-me uma cópia.

Cito passagens:

– Nas vésperas do Carnaval, desabamentos no Rio de Janeiro mataram umas 20 pessoas e deixaram sem tecto mais de um milhar. Em Salvador e no Recife desabamentos similares mataram posteriormente dezenas de moradores. O assunto está esquecido.

– No Estado de Goiás, uma rebelião de presos acabou em compromisso negociado. Mais de 50 dos amotinados deixaram o presídio entre alas da polícia levando consigo, como reféns, magistrados e outras autoridades, em carros fornecidos pela própria polícia, transportando também armas recebidas das forças da ordem. O chefe da rebelião recebeu dos *media* tratamento de herói nacional e, depois de recapturado, até deu conferências de imprensa. O assunto está esquecido.

– Em Maio, no espaço de dez dias, cerca de 150 presidiários evadiram-se em São Paulo, através de túneis, de três cadeias onde cumpriam penas. Não há notícias de demissões de funcionários.

– O governo da União decidiu injectar mais de 8 mil milhões de reais (dólares) no Banco do Brasil para evitar a sua insolvência. Somente nos últimos meses as operações de salvamento de bancos privados envolvidos em fraudes e à beira da falência custaram ao Banco Central mais de 11 mil milhões de reais. Nem um só banqueiro está preso.

– Em Eldorado de Carajás, no Pará, a Polícia Militar chacinou em Abril vinte camponeses do Movimento dos Sem Terra que se manifestavam numa

estrada. O major que comandou o massacre, a mando de fazendeiros locais, foi apenas transferido, depois de cumprir uma pena simbólica de prisão domiciliar. Ninguém foi punido.

– Em Caruaru, Pernambuco, num hospital, mais de 50 doentes renais morreram em consequência de graves erros cometidos no serviço de hemodiálise. Nada aconteceu aos responsáveis.

– No Rio de Janeiro, 92 internados numa clínica para idosos faleceram desde Janeiro vítimas de infecções. Apurou-se que na referida clínica a comida não servem para cães, que são utilizadas seringas de vidro e que a água das torneiras contém matérias fecais. O proprietário dessa clínica de extermínio fez o elogio, na TV, da sua casa, que continua a funcionar normalmente. É dono de meia dúzia de estabelecimentos similares.

– Mais de 500 bancos foram assaltados em São Paulo desde Janeiro. Os ladrões roubaram 15 milhões de reais, mataram 4 pessoas, feriram dezenas e causaram prejuízos no valor de milhões de reais. Não há notícia do desmantelamento de quadrilhas especializadas em esvaziar os cofres dos bancos.

– Os comboios que servem os subúrbios de São Paulo transportam diariamente 1 200 000 passageiros. Um quarto deles viaja sem pagar nos tejadilhos ou pendurados de portas e janelas. No ano passado morreram umas 200 pessoas em 620 acidentes. Das 392 carruagens

da Companhia de Trens Metropolitanos, 106 estão fora e serviço, apodrecendo. Não há notícias de punições.

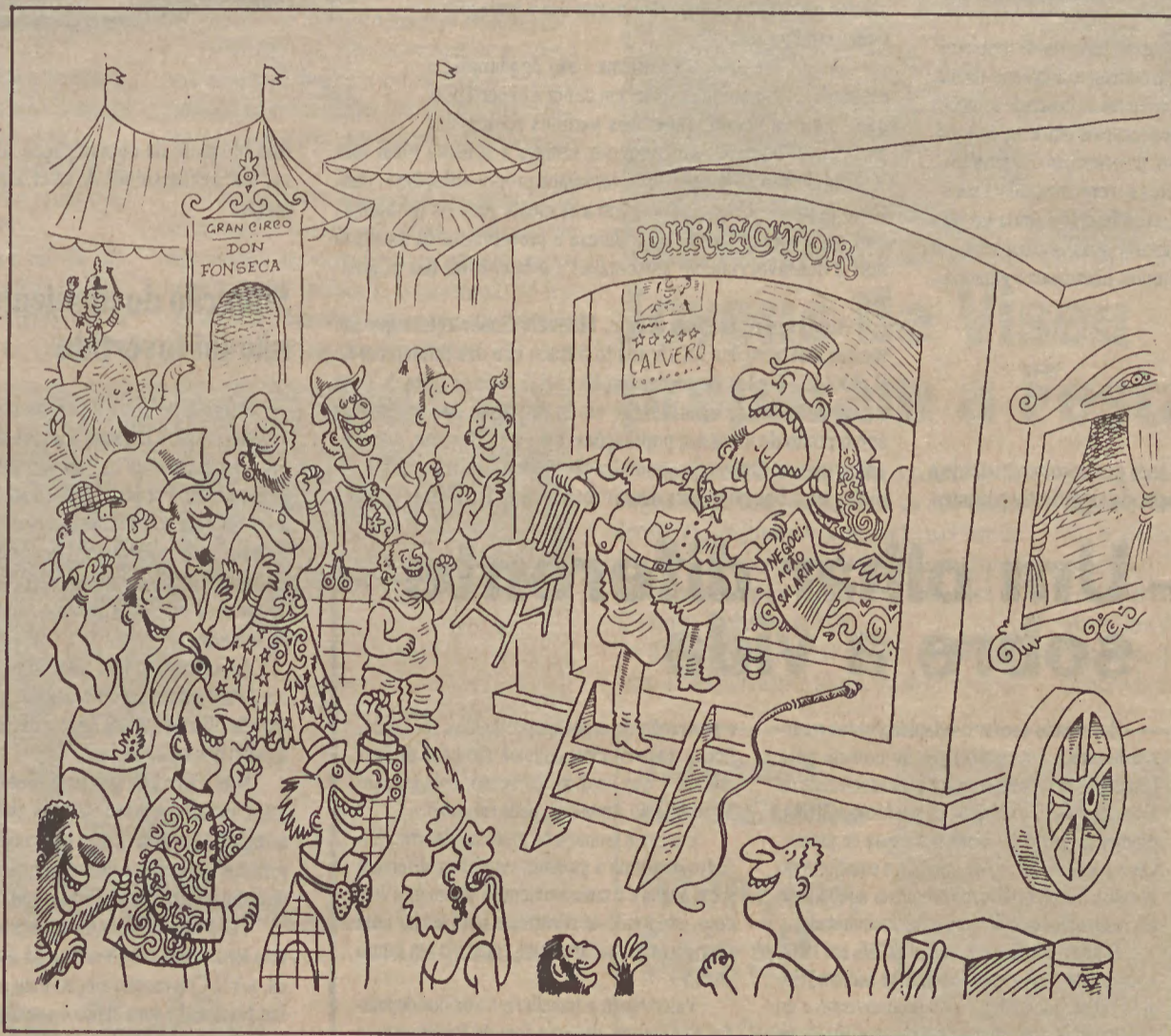
O meu amigo britânico não apreciou o meu comentário.

«É difícil – disse-lhe – compreender o Brasil através de estatísticas, sobretudo desse tipo...»

Esbravejando, com o papel na mão, enfiou-se na estação do metro, na Avenida Paulista.

*
* *

Sem grande esforço, eu poderia elaborar uma lista mais extensa de escândalos financeiros, de assaltos impunes, de hecatombes esquecidas, de situações reveladoras do funcionamento caótico de serviços públicos.



No Brasil, esses acontecimentos são naturalmente tema das manchetes no dia seguinte e, depois, comentados.

Por vezes, o alardio é enorme e o caso assume proporções nacionais. Inquéritos são abertos e o Congresso debate o assunto.

Entretanto, o esquecimento, com raras excepções, chega rápido. Os inquéritos são engavetados; os responsáveis pouquíssimas vezes são punidos. Tudo continua na mesma.

Porquê?

A resposta não pode ser encontrada em exegeses estatísticas. São simplistas, confusos e até xenófobos as explicações que pretendem apresentar o Brasil como terra de gente leviana, sem memória, insensível aos grandes problemas sociais, pouco solidária com a dor alheia.

As telenovelas têm contribuído para esses juízos injustos e perigosos. É natural que isso ocorra porque a televisão brasileira está globalmente ao serviço da engrenagem do Poder (político e económico) responsável pela situação social existente.

Aparências

O povo brasileiro é a antítese da imagem de insensibilidade que o observador de passagem tende a identificar na cortina do esquecimento que desce aqui sobre acontecimentos que noutros países provocariam repulsa unânime e prolongada.

Dois são os motivos principais da aparente excepcionalidade brasileira.

Em primeiro lugar, o sistema mediático é cúmplice do silêncio ou, mais exactamente, promove esse silêncio. No Brasil, a perversão dos meios de comunicação social assume aspectos diferentes daqueles a que os trabalhadores portugueses estão habituados.

Até o anticomunismo apresenta facetas peculiares. Os comunistas não são praticamente alvo de ataques. Mas a sua presença na vida nacional é ignorada. Não se fala quase do Partido Comunista do Brasil, não obstante contar com 200 mil filiados e ter dez deputados na Câmara, em Brasília.

O sistema de vasos comunicantes que permite hierarquizar os acontecimentos pela participação da opinião pública não funciona na comunicação social brasileira. E sem a corrente que liga os factos ao povo, sem o ir e vir entre os *media* e aqueles a quem é destinado o material noticioso, sem as reacções do corpo social que

forçam a retomada do assunto e pesam no seu tratamento mediático – o acontecimento é rapidamente arrumado na prateleira e substituído a nível informativo por outro, menos importante, menos incómodo, mas susceptível de suscitar interesses e polarizar a atenção geral. O que não falta no Brasil é matéria sensacionalista.

A manipulação e a desinformação são facilitadas pelo ritmo torrencial em que os acontecimentos se produzem.

Outro elemento decisivo da excepcionalidade aparente brasileira é a aceitação pelo poder político do abismo que separa na pirâmide social a base do vértice. O Brasil é hoje, a seguir à Índia, o país onde é maior o fosso entre a classe dominante e as camadas da população que vivem abaixo do nível da pobreza (a maioria).

Ao afirmar que da solidariedade das elites e da sua consciência ética pode e deve vir a solução para a injustiça social, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apenas consegue demonstrar que o Estado não se propõe a combater a injustiça social (os sindicatos são cúmplices dela).

O rol sucinto de escândalos e crimes impunes elaborado pelo meu amigo inglês e a indiferença do governo perante repetidas calamidades sociais não traduzem uma fatalidade nacional. Neles está, sim, reflectida a imagem de um monstruoso sistema de exploração do homem cuja permanência e defesa é assegurada por meios políticos e económicos. O discurso presidencial aparece hoje como expressão sofisticada da hipocrisia indispensável ao seu funcionamento.

Na Europa, não é fácil, porém, descer ao fundo das grandes contradições deste país. Daí a tendência para interpretações erradas da realidade brasileira e mesmo para ironizar sobre o absurdo e atribuir ao povo sentimentos que lhe são estranhos e culpas que lhe não cabem em episódios funambulescos.

É por ser tão aberto e fraterno, por amar tanto a vida e a assumir, mesmo na pobreza, com uma alegria tão intensa que, dialecticamente, o povo brasileiro, vítima de uma engrenagem medonha, consegue, no quadro de violência e agressividade em que se desenvolve a sua exploração, resistir e manter a esperança e a ternura

EM FOCO

VII Convenção Nacional Ecológica

Medidas avulsas fomentam desperdício

Dando cumprimento à norma estatutária que prevê a realização de uma Convenção Nacional de três em três anos, o Partido Ecologista «Os Verdes» realizou nos passados dias 22 e 23 de Junho a sua VII Convenção subordinada ao tema «Semear Verde/ Colher Futuro».

O «Avante!» conversou com Manuela Cunha, membro do Conselho Nacional, que nos falou sobre o que foi a Convenção, as principais alterações programáticas e estatutárias verificadas e as linhas que enformam a moção global aprovada.

Apesar da juventude que caracterizava as largas dezenas de delegados à Convenção, diz-nos Manuela Cunha, «Os Verdes» «cresceram» desde a última Convenção, apresentando hoje uma maior maturidade, política e ecológica.

Isso esteve patente na participação verificada a nível dos trabalhos preparatórios da Convenção. «O nosso Programa tinha dez anos e encontrava-se desactualizado», afirmou-nos Manuela Cunha, que considera que o debate que antecedeu a realização da Convenção foi profundo e deu origem a uma série de propostas de alteração e adendas que muito enriqueceram o Programa. A nível de Estatutos, disse-nos aquela dirigente, as alterações foram mais no sentido de dar «coerência» ao texto.

Pena foi, acrescentou, que a data da Convenção (há muito marcada) tivesse «caído» em plena semana de exames. Sendo os jovens o grosso dos militantes do PEV, esse facto prejudicou a sua participação na Convenção propriamente dita.

«Introduziram-se capítulos novos e aprofundaram-se problemáticas, dando corpo ao maior conhecimento entretanto adquirido da realidade portuguesa e mundial e às reflexões feitas na busca de soluções para o futuro. É o caso, por exemplo, dos recursos hídricos, do turismo, do mundo rural, do ambiente urbano, da ocupação do território.

Aspectos como a dignificação da vida e a organização da sociedade foram alterados e aprofundados, abordando-se ainda no programa problemáticas como as novas tecnologias, a cibernética, o controlo ideológico dos cidadãos, os direitos, liberdades e garantias.

Mais informação e transparência

Manuela Cunha diz que estes três anos que decorreram desde a VI Convenção saldaram-se por uma melhoria significativa da intervenção dos Verdes. «Nós temos estado sempre em cima das grandes questões ambientais e culturais. Assim aconteceu com o problema do tratamento dos resíduos, os planos hídricos, a defesa das gravuras de Foz Côa, a preservação da floresta, entre outros.»

A intervenção dos Verdes, assegura aquela dirigente ecologista, tem-se verificado no local, na rua, junto das populações que cada vez mais apelam à sua intervenção, quando confrontadas com problemas concretos de ambiente. A presença dos Verdes foi ainda solicitada em centenas de debates em escolas.

Sublinhando a avaliação muito positiva feita pela Convenção da actividade do PEV, Manuela Cunha diz que ela não impediu a constatação da necessidade de um maior contributo por parte dos militantes e dos colectivos regionais no sentido de intervir e «agarrar» os problemas concretos.

Os Verdes não tomam posições levianas, assegura Manuela Cunha que defende a tese de que quando as populações protestam «alguma razão há-de ter», diz esta dirigente ecologista que pensa que a solução dos problemas passa pela informação e transparên-



“Os Verdes têm estado sempre em cima das grandes questões ambientais e culturais”

cia dos processos, pelo envolvimento das populações e nunca contra elas.

«As nossas posições - afirma - são ponderadas e estudadas, tendo muitas vezes em conta a experiência que no mesmo ramo têm outros partidos ecologistas europeus. Podemos não encontrar sempre a solução ideal mas «quando levantamos questões, tentamos propor soluções», continua Manuela Cunha para quem a resposta para os problemas tem que contemplar não só a defesa e preservação da natureza mas o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações.

Ainda em relação ao debate, Manuela Cunha refere que em muitas intervenções foi abordado o fraco eco das iniciativas do P.E.V. nos órgãos de comunicação social. Não se trata de falta de capacidade, de criatividade ou de interesse das iniciativas sob o ponto de vista das populações, diz esta dirigente, que adiantou que os órgãos de comunicação regionais fazem habitualmente uma boa cobertura dessas realizações. Para fazer frente a



este bloqueio da comunicação social, a VII Convenção Nacional viu a necessidade de se criarem circuitos paralelos de informação.

Situação do ambiente não foi invertida

Sobre a política de ambiente, Manuela Cunha afirmou ao «Avante!» que a resposta aos problemas não passa por medidas avulsas - que fomentam muitas vezes desperdício -, ou de carácter propagandístico. Por isso, os Verdes consideram que a política que está a ser seguida pelo PS, seja a nível dos resíduos, da preservação da floresta ou da poluição dos rios, não é diferente da do PSD. Apesar do Ministério do Ambiente e da alteração de linguagem no discurso do poder, a verdade é que isso não levou a qualquer inversão radical da situação.

As autarquias têm tido, entretanto, um papel muito positivo e resolvido muitos problemas das populações: saneamento básico, rede de distribuição de água, criação de espaços verdes, consciencialização dos cidadãos, etc.

Mas a nível de governo central, as medidas tomadas são pontuais, isoladas e não resolvem os grandes problemas do ambiente, assegura Manuela Cunha que considera que a conservação da natureza não pode ser só vista em termos de áreas protegidas - que, aliás, deviam ser mais protegidas - mas sob um ponto de vista nacional.

Tudo isto foi discutido e está contemplado no Programa do Partido Ecologista «Os Verdes» há dias aprovado. Para o levar à prática, a VII Convenção elegeu uma nova direcção nacional. O Conselho Nacional agora eleito é constituído por 35 elementos propostos numa lista cuja constituição obedeceu a uma lógica de abrangência, em termos nacionais e temáticos. Isto não impede que, agora, cada Região possa eleger um elemento que funcione como seu porta-voz e que pode ser substituído no decurso dos próximos três anos.

A nova direcção integra muitos elementos novos que se destacaram nos colectivos regionais pela sua capacidade, dinâmica e vontade, diz Manuela Cunha, garantindo que, apesar dessa real renovação, foi preservada a maturidade entretanto adquirida pelos «Verdes», através da reeleição de membros mais antigos.

Na «Moção Global» aprovada, o P.E.V. apresenta as respostas imediatas a dar aos problemas da sociedade, nomeadamente com os Quinze Compromissos para a Acção Imediata.

A terminar a conversa com o «Avante!», Manuela Cunha não quis deixar de realçar o facto de a Convenção, no capítulo «Com os Verdes» criar uma alternativa de mudança para construir um futuro melhor, ter considerado como muito positiva a opção de participar em coligações, quer a nível das autarquias, quer da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, designadamente com a CDU e o PCP, contribuindo assim para o reforço do espaço democrático.

Um olhar diferente sobre a vida

Recusando aceitar a delapidação dos recursos naturais e a exploração do homem pelo homem como condições para uma «sociedade de abundância», os «Verdes», na sua Moção Global, prometem agir pela «mudança capaz de promover e construir a Paz, de garantir o equilíbrio do ecossistema planetário, de promover a felicidade e a realização do indivíduo e das comunidades».

Desde a adesão de Portugal à CEE, em 1989, a sociedade portuguesa e o interesse nacional têm sido submetidos à lógica do produtivismo e do consumismo que emana de Bruxelas, dizem os ecologistas. Como consequência - afirmam - aí está a destruição de grande parte do tecido produtivo nacional, o aumento do desemprego, a crescente delapidação dos recursos naturais.

Com a política seguida - antes pelo PSD, agora pelo PS -, «o investimento em acessibilidades, suportados em grande parte pelos fundos comunitários, serve mais para beneficiar a invasão dos produtos importados que para facilitar a circulação da produção e o comércio nacionais».

Depois de referir a sua preocupação sobre vários aspectos da vida nacional - justiça, habitação, saúde, educação -, os «Verdes» alertam para o estado do ambiente em Portugal que, não sendo idêntico ao dos países industrializados, encerra já hoje fortes e crescentes desequilíbrios ecológicos. A poluição dos rios, a destruição do património natural, o crescimento permanente da produção de resíduos urbanos, industriais e hospitalares, a ausência de uma política eficaz de defesa

e protecção de espécies protegidas, da fauna, flora e do património cultural, são parte de uma realidade que nenhum Governo, com ou sem Ministério do Ambiente, pode esconder.

É urgente promover a mudança das mentalidades de forma a garantir «um olhar diferente sobre a vida e o meio ambiente», dizem os «Verdes», propondo-se contribuir para «criar uma alternativa de mudança para construir um futuro melhor».

Valorizando o trabalho e a voz dos deputados Ecologistas dentro e fora do Parlamento, o P.E.V. destaca nomeadamente as mais de vinte propostas legislativas e as centenas de requerimentos apresentados aos Governos, sobre questões ligadas ao ambiente, e o trabalho de base que desenvolvem nas autarquias onde estão representados.

Em função dos problemas identificados e preocupações manifestadas, os «Verdes», decidindo contribuir para a mudança e para a construção de uma sociedade alternativa, definiram quinze compromissos para uma acção imediata, de entre os quais se destacam os que vão no sentido da defesa do ambiente e da conservação da natureza, da humanização da vida nas cidades, da redução, planeamento e gestão integrada dos resíduos, da defesa e promoção do mundo rural, do planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos, de uma ampla participação de Portugal nas decisões sobre o processo da construção europeia.

EM FOCO

Em Famalicão e Braga Novos valores musicais sobem ao palco

No âmbito da preparação e divulgação da 20ª Festa do «Avante!», que terá lugar nos dias 7, 8 e 9 de Setembro próximo, a Direcção Regional de Braga do PCP promove este fim-de-semana um conjunto de iniciativas de festa e convívio em várias localidades do distrito.

Já amanhã, sexta-feira, tem lugar um convívio no Bairro da Misericórdia, em Barcelos. À venda estão bifanas, caldo verde e vinho... verde, é claro!

A noite conta com a animação musical, a partir das 21 horas, do «Duo Miguelito e Flávio».

No dia seguinte, é a vez dos novos valores subirem ao palco em Vale S. Cosme, em Vila Nova de Famalicão. O

início está marcado para as 22 horas na discoteca «Satélite Club» e estão anunciados os grupos Bergasmo; Sónia «do Chuva de Estrelas»; Exumados; Back Ground e Rife.

Ainda no sábado, mas em Braga, é organizado mais um espectáculo nas instalações da Escola André Soares, com início para as 16 horas, com os grupos Che-careka; Senso Selvagem; Steel Crash e 1ª Ordem.

Recorde-se estes espectáculos têm como objectivo seleccionar os grupos que irão actuar no «A criação do Palco da Liberdade», um novo espaço criado este ano na Festa para dar oportunidade a novos valores da música portuguesa.



Excursões para a Atalaia

Com o objectivo de facilitar a deslocação até à Festa do «Avante!», a Direcção Regional de Braga do PCP preparou um conjunto de excursões com partida em vários pontos do distrito.

Em Barcelos, a partida está marcada para sexta-feira, 6 de Setembro, pelas 6 horas da manhã. As inscrições podem ser feitas pelos telefones 817598 - 897051 - 815538 - 616850/1.

Em Braga, os autocarros partem do Prado, no sábado, 7 de Setembro, pelas 6,15 horas da manhã. Inscrições pelo telefone 616850/1.

Em Guimarães, a partida é também às 6 da manhã de sábado, podendo ser feitas as reservas pelos telefones 415512 - 616850/1.

Em Vila Nova de Famalicão, a partida está marcada para sexta-feira, pelas 9 da manhã, enquanto em Riba d'Ave, os autocarros partem no mesmo dia, pelas 14,30 horas. Inscrições

através dos telefones 052- 323830/053- 616850/1.

Também a Direcção Regional de Portalegre do PCP já abriu as inscrições para os que desejem visitar a Festa em Setembro e optem pelas excursões. As viagens estão organizadas, bastando que os interessados se dirijam aos centros de trabalho do PCP para reservar o seu lugar.

A DORPOR, que recentemente reuniu a sua comissão da Festa, aponta este ano para o reforço da participação do distrito, que como em anos anteriores estará representado no espaço Alentejo.

Do artesanato aos queijos, passando pelos enchidos, os bolos e os vinhos, a organização apresentará um vasto leque de produtos regionais, todos de qualidade excepcional. No restaurante, o visitante já sabe que pode saborear um autêntico ensopado de borrego.



Jovens de Viseu preparam a Festa

Com a entrada das férias, o colectivo da Organização Distrital de Viseu da JCP está a apostar em força na sua participação na Festa do «Avante!». Por isso, decidiram encerrar temporariamente o espaço jovem que funcionava no Centro de Trabalho do PCP.

Desafiando todos os jovens viseenses a irem até à Quinta da Atalaia, o colectivo asse-

gura que o Espaço Jovem reabrirá logo a seguir à Festa, com iniciativas musicais, poesia e ainda a possibilidade de navegar na Internet.

Entretanto, a Entrada Permanente para a Festa do «Avante!» continuará disponível no Centro de Trabalho do PCP, ou junto dos responsáveis da JCP.

Jornadas de trabalho Atenção, Seixal!

Com a Quinta da Atalaia ali mesmo ao pé de casa, os militantes e amigos da Festa do «Avante!» residentes no concelho do Seixal têm encontro marcado no próximo domingo. Trata-se de uma jornada de trabalho organizada pela Comissão Concelhia que promete um almoço-convívio para retemperar forças, com uma ementa à medida dos apetites entretanto despertados: sardinhas, bifanas, salada, bebidas várias e fruta. As inscrições devem ser feitas nos centros de trabalho locais.



Futebol de Salão

As fases de apuramento do Torneio de Futebol de Salão estão a decorrer um pouco por todo o país, registando a participação de muitas dezenas de equipas.

De Gouveia chega-nos a notícia do torneio concelhio, realizado no passado sábado, dia 29 de Junho. A iniciativa contou com o apoio do Café Arcada e do Restaurante «O Júlio».

No concelho do Seixal também se disputou um torneio de futebol de cinco, que teve início no dia 15 e terminou no passado domingo,

dia 30 de Junho. Esta iniciativa inseriu-se na divulgação da Festa do «Avante!».



EM FOCO

Palavras
e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

Por terras do Alentejo

A imagem mais impressiva da Primavera vi-a, numa rua de Serpa, em meio da brancura faiscante do centro histórico, um hino à cal entre antigas muralhas, encastradas no corpo alivo da vila. Era uma rapariga de menos de dezoito anos e escorriam-lhe lírios roxos do pescoço até aos ombros. Ela própria parecia um lírio debruçado de uma jarra alta e estreita.

Escritor ambulante, por uns dias, falei com inúmeras crianças e adolescentes e dei-me conta, mais uma vez, das tão profundas mudanças que o Abril de 74 ali operou, apesar das queixas, mais do que muitas e tão fundamentadas, sobre a fuga dos jovens para as cidades, a falta de perspectivas profissionais, a desertificação.

Mas os campos estavam verdes, verdes, exaltados pelo rubro das papoilas e pelas manchas densas de rosmaninho. Searas crescendo, sobreiros serenos como estátuas do tempo e da paz, nos montados ralos, as mesmas velhas sobreiras que este Inverno estalavam sob a fúria do Fevereiro e dos seus ventos de ferro.

Estorninhos descem em cascata negra sobre aquela horta onde uns dedos morenos me estendem uma húmida rosa de Maio. E, neste mesmo sopro do passado, vejo as mãos de minha mãe pousadas na primeira brisa do Verão.

Onde é que se me abriu o coração em-cravos imediatos?! Foi em Mora, rodeado de amigos e das pinturas e desenhos tão carnis e tão cheios de povo do Manuel Ribeiro de Pavia?, ou foi em Évora, no dedalo das ruelas maravilhosas, onde sempre uma janela gótica, ou arco manuelino, uma varanda renascentista nos cumprimenta, e onde vi a comoção nos olhos azuis do meu velho companheiro Antunes da Silva?, ou foi por esses brejos, por essas belíssimas planícies quase vazias, onde corriam rastilhos de ouro prestes a incendiar o fim do dia? Nas aldeias entreolhadas, pintadas de silêncio, onde, ao pé das romãzeiras, das laranjeiras de laranjas amargas, ouvi ressoar tão alto os risos tresmalhados dos camponeses e dos ganhões, quando, na hora vermelha, as vidas deles confluíam para as grandes sínteses da felicidade (ou da ilusão) da anulação dos contrários?!

Pouco importa onde foi, ou terá sido em toda a parte. O sol amarelado, lento, estendido pelo chão dos olivais até à alvura dos «montes», misturava toda a minha vida vivida e o intenso presente, oferecendo-lhe o seu licor de alegria.

Pus-me então a pensar nesta gente, que é a minha gente e que daqui se afasta para ir vegetar nos bairros mais pobres da periferia das grandes cidades industriais, sejam elas Lisboa ou Setúbal ou urbes maciças da Alemanha, da Suíça. Vi, por instantes e por contraste com toda aquela beleza da terra que é ainda terra, da natureza que é ainda natureza, os monturos, os contentores que são abrigos nocturnos, os subterrâneos asfixiantes, os edifícios podres de droga e de crime de megalópoles minhas conhecidas, como Nova Iorque e São Paulo, de outras que só imagino, mas que já vi nos cinemas, nas têves do nosso mundo cibernético, como Tóquio, Hong Kong, México, Lagos, etc., onde a violência e a fome se dão as mãos.

Possa ao menos a regionalização, neste nosso Alentejo, fixar as populações na província, expandir nas pequenas cidades e vilas e povoados as indústrias, o turismo, a cultura, o gosto pela agricultura, o sabor de viver.

Porque a regionalização, além de ampliar a democracia, como participação efectiva e continuada do povo, tem de ser isso: luta constante pelo desenvolvimento, pelo ambiente, pela felicidade. E só isso, que não é pouco.

■ Modesto Navarro

Identidade e regionalização de Trás-os-Montes e Alto Douro

No rodar dos anos, a experiência vai-se acumulando. Do nosso olhar pequeno, circunscrito ao meio onde nascemos, vai crescendo o entendimento da vida, dos homens, da terra, pelo conhecimento, pela leitura, pela intervenção solitária ou conjugada com os outros.

Trás-os-Montes e Alto Douro contém uma diversidade grande de meios e de vidas, de riquezas e potencialidades. Viajar pelas margens do Douro é diferente de percorrer as estradas mais a norte ou de andar nos caminhos da Vilarça. O homem e a mulher que nascem e vivem junto do Douro são diferentes dos da terra fria de Bragança, ou dos de Chaves. Mas, nesta diversidade, sempre encontramos o apelo à unidade, o sentimento orgulhoso de sermos daqui, destas terras diferentes e magoadas pela destruição, pelo silêncio e pela cruel ignorância, tantas vezes, das potencialidades que encerram.

Há muitos anos, numa sessão premonitória, sobre desenvolvimento regional, em que tive o gosto de participar com o camarada Agostinho Lopes, em Chaves, terá surgido a ideia da 1.ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada depois em Vila Real. Nas andanças das lutas políticas, culturais e sociais, e nas campanhas eleitorais, sentíamos que as outras forças políticas, nos distritos de Bragança e Vila Real, repetiam apenas as orientações centrais dos partidos, sem tocarem nas realidades e potencialidades específicas da região e dos concelhos, sem quererem perceber os anseios mais íntimos das populações e dos trabalhadores.

Os nossos programas eleitorais consubstanciaram então, a par das linhas programáticas nacionais do PCP e da FEPU, da APU e da CDU, as ideias e propostas que íamos formulando, pelo que conhecíamos, estudávamos e ouvíamos, acerca dos aproveitamentos hídricos e hidroeléctricos, acerca da necessidade de defesa das linhas férreas já então fortemente ameaçadas, acerca das riquezas dos minérios tão diversos e da importância das indústrias extractivas, acerca da agricultura ignorada e destruída, do vinho fino do Douro e dos «benefícios» já então em perda para as grandes multinacionais, acerca da necessidade de preservação e projecção do meio ambiente e do património cultural, acerca das tremendas necessidades e problemas da educação e da saúde, da participação activa nas associações culturais e desportivas, acerca do Poder Local já então vítima da corrupção e do oportunismo de autarcas do PSD, do PS e do CDS.

Os diversos programas das candidaturas do PCP e da estrutura unitária em que participamos aí estarão para comprovarem um entendimento diferente de fazer propostas, de dar voz aos sentimentos e ambições legítimas das populações, dos agricultores, dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens.

Por isso, natural será que o PCP continue esse caminho, sério e necessário, de auscultação das diversas perspectivas de desenvolvimento, de libertação e de capacidade de sonhar que os transmontanos e durienses nos trazem, agora, na 2.ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, como nas sessões de esclarecimento, nos contactos e nas realizações políticas, sociais e culturais que em cada situação concreta vamos realizando.

Uma nova esperança

Esta postura, de ouvir e de converter em propostas o que é justo e adequado, não é demagógica, não é eleicoeira e vai criando em nós uma maior consciência das diversidades em que nos movemos, um maior amor à terra em que nascemos e uma esperança que é nova, que muitas vezes parece desaparecer, mas que renasce cada vez que olhamos em volta e sabemos que Trás-os-Montes e Alto Douro não é só caciquismo, corrupção, traição do PSD, do PS e do CDS/PP aos legítimos anseios de quem aqui vive, de quem sofre as consequências brutais de políticas organizadas a nível central e executadas através de estruturas como a Comissão de Coordenação da Região Norte, apenas «vocacionada» para o litoral, para o chamado Grande Porto, e por outras,

ainda com sedes no interior mas ao serviço de uma acção que esvazia, que destrói potencialidades, vontades e meios técnicos e humanos.

Tudo isto é sentido por quem aqui vive e por quem, vivendo longe por razões de sobrevivência física e intelectual, continua a estar aqui de alma e coração, junto dos principais intervenientes, e em

especial junto dos camaradas e amigos que lutam, nos concelhos e nas freguesias, em cada distrito, pela libertação definitiva e pelo futuro.

Hoje, os sinais negativos e positivos aí estão, no padre de certa vila que há dias apelava aos fiéis, na missa, para escreverem ao Presidente da República a dizerem que não querem ver o País retalhado, na abertura cada vez maior de outros membros da igreja ao mundo e aos homens, e sobretudo na expectativa crescente das populações e dos trabalhadores para a luta que desenvolvemos, hoje contra o caciquismo e a incapacidade governativa do PS, como ontem contra a destruição e o caciquismo do PSD. Essas contradições e esperanças aí estão vivas na beleza tão estranha e tão real das nossas gentes e da região, renovando em nós expectativas, reconhecendo e sabendo, sempre, como são os homens e as mulheres frontais, às vezes tão ingénuos e tão crédulos, deste mundo difícil, cheio de dificuldades, de avanços e recuos e de aprendizagens.



O PS em perda

Ontem, o PSD perdeu autarquias, perdeu expressão e domínio político, porque traiu as expectativas e os sonhos dos transmontanos e durienses, no Poder Local e no Poder Central. Hoje, já se levantam vozes do PS, a dizerem que nas próximas eleições vão perder câmaras e municípios, porque o Governo central não ajuda com medidas, ou não substitui o caciquismo desconcentrado, do PSD, por outro, tão velho e revelho, do PS...

Nós temos de avançar mais, na apreciação séria e fundamentada das realidades e das expectativas mais uma vez ignoradas e traídas. Temos de entender o que se passa e avançar com propostas claras e organizadas, lá onde vivem e trabalham as pessoas, nas freguesias e concelhos, sem esquecer e reforçando cada vez mais essa perspectiva ampla, a de região, para a qual teremos, a partir desta 2.ª Conferência, novas e mais aperfeiçoadas linhas de propostas e de soluções, para o aproveitamento das riquezas e dos recursos e para resolver as crises múltiplas que se instalaram e que só serão ultrapassadas com mudanças decisivas.

É na interacção das diversidades reais e dos sonhos, da ligação clara e sempre presente entre o desenvolvimento material e espiritual, que sairemos dos sucessivos pântanos e destruições operadas pelos governos centrais e também locais, nos nossos distritos.

Daqui partiremos com uma ideia mais clara da região, de unidade na diversidade que nos caracteriza, para que finalmente o «Ar Livre» das montanhas e dos vales seja livre de facto e possamos ficar, os que assim quiserem, nas terras em que nascemos, para fazermos progredir um Trás-os-Montes e Alto Douro integrado claramente, de corpo inteiro, em direitos e deveres, no país que amamos e queremos ver livre e definitivamente rumo ao futuro.

A vida política americana agita-se

Vai soar a hora da vingança

■ Manoel de Lencastre

A campanha eleitoral americana está nos seus primeiros passos, mas já se divisa o temporal que a caracterizará e fará dela uma terrível batalha, bem à americana, até Novembro. Os republicanos preparam-se para a cruel vingança do escândalo conhecido como «Watergate» que lançou na lama Richard Nixon e deixou um país como os Estados Unidos praticamente paralisado enquanto o povo americano questionava abertamente as suas instituições políticas ditas democráticas. Os Clinton, pode dizer-se, parecem a caminho do cadafalso. E, a menos que o povo resolva não aderir e não emprestar credibilidade aos golpes legais que os fanáticos republicanos estão a preparar, a integridade do presidente sofrerá um assalto balístico e o prestígio do país e dos seus políticos voltará a cair por terra. Vem aí a hora da vingança.

Já se verificam sinais de que as condenações de três dos associados do presidente Clinton, no chamado caso «Whitewater», feriram a sensibilidade dos observadores e do público e estão a fazer diminuir a vantagem que as sondagens davam ao presidente relativamente ao seu opositor, o ex-senador Robert Dole. A verdade é que os republicanos têm pouquíssimas hipóteses de vitória, em Novembro, mas os trunfos que guardam na manga (sendo decisivo o fatídico «Whitewater») poderão ser suficientes para derrotar Clinton e dar lugar a um terremoto político em todo o país.

Os Clinton estão em perigo

Olhemos os factos. Jim Guy Tucker, que sucedeu a Bill Clinton como governador do Estado de Arkansas, e James e Susan McDougal, sócios dos Clinton no mau negócio de investimento em terrenos conhecido como «Whitewater», foram condenados em diversas alíneas de crimes de fraude e, logo que lida a respectiva sentença, darão entrada numa penitenciária para o cumprimento de pesadas penas. Ainda no decorrer do mês presente, dois banqueiros do Arkansas serão julgados em Little Rock sob a acusação de haverem, ilegalmente, desviado fundos para a anterior campanha eleitoral do actual presidente. Os acusadores públicos estão a investigar, febrilmente, o possível envolvimento dos Clinton com o Banco de poupanças, Madison Guaranty, que era dirigido pelos McDougal, seus proprietários. A máquina estabelecida pelos republicanos para conseguirem o afundamento dos Clinton e para o eventual afastamento do presidente do seu posto na Casa Branca, merece ser analisada. É isso que nos propomos fazer, hoje, para benefício dos leitores do «Avante!».

O advogado, Nale Coulter, indignado com a condenação do governador Tucker e dos McDougal, declarou, peremptoriamente: «Se o presidente Clinton fosse dirigente de uma organização de criminosos, os factos apresentados em tribunal estariam OK. Mas encontramos-nos perante um presidente em exercício que nunca foi julgado culpado de quaisquer actividades criminosas, mas que está sendo acusado por pessoas que o foram.»

Mr. Coulter referia-se à principal testemunha de acusação, David Hale, um antigo juiz do tribunal municipal de Little Rock, cujo registo criminal está longe de apresentar-se limpo. Hale, segundo os advogados de defesa de Tucker e dos McDougals, costuma mentir sempre que se vê colocado sob pressão. De onde emana toda a estratégia dos republicanos?

A figura sinistra de Kenneth Starr

Devido ao facto de a nomeação de «independent counsels» (advogados encarregados de importantes investigações de grande interesse público que podem conduzir a sensacionais acusações) não competir ao presidente nem requerer confirmação por parte do Senado, verifica-se que tais nomeações escapam ao controlo e ao escrutínio tanto do poder executivo como do legislativo. Assim, o grande acusador, o homem que vai «enterrar» o presidente e a «primeira dama» de Washington, Hillary Clinton, um dos mais odiosos repu-

blicanos, Kenneth Starr, ganhou acesso ao lugar que preside às importantes investigações do «Whitewater» e comanda, agora, as alavancas judiciais que determinarão o destino dos esposos que, presentemente, ocupam a Casa Branca. Não tenhamos dúvidas de que o juiz Starr está a trabalhar para destruir os Clinton e criar condições políticas que permitam aos republicanos a conquista do poder (1).

Starr (2), evidentemente, dispõe de enormes privilégios e protecções. O facto de se achar no centro das investigações do «Whitewater» não o impede de continuar a trabalhar para uma pequena multidão de clientes que, naturalmente, todos eles odeiam os democratas e os Clinton.

Entre esses clientes, contam-se, principalmente, os grandes monopólios da indústria do tabaco, que têm razões de sobra para odiar os Clinton. Existem conflitos de interesses, aqui, como se compreende, mas Starr ultrapassa-os sem dificuldades. Quando, em 1993, entrou para a firma de advogados Kirkland & Ellis, o seu salário passou para um milhão e seiscentos mil dólares anuais. A sua estabilidade financeira está garantida. Mas porque mantém secretas ambições políticas, alia-se a todos os inimigos dos Clinton.

Quando as questões ligadas às finanças do presidente e de sua esposa começaram a ganhar espaço nos jornais, Starr interessou-se imediatamente. A firma «Whitewater Development Company» na qual o proprietário do Banco Madison Guaranty Savings & Loans era accionista, falira em condições pouco esclarecidas. Por seu lado, o Banco em questão, que, como já referimos, pertencia aos McDougals, tivera negócios com os Clintons. Havia matéria, em tudo isto, para os republicanos conhecerem melhor o odor da lama, e eles, como se sabe, não hesitaram. Deram a bandeira a Kenneth Starr, um homem que já tinha trabalhado na Casa Branca, de Ronald Reagan, para o advogado particular deste, William French Smith, que foi «Attorney General» (Ministro da Justiça dos Estados Unidos).

Certas fontes de apoio de que Kenneth Starr beneficia, a

«Lynde and Harry Bradley Foundation», a «Free Congress Foundation», a «National Empowerment Television», a «Landmark Legal Foundation», o «Institute for Justice», são organizações conhecidas por fornecerem apoio a tudo e a todos desde que hostilizem os Clinton. Foi a «Landmark» quem deu a mão à «Resolution Trust Corporation» quando esta começou a «cantar» pedindo uma investigação aos laços que haviam ligado os Clinton ao «Madison Guaranty Savings & Loans», mesmo antes de William Clinton ter sido eleito presidente dos Estados Unidos.

Kenneth Starr senta-se, igualmente, nos cadeirões da direcção da «Washington Legal Foundation», uma organização ultraconservadora, para não dizermos fascista, e que recolhe fundos da indústria do tabaco. Tem lugar, igualmente, entre os grandes nomes da John M. Olin Foundation cujo dirigente máximo não é outro senão Frank Fahrenkopf que foi presidente do Comité Nacional do Partido Republicano nos dias da presidência de Ronald Reagan. Starr é advogado particular e especial de nada menos de 31 clientes, entre os quais, como já se disse, a indústria do tabaco praticamente em peso que faz donativos importantíssimos ao Partido Republicano. Segundo o «Wall Street Journal», é o mesmo Starr quem define a estratégia e assina os requerimentos por conta de um grupo de advogados que representa quase todas as grandes companhias daquela indústria.

Querem a cabeça de Hillary

Não se sabe, ainda, como é natural, quais as consequências finais das investigações de Starr. Mas já o 8.º Circuito do Tribunal de Apelações lhe confirmou autoridade para investigar todos e quaisquer crimes federais que se tornem aparentes enquanto os seus serviços examinam os negócios dos Clinton e seus associados. Como resultado dos draconianos poderes do investigador Starr, o presidente dos Estados Unidos e a sua esposa encontram-se cada vez mais perto do terrível escândalo e da esmagadora hecatombe que aquele lhes está a preparar. Por enquanto, todavia, Starr escolheu mover-se na periferia do caso «Whitewater» e escolheu Webster Hubbell como primeiro bode expiatório, um antigo colega de Hillary Clinton na «Rose Law Firm», cujos clientes defraudou e que se acha a cumprir uma pena de vinte e um meses de prisão. Outros casos da referida periferia são os já referidos envolvendo o governador Tucker e os McDougals, assim como o dos banqueiros de Perryville, Arkansas. Starr, espera poder utilizar os acusados em todos os casos periféricos como testemunhas demolidoras contra os Clinton, quando o momento adequado chegar.

Toda a equipa do temível e famoso acusador público parte do princípio de que o caso «Whitewater» ganhará importância igual na vida e na política dos Estados Unidos ao do inesquecível caso «Watergate» que deu lugar à destituição do presidente Nixon. Um dos mais altamente colocados membros da equipa de investigadores de Kenneth Starr disse que as possibilidades de acusação formal criminal contra Hillary Clinton são, por agora de, pelo menos, «fifty-fifty». Teria a mulher do presidente, com conhecimento de causa, violado as leis que regulam o sistema bancário e dos impostos como administradora dos investimentos do casal Clinton na empresa conhecida como «Whitewater Development Corporation»? Teria Hillary Clinton, ela própria uma advogada de enormes recursos, tentado obstruir o curso da justiça para esconder as práticas presumivelmente ilegais de que vai ser acusada?

Os americanos vão viver mais um capítulo negro na sua história. Pressentindo que o curso dos acontecimentos se lhe mostra favorável, já o medíocre Bob Dole grita: «Bill Clinton convida o povo americano a perguntar se pode ser tido como um presidente de confiança. Por mim, quero ser presidente porque pretendo devolver a integridade ao nosso governo.»

(1) Foi nomeado por um comité de três juizes, em Agosto de 1994: David Sentelle, um protegido dos ultraconservadores da Carolina do Norte e, em especial, do notório senador Jesse Helms; Joseph T. Sneed, outro ultra do 9.º Circuito cujo lugar deve a Richard Nixon; e John D. Butzner, o único democrata no comité mas um homem já com 78 anos que pertence ao 4.º Circuito.

O cargo de «Independent Counsel» foi criado em 1978.

(2) Formado em Ciências Políticas pela «Brown University» e em advocacia pela escola conhecida como «Duke», altamente especializada. Trabalhou no Supremo, com Warren Burger; foi juiz no Circuito do Tribunal de Apelações e Advogado-Geral do governo americano durante a Administração de George Bush; há 30 anos, este homem de leis americano vendia bíblias porta-a-porta.



PONTOS CARDEAIS



A lógica dos ricos

O famoso «G-7», o grupo dos sete países capitalistas mais ricos, reuniu-se na cidade francesa de Lyon para mais uma cimeira. A maior novidade agendada para este encontro era a proposta, defendida pelo presidente francês Jacques Chirac, da venda de algumas reservas de ouro do Fundo Monetário Internacional (FMI) visando financiar um plano de redução da dívida dos países em vias de desenvolvimento. Todavia, a «novidade» em

breve se sumiria sem deixar rasto. Os dias da cimeira foram decorrendo e o assunto que se impôs na discussão foi o do «combate contra o terrorismo», matéria que os EUA lançaram a todo o comprimento da mesa com a «ajuda» do atentado contra a base militar norte-americana, ocorrido nesta altura na Arábia Saudita. Foi um alívio para toda a gente, encontrar assim tão factual ponto de convergência. E foi vê-los, aos sete mais ricos do mundo, muito unidinhos nessa magna questão de reforçar a luta contra o

terrorismo, passando por cima de bagatelas - aliás, agendadas - como a resistência da Europa capitalista à lei Helms-Burton (uma iniquidade dos EUA que, pura e simplesmente, ameaça aplicar «sanções» a todo e qualquer país que comercie com Cuba), ou a situação na Bósnia e na Rússia. Quanto à venda de ouro do FMI para aliviar um pouco o estrangulamento que o chamado Terceiro Mundo vê agravar-se há décadas em consequência da exploração desenfreada dos seus recursos por este mesmos «G-7», nem foi preciso os EUA fazerem, aqui, o papel de maus da fita: a Alemanha encarregou-se do caso, rejeitando liminarmente a venda de ouro do FMI para ajudar os países em vias de desenvolvimento. Ah! Mas o «Terceiro Mundo» não ficou de mãos a abanar: recebeu, em compensação, mais uma enxurrada de belas palavras e melhores intenções dos senhores da economia mundial. E, ao que consta, totalmente grátis.

Chumbos e fraquezas

Quem ouvisse Marcelo Rebelo de Sousa discretear, há um ano atrás, sobre o que os líderes políticos deviam fazer ou não fazer e as severas notas que atribuía a quem não se comportava de acordo com os seus critérios, nunca pensaria que, uma vez chegado à liderança do seu partido, passasse por tantos e tamanhos apuros. Uns riem-se e repetem «este gajo nunca me convenceu». Outros juntam as cambalhotas da regionalização e do referendo com os processos disciplinares do totonegocio e sentenciam: «este professor já está chumbado». Talvez não seja tanto assim, mas é o feitiço contra o feiticeiro, que abriu a época da caça no PSD. Sensibilizou-nos, no entanto, um juízo que veio a público, segundo o qual a maior fraqueza de Marcelo é não ter políticas alternativas às de Guterres. E isto porquê? Porque Guterres está a fazer, no essencial, a política que o PSD faria. É por isso que fraqueza de Marcelo não representa força de Guterres... Já se viu onde esta política levou Cavaco Silva...

Ah, leão!

Entretanto, quem já pôs a cabecinha de fora convencido que está outra vez com força foi Pedro Santana Lopes, certamente já recuperado do

«empobrecimento» que a passagem pela direcção do Sporting lhe fez entrar pela porta dentro, à ordem de mil contos por mês de défice. Olhando Marcelo Rebelo de Sousa como um gato espreita o pássaro na gaiola, o azougado Lopes acusou o não menos azougado Marcelo de ser «a única pessoa sem autoridade para processos [aos pêpêds que votaram a favor do «totonegocio»], porque passou anos a contestar as ideias do partido e fez parte das Opções Inadiáveis, que votaram contra Sá Carneiro na Assembleia da República». Ah, leão! Quando eles começam a cair é que é dar-lhes!

O fascínio do alcatrão

Ai se os governantes morressem pela boca como o peixe!!! Quem não se lembra das críticas de Guterres e de toda a «nova maioria» à demagogia das auto-estradas seguida pelos governos de Cavaco Silva, até lhe chamaram a «política do alcatrão»? Quem não se lembra também da chacota que os líderes do PS, então na oposição, fizeram do programa de férias para a terceira idade lançado pelo último governo do PSD, já no seu período derradeiro? É claro que nos dois casos o PS de então tinha razão e não dizia mais do que o PCP tinha dito. A questão não é das boas estradas que são necessárias. Mas da propaganda das auto-estradas com fortes financiamentos comunitários, que o país paga duramente de outras maneiras, e que serviu a Cavaco para disfarçar o fracasso da sua política económica e o desastre da sua política social. A questão também não é que haja um esforço para proporcionar melhores condições para os idosos terem férias, isso é justíssimo. Mas da demagogia de um «programa de férias para a terceira idade», que, como a experiência mostrou, só visava tapar as graves insuficiências da política laranja em relação aos idosos, a começar pelas irrisórias reformas e pensões. O que espanta é que, até nesta gasta demagogia, Guterres venha imitar Cavaco, como acaba de fazer com o seu «governo em diálogo» por terras do Minho. Será o fascínio do alcatrão ou - como dizem os detractores... - andar já Guterres em campanha eleitoral?!...

PONTOS NATURAIS

Leituras de Verão

Aproveito as férias para pôr a escrita em dia. Que às vezes passa por repor em dia algumas leituras dos tempos em que eu tinha todo o tempo para ler. Como isso vai longe...

Este ano regresssei às «Memórias de um caçador de elefantes», de João Teixeira de Vasconcelos. Impressionou-me sobretudo o passo de gigante que demos em apenas meio século: de como o homem, destruidor da natureza, se transformou em protector dela! O encanto de uma leitura cheia de actos corajosos de matar em barda elefantes e leões, transforma-se em tristeza. O que dantes era adesão, agora é recusa. Ainda falta andar muito, mas o diferente que sou, do leitorzinho que era, enche-me de esperança na salvação do mundo. Vejam se hoje alguém se atreveria a escrever como Teixeira de Vasconcelos. Outros tempos!

M.C.

Avistei uns hipopótamos. Aqueciam-se deitados numa pequena ilha de areia, situada no meio do rio. Visei um deles que mergulhou ferido de morte. Instantes depois voltou à superfície, flutuando de pernas para o ar. Era mais um companheiro de viagem. Noutro pequeno areal, matei outro hipopótamo. Consegui matar ainda um terceiro, antes de atingir, à tadinha, o povo de Suá-Iconiba.

No princípio de 1916 inicie as minhas caçadas, matando sete elefantes.

O macho, como que desconfiado, voltava frequentes vezes a cabeça para trás. A certa altura, mostrou-me o flanco descoberto. Apontei ao coração e desfechei. O monstro não caiu, antes se voltou para mim, deu o grito de guerra e carregou. (...) o tiro vingativo parte, o monstro baqueia e cai estrondosamente no solo.

Um silvo agudo cortou o espaço. Era com certeza uma jibóia. Os meus pretos cercaram-na, atirando-lhe pedras e obrigando-a a sair do capim. Disparei-lhe dois tiros. Quebrei-lhe a espinha. A jibóia, incapaz de avançar, apenas se ergueu para mim.

Morta e jibóia, da qual conservo a pele como troféu, banhei-me deliciado nas águas frescas do ribeiro.

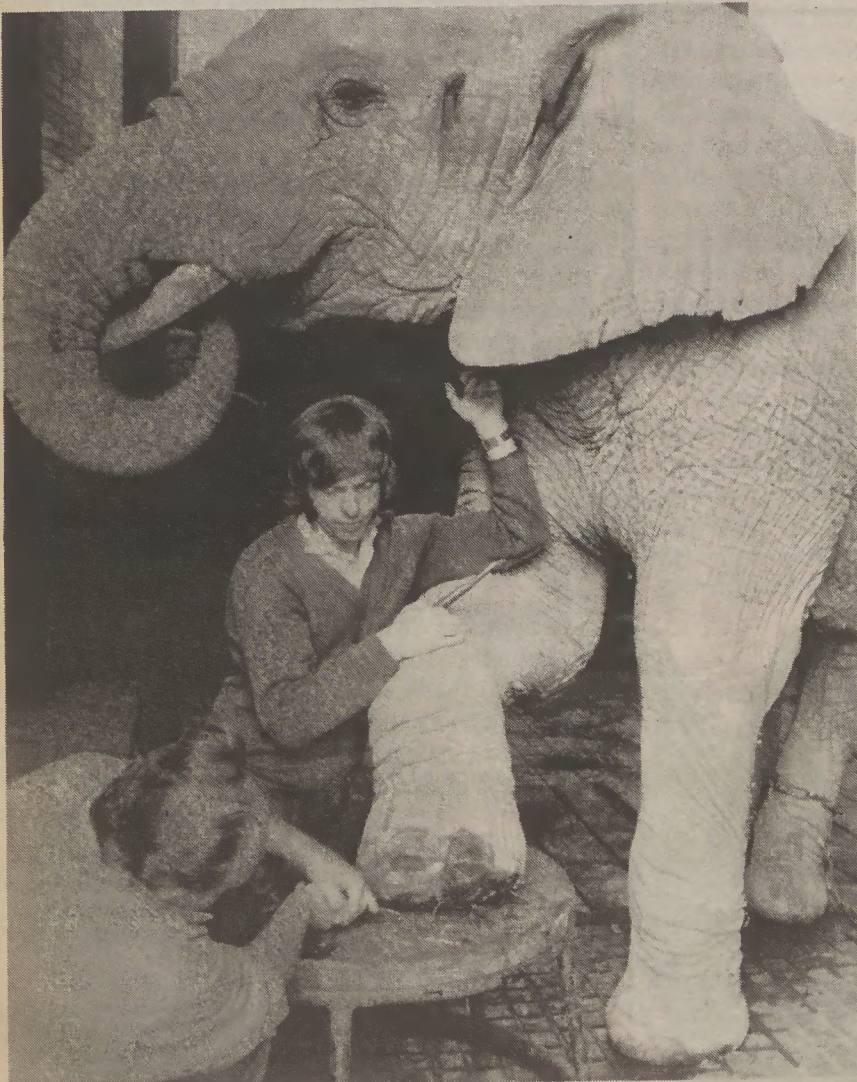
Certa ocasião, seguindo as pegadas de um elefante, avistei um búfalo. Mas o pacaço afastou-se e pude matar então o elefante.

O soba perguntou-me, com a maior seriedade, se eu estava resolvido a exterminar todos os elefantes, pedindo-me que deixasse alguns para criação.

Fui tão feliz que, no espaço de um mês, matei dezasseis elefantes.

Mário Castelhano

Apenas lhes aproveito os dentes que exporto para a Bélgica, por ser o melhor mercado.



AGENDA

Pinhal Novo
Pç. da Independência

XVII Festa Amiga

5, 6 e 7 de Julho

Sexta-feira, 5

- 20h30 Abertura
21h30 Marchas Populares da «Pluricoop» e Bairro Andrade»
22h00 Variedades com António Serrano, Ruben André, Rodrigo Manuel
23h00 Baile com o conjunto «África Jovem»

Sábado, 6

- 10h00 Manhã Infantil. Jogos tradicionais
13h00 Almoço no restaurante da Festa Amiga
16h00 Tarde de folclore: Ranchos de Olhos d'Água e da Herd. de Rio Frio
21h30 Música portuguesa com «Os Banza»
23h00 Baile com o conjunto «The Last Moon»

Domingo, 7

- 10h00 Manhã Infantil. Jogos tradicionais
13h00 Almoço no restaurante da Festa Amiga
16h00 Tarde de folclore: Ranchos do Poceirão e da Lagoa da Palha
20h30 Grupo coral «Os Alentejanos» da Baixa da Banheira
22h30 Noite de Música Jovem

Domingo, às 21h30:

Comício com Jerónimo de Sousa

Em Festa!

Caldas da Rainha

O tradicional Mercado-Festa no Parque de Merendas da Mata, uma iniciativa anual da Comissão Concelhia do PCP, realiza-se já no próximo domingo a partir das 9 horas. A venda de produtos agrícolas de qualidade - azeite, mel, queijos, fruta e legumes, vinhos - é mais uma vez um dos grandes atractivos da festa, também animada por jogos populares, venda de artesanato, um almoço de convívio e, a partir das 14 e 30, baile com o "Duo 5 Estrelas"

Vai estar presente Jerónimo de Sousa, que cerca das 15h fará uma intervenção sobre a situação social e política.

Algés

A Comissão de Freguesia de Linda-a-Velha promove no sábado, dia 13, uma sardinhada no Centro de Trabalho de Algés. As inscrições podem ser ali feitas até dia 11.

ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL-CUBA

VIAJE CONNOSCO
16 / 25 DE AGOSTO DE 1996



É REVOLUÇÃO !!



RESERVAS PELO TELEFONE 3857305 * FAX 3857305

Carlos Carvalhas hoje em Almada

Acompanhado pela Presidente da CM de Almada, vereadores e dirigentes do PCP, o Secretário-geral do PCP visita hoje, cerca das 15 horas, naquela cidade, a exposição de Painéis para Santiago, de Rogério Ribeiro, patente na Casa da Cerca. Carlos Carvalhas visitará em seguida as novas instalações do Complexo Desportivo da Cidade de Almada.

JCP



Portalegre

Acampamento Regional da JCP
no Parque do Clube Náutico em Avis
Dias 5, 6 e 7
(Inscrições: tel. (066)26367)

Castelo Branco

II Acampamento «Pela esquerda»
na «Fonte de Concelho», Paul
Dias 18 a 21 de Julho
(Inscrições: tel. (075)25031, fax (075)25032)

Aproveita as propostas da JCP para as férias:

DESCIDA DO GUADIANA

15 a 22 de Julho 1996



Em cooperação
com a UJCE
União dos Jovens
Comunistas de Espanha

TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA COMPLETO

-15.000\$00

(transportes
Lisboa/Mértola e
VR Sto.
António/Lisboa,
alimentação,
alojamento e as
restantes
despesas
associadas ao
programa)

INSCRIÇÕES
NA JCP
- R. Sousa
Martins, nº8
- 1050 Lisboa

ACAMPAMENTO
DA JCP DO
ALGARVE
E BEJA
20 e 21 Julho
VR Santo António



Regiões Administrativas para Portugal DEBATES COM O PCP

No SEIXAL

Sexta-feira, 5, às 21h, na Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, com a participação de Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP

Em LOURES com a Juventude

Sexta-feira, 5, promovido pelo Colectivo de Loures da JCP, com a participação de António Filipe, deputado do PCP: na Loja Municipal (GAJ), às 21h30

Em S. DOMINGOS DE RANA

Domingo, 7, às 15h, no CT de Tires, com a participação de António Filipe

Reuniões e Assembleias

Almada

Plenário da organização de Cacilhas para discussão de questões autárquicas, situação social e política e Festa do Avante!

Braga

Reunião de militantes do PCP das freguesias rurais do concelho de Braga: sexta-feira, 5, às 21h30, no CT de Braga.

Cascais

Plenário de militantes da freguesia para discussão das conclusões da reunião do CC e da participação da organização local na Festa do Avante!

Lisboa

Plenário de militantes da organização da freguesia de S. João: hoje, quinta-feira, às 21h30, na Biblioteca da Junta de Freguesia. Plenário do Sector de Empresas da Cidade, sobre as conclusões da reunião do CC: terça-feira, 9, às 19h15, no CT da Av. Duque de Loulé.

Sintra

Plenário de militantes da freguesia de Queluz, com a participação de Lino Paulo: hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT local. Plenário de militantes de Montelavar e Pero Pinheiro: sábado, 7, às 21h30, no CT de Montelavar.

Viseu

Reunião alargada da DOR Viseu, para discussão da situação política e social e do XV Congresso do PCP, com a participação de Sérgio Teixeira: sexta-feira, 5, às 21h, no CT de Viseu.

Debate em Setúbal

Comunicação Social e «Pensamento Único»

Integrado numa série de debates já em curso («XV Congresso - Diálogos com o PCP»), realiza-se hoje, às 21h30, no Edifício Arrábida, um debate sob o tema «Comunicação Social e 'Pensamento Único'», introduzido pelo camarada Aurélio Santos.

Extensão do Metro à Pontinha, os seus reflexos e as propostas do PCP

- Debate com António Filipe, no Centro de Dia de Reformados da Pontinha (R. S. Mateus - Casa Cor-de-Rosa), dia 8 de Julho, às 11h30.

CDU BRAGA

Encontro de candidatos, eleitos e activistas da CDU de Vieira do Minho para análise da gestão municipal e planificação do trabalho da CDU com vista às eleições autárquicas do próximo ano: sábado, 6, às 21h30, na Junta de Freguesia local.

PASSEIO DAS MULHERES CDU



PIQUENIQUE COM MUITA FESTA
EM VILAR DE MOUROS

BAILE COM O CONJUNTO
MUSIC BAND

E A PARTICIPAÇÃO DE
PEDRO FONTES

7 de Julho de 1996

PARTICIPA NESTA GRANDE
INICIATIVA

Preço 1.500\$00

TRÁZ O TEU FARNEL

TELEVISÃO

Quinta, 4

CANAL 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.35 Herman Total
16.00 Infantil/Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
22.00 32ª Corrida TV
00.05 24 Horas
00.20 RTP/Financial Times
00.30 Ténis: Torneio de Wimbledon
00.45 Ciclismo - Volta à França
00.55 O Judeu
(de Scott Rosenfeld, EUA-1993, com Joe Mantegna, Anne Archer. Drama)

TV2

16.30 Ciclismo - Volta à França
17.30 Notícias
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.35 Caderno Diário
18.50 Magazine «Ver Artes»
19.35 TV Nostalgia: «Colditz»
20.30 A Última Fronteira
21.00 «Watergate»
22.00 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Cidade Mágica
(de William A. Wellman, EUA-1947, com James Stewart, Jane Wyman. Ver Destaque)
00.45 Planeta Música: «Extreme Africa»

SIC

10.30 Dias Felizes
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Ponto de Encontro
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Trapaalhães
22.30 Marina, Dona Revista
23.30 Grande Reportagem
00.35 Último Jornal
00.50 Verdes Anos
01.50 Sonhar Acordado
02.30 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Ninho de Cucos
21.30 Martin
22.00 O Veredito
(de Sidney Lumet, EUA-1982, com Paul Newman, Charlotte Rampling. Ver Destaque)
00.20 TVI Jornal
00.50 Fora de Jogo
01.00 Jornal do Mundo
01.30 A Balada de Hill Street

Sexta, 5

CANAL 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
14.30 Quem é o Quê?
15.50 Infantil/Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 A Mulher do Sr. Ministro
22.45 Stargate
(de Roland Emmerich, EUA-1994, com Kurt Russel, James Spader. Ver Destaque)
00.45 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.25 Ciclismo - Volta à França
01.35 As Golpadas da Política
(de Tom Bussman. Gr.Br.-1986. Ficção Política)

TV2

15.00 Desporto
17.30 Notícias
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.05 Caderno Diário
18.50 Máquinas
19.50 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
20.30 A Par e Passo
21.05 Grandes Viagens de Comboio
22.00 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Amêçã
(de Edgar G. Umer, EUA-1948, com Zachary Scott, Martha Vickers. Ver Destaque)
00.55 Planeta Música: «Night Music»

SIC

10.30 Dias Felizes
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Verdes Anos
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Malucos do Riso
22.30 Sim ou Não
23.30 A Noite da Má Língua
00.35 Último Jornal
00.50 Playboy
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 Ânima de Viver
00.20 TVI Jornal
00.50 Fora de Jogo
01.00 Booker

Sábado, 6

CANAL 1

08.00 Sempre a Abrir
12.15 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Top +
14.30 Up With People
15.25 Beverly Hills
16.25 Chefe, Mas Pouco
16.55 Jovens Cowboys
18.00 86-60-86
18.50 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
21.00 Primeiro Amor
21.50 Parabéns
00.25 24 Horas
00.40 Ténis: Torneio de Wimbledon
00.55 Ciclismo - Volta à França
01.05 Sem Defesa
(de Martin Campbell, EUA-1991, com Barbara Hershey, Sam Sheppard. Ver Destaque); 02.45 Casado com Todas (Comédia)

TV2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Fórum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Desporto 2
19.05 79 W
19.35 O Homem que Perdeu a Sombra
(de Alain Tanner, Suíça/Fr.-1991, com Francisco Rabal, Angela Molina. Ver Destaque)
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.35 Figuras de Estilo
23.35 Bailado: Celebrando Balanchine (II)

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.10 Malhação
15.10 Portugal Radical
15.40 A Leste do Paraíso
16.30 Médicos Sem Fronteiras
17.20 Justiça Negra
18.10 Sessão Aventura
20.00 Jornal da Noite
20.45 Donos da Bola - Diário do Europeu
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.05 Último Jornal
01.20 Mike Morreu
(de James Bridges, EUA-1967, com Debra Winger, Paul Winfield. Drama)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.15 Troféu Carina
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Ténis
16.00 Capas Negras
(de Armando Miranda, Port.-1947, com Amália Rodrigues, Alberto Ribeiro. Comédia)
18.00 California Dreams
18.30 Os Novos Intocáveis
19.30 Telejornal
20.30 Babylon 5
21.30 Ânima de Viver
23.30 Últimas Notícias
23.50 Piaf e Marcel
(de Claude Lelouch, Fr.-1992. Drama)

Domingo, 7

CANAL 1

08.00 Sempre a Abrir
11.10 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.45 Motociclismo
14.00 Made in Portugal
15.10 Desenhos Animados
15.40 A Luta de um Homem
(de Jeff Blackner, EUA-1994. Telefilme/Drama)
17.20 100% Natural
17.50 Marco Paulo Com Música no Coração
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Enviado Especial
21.15 Primeiro Amor
21.50 Domingo em Cheio
23.05 24 Horas
23.40 Ciclismo - Volta à França
23.50 Quarto Escuro
(de Paul Harmon. Austrália-1982. Melodrama)

TV2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade - «Faia»
11.50 Euronews
13.00 Coleção Platinum
14.00 Desporto 2
19.35 Bombordo
20.15 Planeta Música
22.05 Artes e Letras - «Contos da Ópera» (3)
23.15 Três Espelhos
(de Ladislav Vajda, Port-1947, com João Villaret, Paola Barbara, Carmen Dolores, Raul de Carvalho. Policial)
00.35 Tauromaquia

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.15 Malhação
15.25 Bruce Lee
15.55 O Guarda-Costas
16.55 Walker, o Ranger do Texas
17.50 Desforra Apache
(de Michael Winner, EUA-1972, com Charles Bronson, Jack Palance. «Western»)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Vira Lata
22.00 Pensão Estrela
22.30 Que Paródia de Férias
(de Harold Ramis, EUA-1983, com Chevy Chase. Comédia)
00.35 Último Jornal
00.50 O Último Apache
(de Robert Aldrich, EUA-1954, com Burt Lancaster, Jean Peters. Ver Destaque)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.10 Automobilismo
16.15 Jovens Cruzados
(de Franklin J. Schaffner, EUA-1986. Aventuras/Infantil)
18.15 Desafios
18.35 Adultos à Força
19.30 Telejornal
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.45 O Companheiro
(de Peter Yates, EUA-1983, com Albert Finney, Tom Courtenay. Ver Destaque)
00.25 Últimas Notícias

Segunda, 8

CANAL 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Vizinhos
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Clubissimo»
15.10 Marco Paulo
16.25 Infantil/Juvenil
17.15 Notícias 1
17.20 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
22.30 Queridas e Maduras
23.00 O Renegado
00.20 24 Horas
00.55 RTP / Financial Times
00.25 Ténis: Torneio de Wimbledon
01.00 Ciclismo: Volta à França
01.25 Tempo de Desespero
(com Jacqueline Bisset, Bryan Dennehy. Drama)

TV2

17.00 Notícias 2
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.35 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.00 Civilizações Perdidas
21.05 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.20 RTP / Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Minha Noite em Casa de Maud
(de Eric Rohmer, Fr.-1969, com Jean-Louis Trintignant, Françoise Fabian. Ver Destaque)
01.40 Planeta Música - Jazz Árias

SIC

10.30 Olimpíadas Radicais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ponto de Encontro
22.40 Justiceiros de Nova Iorque
(de Michael Winner, EUA-1985, com Charles Bronson. Acção)
00.35 Último Jornal
00.50 Flash Back
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Pessoas Desaparecidas
21.30 Lar, Louco Lar
22.00 Uma Mulher e o Seu Passado
(de Mimi Leder, EUA-1991. Drama)
23.55 TVI Jornal
00.25 Fora de Jogo
00.35 Primeira Fila
01.00 Luta pela Verdade

Terça, 9

CANAL 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Lá em Casa Tudo Bem»
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil/Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
21.45 Jogos sem Fronteiras
23.15 Ligações Perigosas
00.20 24 Horas
00.40 RTP / Financial Times
00.45 Ciclismo: Volta à França
00.55 Por sua Conta e Risco
(de Armand Mastroiani, EUA-1994, com Martin Sheen, Lori Loughlin. Drama)

TV2

17.00 Notícias 2
17.10 Huckleberry Finn
17.35 Um, Dó, Li, Tá
18.30 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.00 Civilizações Perdidas
21.05 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.20 RTP / Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Minha Noite em Casa de Maud
(de Eric Rohmer, Fr.-1969, com Jean-Louis Trintignant, Françoise Fabian. Ver Destaque)
01.40 Planeta Música - Jazz

SIC

10.30 Dias Felizes
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buêrére
17.25 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Escrita em Dia
01.50 Edição Especial
(de James L. Brooks, EUA-1987, com William Hurt, Albert Brooks, Holly Hunter. Ver Destaque)
04.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Andrew Barnes
(de Mark Sobel, EUA-1992. Drama)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Os Mistérios de Bill Cosby

Quarta, 10

CANAL 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.40 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP: «Canto Alegre»
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Infantil/Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
18.50 Pedra Sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Todos ao Palco
23.15 Herman Total
00.15 Virus Assassino
01.20 24 Horas
01.45 RTP / Financial Times
01.55 Sem Pecado
(de Fred Olen Ray, EUA-1991, com Joseph Bottoms, Margaux Hemingway. Policial)

TV2

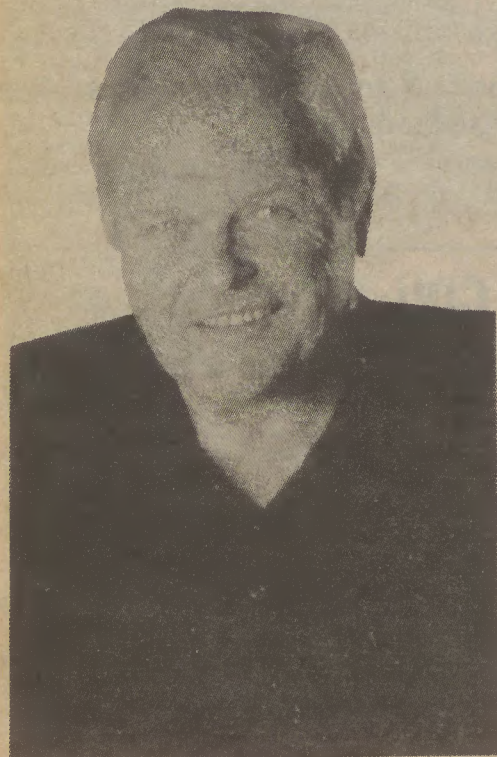
17.00 Notícias 2
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.30 Caderno Diário
18.40 Rotações
19.15 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.00 Civilizações Perdidas
21.05 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.20 RTP / Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 O Joelho de Claire
(de Eric Rohmer, Fr.-1971, com Jean-Claude Brialy. Ver Destaque)
00.35 Planeta Música: «Beat Special»

SIC

10.30 Dias Felizes
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Escrita em Dia
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração + História de Amor
22.00 Barba e Cabelo
22.30 Qusadias
01.05 Último Jornal
01.20 Toda a Verdade
02.20 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
21.30 Competente e Descarada
22.00 O Regresso a Howard's End
(de James Ivory, EUA-1992, com Anthony Hopkins, Vanessa Redgrave, Emma Thompson. Ver Destaque)
00.35 TVI Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.00 Quase Modelo, Quase Detective



Brian Dennehy, um grande actor que «Ninho de Cucos» confirma. À quinta, na TVI



Balanchine, o grande coreógrafo, evocado na RTP2 numa curta série: o seu trabalho na Europa, primeiro, e agora o «período americano». Sábado à noite

Série «de Verão» em todos os canais



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Veredicto (Quinta, 22.00, TVI)

Com um argumento admiravelmente escrito por David Mamet, *O Veredicto* é um excelente filme com Paul Newman na personagem de um advogado em dramática crise de alcoolismo que agarra com ambas as mãos um caso de negligência médica para voltar a afirmar-se como um dos melhores na sua profissão. Um *thriller* que progressivamente se transforma num *drama de tribunal*, com excelentes diálogos e cuidada caracterização das personagens. Para além disso, um par de magníficos actores britânicos - entre os quais James Mason - ajudam a dar credibilidade a uma história que se desenrola nos meios da aristocracia de Boston; mas Paul Newman (brilhantemente dirigido por Sidney Lumet) tem aqui, certamente, uma das suas melhores interpretações.

A Cidade Mágica

(Quinta, 23.10, RTP2)

Com argumento escrito por Robert Riskin, habitual colaborador de Frank Capra, *A Cidade Mágica* conta-nos a história de um especialista em sondagens que descobre que uma pequena cidade do interior é o espelho perfeito das tendências de opinião em todo o país e aí pretende desenvolver as suas investigações, sendo descoberto pelo editor de um jornal que o desmascara. Um filme agradável de William Wellman, com interpretações à altura de James Stewart e Jane Wyman.

Stargate (Sexta, 22.40, RTP1)

Com recepção crítica muito diversa e de sentido contrário, trata-se de um muito recente filme de ficção científica cujas principais qualidades são cumprir a contento a função de entreter através de uma história realizada com a desenvoltura que a indústria põe à disposição do mais hábil, desde que à partida se disponha, como aqui, de um orçamento de 55 milhões de dólares, pois então! Ora hábil e esperto é coisa que Roland Emmerich nunca deixou de ser desde que partiu da Alemanha, onde nasceu, para os EUA onde deu largas à sua especialização em efeitos especiais e truques de computador. Tudo agora ao serviço de uma história que nos fala de uma porta que um grupo de cientistas e arqueólogos por acaso descobre no Egipto e que nos conduz a um outro universo completamente desconhecido... Com Kurt Russell e James Spader nos principais papéis.

Ambição (Sexta, 23.10, RTP2)

Famoso especialista em filmes da série B, o realizador Edgar Ulmer aborda aqui o percurso de um homem extremamente ambicioso que seduz a mulher de um rival para melhor o arruinar, acabando por ser morto por

persegue e procura ameaçá-la, mas que acaba por ser descoberto e neutralizado por um detective que vem em ajuda da advogada. Um *thriller* policial bem urdido, e com *suspense* que baste, para entreter umas horas.

O Companheiro (Domingo, 21.50, TVI)

Um grande actor shakespeariano insiste em continuar a representar, mesmo apesar dos bombardeamentos alemães. O seu camareiro, entretanto, conhece bem as suas fraquezas, em particular as suas falhas de memória... Até que chega a vez da 227ª representação do *Rei Lear*, a qual será fatal ao grande actor... Um filme sobre os bastidores do teatro, muito bem realizado e que constitui um retrato implacável da figura do «monstro sagrado», embora os tiques da representação de Albert Finney, aqui e ali, sejam um pouco insuportáveis.

O Último Apache

(Domingo, 00.50, SIC)

Robert Aldrich, o realizador, aborda aqui a história de um apache, *Massai*, que após a derrota de *Geronimo*, pretende continuar a luta mas é capturado. Fugindo pouco depois, ele acolhe-se à guarida de um Cherokee que o aconselha a retirar-se da luta e a cultivar a sua terra. Mas é denunciado por um traidor que se passara para o lado da cavalaria americana, acabando por fugir de novo. *O Último Apache* é um dos primeiros *westerns* em que a problemática dos índios é tratada de forma mais correcta, tendo como principais intérpretes Burt Lancaster e Charles Bronson (então ainda usando o apelido Buchinsky).

A Coleccionadora

(Segunda, 23.10, RTP2)

Primeiro de um ciclo dedicado pela RTP2 ao excelente cineasta francês Eric Rohmer, *A Coleccionadora* debruça-se sobre o vazio que «preenche» a vida de dois homens que discorrem longamente sobre os seus problemas numa vivenda de Saint Tropez, emprestada por um pintor amigo, onde decidem passar uma temporada. Até que surge uma jovem muito bela cuja principal ocupação é... coleccionar rapazinhos. E é assim que os jogos deste triângulo acabam por vir a entreter o tédio da existência. Como é evidente, o anticonformismo do tema está bastante datado, assim como uma certa «intelectualite» dos diálogos, mas o talento de Rohmer, livre nas suas convenções de encenação tanto quanto «despachada» é a sua principal personagem, sai daqui incólume.

A Minha Noite em Casa de Maud

(Terça, 23.10, RTP2)

Em Clermont-Ferrand, num dia de Inverno, Jean-Louis, um engenheiro, católico, depara numa igreja com uma rapariga que, no entanto, é incapaz de abordar. Vidal, um seu amigo, convida-o a passar a noite de Natal em casa de uma amiga, Maud, uma livre-pensadora e divorciada. Entre os três estabelece-se então uma longa troca de ideias sobre Pascal e sobre a liberdade de escolha e a tempestade de neve e o calor da conversa levam Jean-Louis a pernoitar em casa de Maud - sem no entanto ter a coragem de ceder às suas investidas. Mais tarde, ele acaba por encontrar a jovem da igreja e casar com ela. Até que, cinco anos depois, casualmente,

volta a encontrar Maud na praia e chega então à conclusão que a jovem com quem casara tinha sido amante do ex-marido de Maud... Com um diálogo fascinante e extremamente inteligente, este filme (terceiro dos seis *contos morais* de Rohmer) é admiravelmente fotografado, a preto-e-branco, por Nestor Almendros e foi nomeado para o Oscar do Melhor Filme Estrangeiro, tendo recebido o Prémio do Melhor Argumento Cinematográfico da associação de críticos de Nova Iorque.



Paul Newman, numa cena de tribunal em «O Veredicto», de Sidney Lumet



Albert Finney e Tom Courtenay, intérpretes principais de «O Companheiro», de Peter Yates

Edição Especial (Terça, 01.50, SIC)

Retrato em certos aspectos implacável do controverso mundo da «informação televisiva», este filme de James L. Brooks (que já nos deu, por exemplo, um excelente *Laços de Ternura*) destaca-se pelo aparente tom de comédia com que o realizador analisa esse mundo tão badalado, mas especialmente oculto, em que se movimentam as «vedetas» que todos os dias nos contam as histórias que é suposto termos de acreditar. Tom Grunick (William Hurt) é o famoso *pivot* da informação de uma estação de televisão, bem parecido quanto baste mas um pouco a atirar para o burro... Aaron Altman (Albert Brooks) é, ao contrário, um brilhante jornalista e repórter mas incapaz de deixar de suar e ter péssima postura perante as câmaras, sendo afastado dessa tarefa. E Jane Craig (Holly Hunter) é uma jovem e dinâmica editora de noticiários, cujo coração balança entre os dois, naturalmente atraída pelo encanto irresistível do primeiro mas consciente de que é a inteligência do segundo que mais terá a ver consigo. Entretanto, a história não resolvida deste «triângulo» é apenas um dos aspectos de um filme que nos fala das guerras entre estações de televisão, da batalha das audiências, dos «horários nobres» e de tantas outras coisas - e, ainda, da manipulação dos sentimentos, admiravelmente desmascarada através da descoberta da montagem do plano com a lágrima! - ou seja, coisas que, por um lado, nos levam a sorrir e, por outro, nos devem fazer reflectir no nosso próprio quotidiano televisivo.

O Regresso a Howard's End

(Quarta, 22.00, TVI)

Admirável filme de período e exemplo maior da arte cinematográfica britânica (aqui longe do academismo que, nos piores casos, não deixa de ser justo associar-lhe) *Howard's End* é um filme apaixonante, impecável em todos os domínios, e recheado de interpretações fora de série, em particular as de Emma Thompson e Anthony Hopkins. Um filme com uma brilhante realização de James Ivory, em que a sociedade inglesa do princípio do século é retratada com subtileza mas não menor frontalidade e profundidade, quando à superfície afloram os profundos conflitos no seio da estratificada arrumação de classes e em que uma mulher jovem e independente, enfrentando as rígidas convenções sociais vigentes, resolve dar o gripo do Ipiranga. A não perder.

O Joelho de Claire

(Quarta, 23.10, RTP2)

Quem, senão Eric Rohmer, poderia ter inventado um título tão laboriosamente... «programático» como este? A história é fabulosa: um diplomata em férias, diz-se exclusivamente interessado em mulheres com ideias, está mesmo a fim de casar com uma, mas à sua volta, em pleno Verão cheio de luminosidade e ligeirezas, esvoaçam jovens ninfas que lhe entretêm o olhar, sobretudo uma, Clara, cujo joelho se transforma no mais delicioso dos frutos proibidos... Uma encenação subtil e deslizante para uma história (mais um *conto moral*, o quinto) que se vê com o maior dos sorrisos.



Albert Brooks, Holly Hunter e William Hurt, numa cena de «Edição Especial», de James L. Brooks

aquele. Realizado visivelmente com grande falta de meios, o filme não deixa de nos mostrar a imaginação de Ulmer e o seu talento para a escrita cinematográfica, abordando a história a partir do final para nos dar o seu desenvolvimento num longo *flash-back*.

O Homem que Perdeu a Sombra

(Sábado, 19.35, RTP2)

Neste filme do realizador suíço Alain Tanner, uma co-produção da Espanha, Suíça e França, estamos perante quatro personagens - um jornalista e a sua mulher, uma antiga namorada e um velho amigo - que se encontram ao fim de alguns anos para fazer um balanço das suas vidas e, sobretudo, da evolução da realidade que os rodeia. Diz-se que o que está em equação é uma reflexão sobre a chamada crise de identidade do homem actual e sobre o fim das ideologias. *Quod erat demonstrandum*, como diria S. Tomé!

Sem Defesa

(Sábado, 01.05, RTP1)

Uma advogada descobre que um dos seus clientes (que é também seu amante) foi assassinado e procura descobrir o caso. Mas é, ao mesmo tempo, aos olhos dos investigadores, uma óbvia suspeita, tanto mais que não possui um alibi credível. É então que surge o assassino que a



Anthony Hopkins e Vanessa Redgrave, em primeiro plano numa cena de «Regresso a Howard's End», de James Ivory



Aurora Cornu, Laurence de Monaghan e Jean-Claude Brialy, em «O Joelho de Claire», do ciclo que a RTP 2 começa a dedicar ao cineasta Eric Rohmer

Demissão em directo

■ Francisco Costa

«Bom... Paulo Portas está a falar já há sete minutos e não há meio de comunicar se se candidata ou não... portanto nós saímos do Parlamento e vamos voltar lá, caso isso se justifique, mais daqui a pouco...». Com estas palavras, nem mais nem menos, resolvia José Eduardo dos Santos interromper abruptamente a transmissão directa que, tão aplicado, o «Telejornal» da RTP1 estava fazendo da Assembleia da República.

O leitor não viu? Resolveu fugir para a TV Cabo? Então eu conto...

Foi na passada segunda-feira. Com aquela facilidade com que se vem para a praça pública tratar dos problemas políticos que devem ser resolvidos em casa, o ex-jornalista e actual deputado do CDS/PP, Paulo Portas, tendo-lhe chegado a mostarda ao nariz e achado que era demais, resolveu vir a terreiro e convocar uma conferência de imprensa para uma sala que expressamente requisitou na Assembleia da República, ali fazendo saber que, para já, para já, pedia a demissão da Comissão Política do partido.

Ora o problema não é que ele, Paulo Portas, tenha resolvido o que resolveu. É lá com ele e com o Manuel Monteiro. Com todo o respeito, que lhes faça muito bom proveito. O problema é que o tenha feito não apenas como uma decisão política naturalmente reflectida e com timings e consequências a prazo que se percebem devidamente estudadas mas, acima de tudo - e mesmo que antecipadamente comunicando-a ao órgão de direcção política em questão - como um acto eminentemente mediático, estudado para a hora dos telejornais, já que antecipadamente ele sabia ir colher os favores do canino servilismo de todos os órgãos de comunicação social, à primeira vista ávidos de sangue e de intriga, mas no fundo necessitados de ocupar a antena com tudo o que tenha a ver com os jogos de poder e os tráficos de influência da grande burguesia (mesmo os mais complicadamente contraditórios) assim arranjando assunto para poderem ir rodeando e disfarçando o inevitável encarar dos gravíssimos problemas nacionais que verdadeiramente preocupam o povo. Só assim se explica que, entre sete minutos e meio e cerca de dez minutos (nos casos-limite da RTP1 e da TVI) três canais de TV estivessem em directo a transmitir a dita conferência de imprensa, coisa jamais vista, até agora, a este propósito, na televisão portuguesa e que representa uma escalada de intoxicação sem precedentes!

Mas o que mais indigna é que Paulo Portas se tenha arrogado o direito de vir abusar dos favores que antecipadamente sabia ir colher junto da comunicação social - dando ao mesmo tempo de barato que os portugueses tivessem de ouvir-lhe um estendal de mágoas e despeitos - e resolvesse começar a ler páginas e páginas de um texto que, pelas minhas contas, deverá ter demorado à volta de 12 minutos bem contados. E o espantoso é que a coisa pegou! Senão vejamos:

Nem tanto ao mar nem tanto à terra...

Claro que ninguém come como boa aquela de a interrupção de José Rodrigues dos Santos ter partido da sua própria cabeça. É óbvio que, a certa altura, passados mais de sete minutos do começo da «declaração ao país» de Portas, as coisas começavam a ser tão insuportáveis que seguramente alguém com um mínimo de bom senso deve ter entrado pela régie adentro e gritado: «Então nunca mais tiram essa m... do ar!?!». Ao que os presentes, mal refeitos do susto, devem ter finalmente compreendido que, mesmo tendo-lhes sido recomendado que era necessário nestes casos não perder o passo em relação à concorrência (a SIC e a TVI estavam, como seria de esperar, em directo),

haveria que disfarçar um pouco - enfim, a RTP sempre é o «serviço público» de televisão... Só isso explica que, reagindo aos berros que lhe fizeram estremecer o auricular, JRS se tenha saído, à laia de desculpa, com aquela de «Paulo Portas não há meio de comunicar se...».

O facto é que, embora disfarçando na primeira investida, a RTP continuou firme para o que desse e viesse e, sempre de olho nos monitores da concorrência, voltou ao «directo» para ouvir Paulo Portas responder numa longa frase (para o lado direito, dele) a uma pergunta da SIC e de novo responder (para o lado esquerdo, dele) precisamente a mesma coisa, agora a uma pergunta de Elsa Marujo, da RTP: ou seja, mais três minutos de antena! Entretanto, haveria, claro, que ouvir as reacções do líder do CDS/PP e era tempo de ligar para o Largo do Caldas. Mas Manuel Monteiro aos maus costumes insistia em dizer... nada! E assim tivemos mais um directo que... não foi notícia!

No meio é que está a virtude...

Já a cobertura da SIC teve os seus pormenores interessantes. Fazendo-se valer da única circunstância que, nos últimos tempos, acaba afinal por constituir o singular traço distintivo entre a actual informação televisiva e aquela que era praticada no tempo da «outra senhora» - a saber, o facto de o Jornal da Noite da SIC continuar a entrar dois minutos antes das 20.00 e de o Telejornal da RTP1 ter passado a entrar às 20.00 em ponto

- José Alberto Carvalho tratou de se antecipar à 5 de Outubro e ligou de imediato para a AR, às 19.59.

Foi daí que Ricardo Costa (no género «escondido com o rabo de fora») lhe retorquiu, inocente: «Não podíamos ser mais pontuais... Paulo Portas está neste momento a entrar na sala...». E Paulo Portas entrava, de facto, na esteira de uma panorâmica da esquerda para a direita e sentava-se, muito grave e circunspecto, com o ar de quem ia dizer coisas extremamente importantes sobre o estado da Nação - e não é que foi esse, precisamente, um dos pontos da comunicação? Esperando, ainda com surpreendente falta de prática, que lhe fizessem sinal, olhava para um lado e para o outro, sobretudo para a direita (dele), claro, onde estava a câmara da SIC. E a solicita voz off de Ricardo Costa, relatava-nos (a nós) confiantemente «Paulo Portas vai agora começar a ler...» e soprava-lhe (a ele) audivelmente «Por mim (sic) pode começar... Pode começar...».

E ele começou. E, na SIC, a primeira dose foi de oito minutos, um pouco mais que na RTP, mas prudentemente menos que na TVI. Até que José Alberto Carvalho, como é seu hábito, menos ofegante e mais meigo que JRS, surgiu a dizer que a conferência de imprensa «prolongava-se muito para além do que inicialmente estava previsto» (afinal, havia algo que estava inicialmente previsto, ou seja combinado) e, assim, iriam ligar (adivinharam!) ao Largo do Caldas para ouvir reacções de Manuel Monteiro.

(Claro que, num parêntesis, aqui entre nós, não é de excluir que a interrupção de JAC tivesse também algo a ver com a invasão de um «outro alguém», entrando pela régie de Carnaxide e berrando - adivinharam outra vez! - «Então nunca mais tiram esta m... do ar?! Não vêem que os outros gajos já ligaram para o Caldas?!»)

No Caldas, estava António Cancela: que não, que ainda não havia reacções, que Monteiro era esperado a todo o

momento para reagir, tinha-se aliás comprometido (então, como é, também ele tinha combinado?), mas até agora... nada! - mais um minuto e quinze.

Não faz mal. Temos aqui uma peça sobre «o trajecto de Portas, do jornalismo para a política e da amizade entre Portas e Monteiro», como de costume mais bem trabalhada e até, se possível, mais comprida que a da RTP - mais um minuto e quarenta e cinco. Agora sim, agora talvez Portas vá dizer se se candidata, vamos ligar à AR, segunda dose da conferência de imprensa - mais três minutos e quarenta e cinco, sem que a cruel dúvida fosse esclarecida. E depois, mais uma, mais duas ligações ao Caldas para ouvir o líder, que não aparece, que não diz nada, hoje até há um jantar secreto (confidencia Cancela, com falta de assunto), talvez amanhã... Na prática, mais dois directos e, de novo, nada de notícia!

Fade out...

Horas mais tarde, ligando para a TSF, dei comigo a ouvir Carlos Magno - sim, aquele co-autor de um dos programas de pretensa análise política mais dramaticamente hilariantes da rádio portuguesa, tão modestamente intitulado «Introdução à Política»! - a dizer não sei quê, não sei que mais, que Manuel Monteiro era «um produto mediático inventado por certa comunicação social»... Certa comunicação social? Acaso Carlos Magno, com a candura de quem grita «agarra que é ladrão», quer agora fingir que não faz parte desta comunicação social que assim sistematicamente funciona? Produto mediático? Mas não será precisamente isso que agora se pretende continuar a fazer de Portas? Acham que somos parvos? Já não há vergonha?



ESCAPARATE

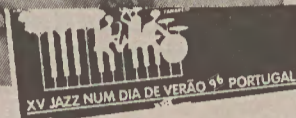
JAZZ

O «XV Estoril Jazz» é... em Belém

Em época de Festivais, também o Jazz tem o seu primeiro desta temporada. É o habitual «Estoril Jazz / Jazz Num Dia de Verão», este ano na sua 15ª edição, mas que (por motivos de obras de remodelação nos seus habituais recintos ao ar livre em Estoril/Cascais) decorrerá na sua maior parte no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. Para os próximos dias, estão programados os seguintes concertos, sempre às 22 horas: dia 3, a grande cantora Betty Carter, com o seu Trio; dia 4, o «Blue Note All Stars», com Tim Hagans, Javon Jackson, Greg Osby, Kevin Hays, Essiet Essiet e Bill Stewart; o grupo «New Horizon» do saxofonista Bobbt Watson, com o trompetista Terrell Stafford; e dia 6, a Carnegie Hall Jazz Band, sob a direcção de Jon Faddis. Depois de alguns dias de pausa, no dia 10, será a vez do grupo «Sax Machine», do grande saxofonista Phil Woods.



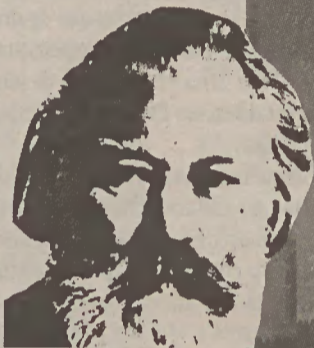
A cantora Betty Carter



CLÁSSICA

Brahms em Sintra

Outro acontecimento cultural tradicional nesta época, agora no campo da música clássica, é o Festival de Sintra que já vai na sua 31ª edição. Da programação desta semana, o destaque vai para a actuação de um grande pianista português e de um agrupamento de câmara. No primeiro caso, Jorge Moyano interpretará obras de Johannes Brahms (*Sonata em Fá Menor, op. 5*) e Frederic Chopin (*Quatro Nocturnos; Barcarola em Fá Sustenido Maior, op. 60; e Polaca-Fantasia em Lá Bemol Maior, op. 61*); quando ao European Soloist's Chamber Music Ensemble, constituído por Marco Rizi e Peter De Vries (violinos), Massimo Mazzeo (viola), Jacopo Scalfi (violoncelo),



Hervé Joulain (trompa), Andrei Samisonov (clarinete) e Wladimir Mischuk (piano), será também Brahms o compositor escolhido: dele serão ouvidas obras de câmara, em dois programas diferentes a interpretar no dia 7, às 18 horas, na Quinta do Vinagre, e no dia 8, às 19.30 horas, no Palácio Nacional de Sintra.

XADREZ

DLXVII - 4 DE JULHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X028
Por: NICOLÁS ROSSOLIMO
Shakmatny Listok, 1927

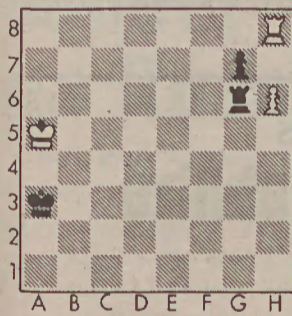
Pr.: [3]: Pg7 - Tg6 - Ra3
Br.: [3]: Ph6 - Th8 - Ra5

Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXVII

Nº 1996X028 [N. R.]: 1. Th7+!, Rf6; 2. Tf5+, Rf5; 3. é4+, Rf5; 4. d4+, R-; 5. Cc6/Cd5+ e g.

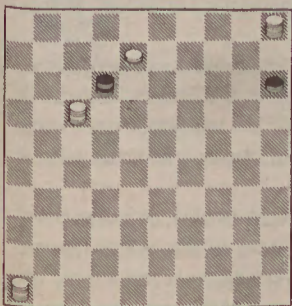
A. de M. M.



DAMAS

DLXVII - 4 DE JULHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D028
Por: JACQUOT
L'Effort, Nº 159, Nov./Dez. 1974

Pr.: [2]: (12)-15
Br.: [4]: (5)-8-(17)-46



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXVII

Nº 1996D028 [L.]: 1. 17-26! (12x3); 2. 46-19!!! (3-9); 3. 5-10, (15-4); 4. 26-3! et 2... (3-203-25); 2. 26-3!!! e+

A. de M. M.

FESTIVAL

Mais 4 Cidades em Festa

Numa organização conjunta de quatro câmaras municipais - as do Fundão, Marinha Grande, Montemor-o-Novo e Vila Real de S. António - começou na passada terça-feira e prolongar-se-á durante praticamente todo o mês de Julho (até dia 27) o primeiro Festival das 4 Cidades, uma ambiciosa realização que, segundo os seus promotores, corresponde às responsabilidades acrescidas que a generalidade dos municípios têm «não só em relação à preservação do património e à criação das infra-estruturas necessárias, mas igualmente no plano da dinamização da chamada "cultura viva"». O programa, extremamente variado, compreende uma mostra do cinema português dos anos 90, com uma selecção de filmes de João Botelho, Pedro Costa, Teresa Villaverde Cabral, Joaquim Leitão, Ana Luísa Guimarães,



Luis Felipe Rocha, João Mário Grilo e João César Monteiro; espectáculos de bailado pela Companhia de Dança Contemporânea, de Maria Bessa e António Rodrigues; representações teatrais, por A Barraca e pelo Centro Dramático de Évora; e ainda diversos concertos musicais onde estão contemplados o Jazz, com o Quinteto de António Ferro ou a cantora Maria Anadon, ou o folclore de Portugal, Brasil e danças tradicionais de Goa e Timor-Leste. Na impossibilidade de aqui dar uma ideia mínima da riqueza do programa, aconselha-se o leitor a dirigir-se às câmaras respectivas para se inteirar da programação local.

CANÇÕES

José Régio cantado

«Cântico Negro» - A Música para a Poesia de José Régio - é um espectáculo que pretende vir a ser disco mas que, desde já, se transformou num recital de canções e poesia. Elaborado a partir de 16 poemas do grande poeta - e afirmando-se «original, na sua forma conceptual, e pelo menos raro no que respeita à abordagem feita à obra de um grande poeta português» - este recital será estreado na sua forma integral no Teatro Circo, de Braga, no próxima sábado, dia 6, e prepara-se para itinerar por todo o país. O seu principal impulsionador é o cantor Ivo, que será acompanhado por Artur Caldeira (guitarras acústica e eléctrica), Firmino Neiva (baixo) e C. Talia (bateria).

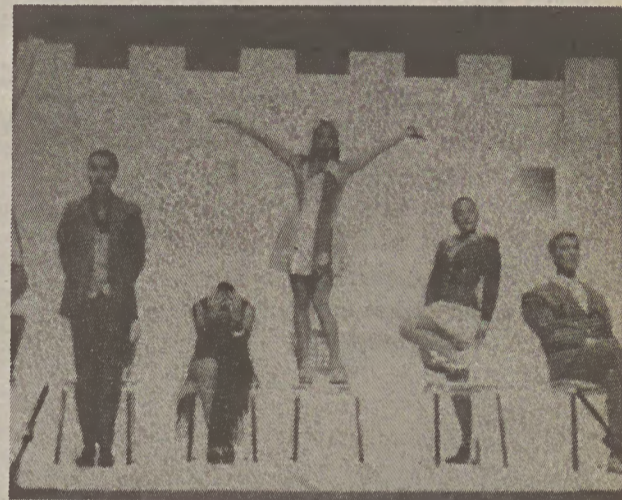
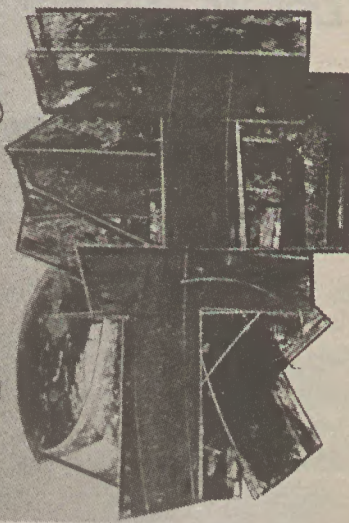


Almada: A Festa do Teatro

Tem início hoje e termina no próximo dia 18 de Julho o 13º Festival de Teatro de Almada, uma realização de enorme prestígio neste campo, tanto em termos nacionais como internacionais. Nos primeiros sete dias deste importante certame, está prevista a realização de treze espectáculos distribuídos por diversas salas, a saber: dia 4, 22 horas, na Escola D. António da Costa, «Três Num Baloço», de Luigi Lunari, pelo Teatro da Malaposta; dia 5, 20 horas, no Teatro Municipal, «Rinoceronte», de Eugène Ionesco, pelo Théâtre La Ronde (Chedigny, França); dia 5, 22 horas, na Escola D. António da Costa, «Salazar-Deus Pátria Maria», de Maria do Céu Ricardo, pelo grupo Cassefaz; dia 6, 17 horas, no Teatro Municipal, «Se Eu Sou Assim», de Angel Cerdanya, pelo grupo «El Sueco» (Barcelona); dia 6, 22 horas, na Escola D. António da Costa, «O Nariz», de Franco Gioglio (adaptação do conto de Gogol), pelo Centro Teatro Studi (Reguza, Itália); dia 6, 24 horas, na Casa da Cerca, «Tristerra», sobre textos de Miguel Torga, pelo Teatro Bruto, do Porto; dia 7, 17 horas, na Escola D. António da Costa, «Lady Aoi, Uma Ópera Noh», de Yukio Mishima, pelo Teater Mu (Ahrus, Dinamarca / Japão); dia 7, 22 horas na Escola D. António da Costa, «Medeia», de Heiner Müller, pelo Teatro Attis (Atenas); dias 8 e 9, 20 horas, no Teatro Municipal, «Fábrica Sensível», de Carlos Porto, pelo Teatro Nacional D. Maria II; dia 8, 22 horas, na Escola D. António da Costa, «O Aumento», de George Perec, pelo grupo Jácara (Alicante, Espanha); dia 9, 22.30 horas, na Escola D. António da Costa, «O Outro», de Miguel de Unamuno, pela Companhia de Teatro Nuevo (Madrid); dia 10, 20 horas, no Teatro Municipal, «A Lição», de Eugène Ionesco, pelo Common Base Theatre (Nova Iorque); dia 10, 22 horas, na Escola D. António da Costa, «Parabéns a Você», de Helder Costa, por A Barraca. Como todos os anos acontece, uma figura ligada ao teatro será homenageada durante o Festival. Este ano, e pela primeira vez, foi escolhida uma personalidade não portuguesa: José Monleon, conhecido crítico e ensaísta espanhol, director do Instituto Internacional do Teatro do Mediterrâneo.

XIII Festival de Teatro de Almada

de 4 a 18 de Julho

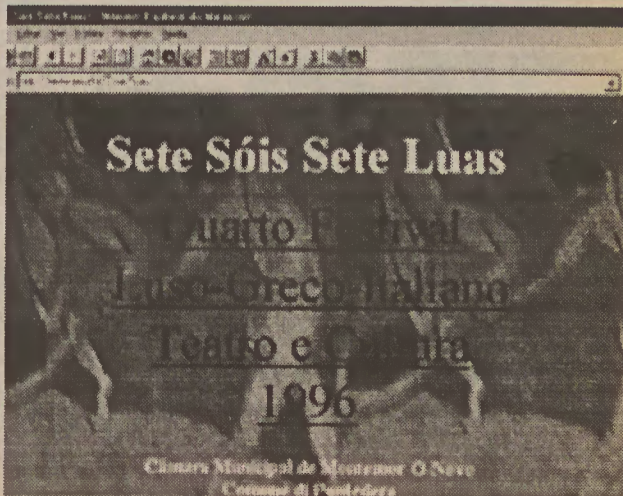


INTERNET

Notícias de um Festival

Que terão em comum, para além do facto de serem personalidades ou grupos do mundo das artes e da cultura, Sérgio Godinho, o Living Theatre, Teresa Villaverde, Michelangelo Antonioni, Maria João e Mário Laginha, Nanni Moretti, Ottavia Piccolo, Aringa e Venturini, a Ronda dos Quatro Caminhos, o Ghetonia, Dimitra Durall e Baraban? Se quiser saber mais em pormenor visite o seguinte endereço: <http://www.pisoft.it/l7sois7luas>. Mas nós poderemos adiantar um pouco mais. Esta página fala-nos da 4ª edição do

Festival Luso-Greco-Italiano de Teatro e Cultura, organizado pelo Grupo Teatral Imagini (de Pontedera, Itália) com o patrocínio, entre outras entidades, da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da Comune de Pontedera. Além desta última cidade, as festividades decorrem, neste mês de Julho, nas cidades de Ponsacco, Terricciola e Bientina, em Itália. Mas, em Setembro, o cinema, o teatro ou a música transportar-se-ão, com armas e bagagens, para Portugal. Voltaremos ao assunto nessa altura!



ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

A noite dos facas curtas

«Admite então que errou?!...», perguntava esta semana um jornalista ao líder do PP.

«Não! Admito é que as pessoas possam admitir que errei!», respondeu Manuel Monteiro, com aquele seu ar de quem não admite coisa nenhuma.

Se uma imagem vale por mil palavras, qualquer boca de Monteiro vale um retrato. Dele próprio. Neste enquadramento ainda vamos com sorte - o rapaz admite que admitamos. Deus lhe conserve a pose, para nossa admissível segurança.

Agora, quando o bando de felinos que depredou o antigo CDS se transformou, finalmente, no saco de gatos em que se esgatanha o PP, será altura de sobrevoar um pouco este ninho de cucos.

Manuel Monteiro chegou ao exaurido CDS à frente de um pelotão de jovens turcos embrulhados na bandeira portuguesa. Recém-formados na escola yuppie do cavaquismo, traziam, na memória, os ressaibos da ordem fascista contra o Portugal de Abril aprendidos numa adolescência pasmada e, na ambição, o projecto de reerguer a Direita à luz do sol lusitano. A maiúscula é deles, os fascinados pelas caixas altas, como em geral acontece a quem delira com cavalarias ainda mais altas. Deuses à procura dum Olimpo, começaram por atirar escada abaixo os dirigentes do CDS bisonhamente reduzidos à insignificância eleitoral de 4% e, perante o gáudio do revanchismo larvar e o encantamento dos patriarcas do velho capitalismo, arrancaram para as lides políticas com espírito de missão.

Adequadamente, o novo líder consubstanciava a imagem necessária ao projecto: um bizarro enxerto de amanuense em propagandista de seita.

Na primeira qualidade - imposta pelas eternas gravatas entaladas em casacos assertoados - resultava algo entre o puído e o arranjado, tão ao gosto da estética fascista da miséria. Apesar dos fatos discretamente diferentes e sempre de qualidade, olhava-se e olha-se para Manuel Monteiro apeteendo enfiar-lhe umas mangas de alpaca até aos cotovelos, para o sentirmos devidamente arranjadinho.

Na segunda qualidade - propagandista de seita - tudo funcionava como em casos que tais: Monteiro, espetando o dedinho autoritário à mensagem, os acólitos, rodeando-o como discípulos iluminados e, claro está, à retaguarda um guru fazendo a despesa das ideias.

Ideias simples, aliás, e que se resumiam a olhar os cidadãos no seu conjunto como filhos de um deus menor, a quem bastava chamar povo de pobres governados para, em nome dele, chamar nomes aos infames governantes. E o que é certo - embora não insólito - é que mais uma vez a trapaça resultou, e o PP viu o baú dos votos atulhar na mesma exuberância com que se encheram os cinemas da seita do Reino de Deus, o que se compreende: não é de monta, a diferença entre o que uns e outros prometem e o que uns e outros realmente pretendem.

Mas a dialéctica tem leis implacáveis, por muito que isso baralhe os incultos e arrogantes. Na direcção do PP, os estragos já começaram, deixando à mostra o que esta rapaziada sempre foi: um aglomerado de ambições pessoais boiando, dispostas a tudo, num caldo de espesso reaccionarismo. O resultado está à vista: menos de um ano depois de ascensão fulgurante, já o lastro da voracidade os despenha.

Nem outra coisa seria esperável destes apologistas da «raça» que, à míngua duma boa «Cavalgada das Valquírias», não descobriram melhor hino que os pinotes dum brasileiro pimba a rebolar-se com o «Bicho».

Daí que a autofagia em curso no PP não passe, afinal e à branda maneira dos nossos costumes, de uma noite dos facas curtas.

Hão-de picar-se todos, mas com pensos rápidos a coisa passa. E podem então ir tratar da sua vidinha, que é afinal o que os move.

■ HC

Acidentes de trabalho Proposta do PCP põe fim às pensões de miséria

Para ontem, quarta-feira, à hora do fecho da nossa edição, o Grupo Parlamentar do PCP tinha agendada a apresentação de dois projectos de lei sobre os acidentes de trabalho, o primeiro incidindo sobre o valor das indemnizações a pagar aos sinistrados de trabalho e, o segundo, procedendo à revisão do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

O projecto de lei do PCP que

procede à revisão do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais estabelece uma sistema de cálculo das pensões e indemnizações por infortúnio laboral a partir do vencimento do trabalhador, o que conduz a um aumento significativo das indemnizações, que são actualmente calculadas, na generalidade, com base em remunerações inferiores às auferidas. O diploma apresentado

pretende ainda a actualização imediata, de acordo com o novo sistema de cálculo, das pensões anteriores ao início da vigência do diploma, pondo termo às pensões de miséria.

Por outro lado, é consagrada a indemnização por danos morais, direito que tem sido negado às vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais. O projecto revoga ainda a tabela relativa às remições das pensões, em vigor

desde 1993, com a qual os sinistrados do trabalho foram esbulhados de milhares de contos. Desta forma, repõe-se a tabela anterior, com efeitos retroactivos.

Segundo os deputados comunistas, as propostas são perfeitamente exequíveis, dados os milhões de contos de lucros das seguradoras e da Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais.



Carlos Carvalhas recebe Pedro Pires

Pedro Pires, ex-primeiro-ministro de Cabo Verde e presidente do PAICV, foi recebido, na terça-feira, por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, num encontro destinado à troca de opiniões sobre a situação nos dois países, realizado no âmbito das relações de amizade entre os dois partidos. Estiveram ainda presentes Sidónio Monteiro, representante do PAICV em Portugal, e Domingos Lopes, do Comité Central e da Secção Internacional do PCP.

Demagogia e combate à toxicodependência

A propósito das declarações do líder do PP, Manuel Monteiro, divulgadas na terça-feira, no sentido de que a aprovação na generalidade de um projecto de lei do PCP visaria despenalizar o consumo de drogas, o Grupo de Trabalho do PCP para as questões da toxicodependência e narcotráfico tornou público o seguinte esclarecimento:

1. É inteiramente falso que o Projecto de Lei do PCP, aprovado na generalidade com os votos do PCP, PS e PEV e com a abstenção do PSD, consagre a «despenalização» do consumo de drogas.

Como se afirma no próprio projecto, o PCP considera que o consumo de drogas, pelas consequências extremamente nefastas de ordem social e para a saúde pública, se deve manter como conduta-alvo de condenação legal pelo que não propõe a sua despenalização.

Entende porém - tal como entende seguramente a esmagadora maioria dos portugueses - que a dissuasão do consumo de drogas e o encaminhamento dos toxicodependentes para soluções de tratamento serão mais eficazes e coerentemente atingidos, se for excluída nestes casos a previsão de penas de prisão e utilizadas em alternativa, outras formas de reacção penal, como a multa substituível por prestação de trabalho à comunidade, a requerimento do conde-

nado, e pelo tratamento voluntário quando se tratar de toxicodependentes. Tanto mais quanto se sabe que a sujeição a penas de prisão de simples consumidores de drogas não contribui para resolver qualquer situação, mas antes agrava todos os problemas.

2. O Grupo de Trabalho do PCP para as questões da toxicodependência e narcotráfico lamenta que o PP, a braços com uma crise interna de enormes proporções, tenha optado pela demagogia e a calúnia.

Na falta de quaisquer ideias próprias sobre o combate à droga, o PP manifesta-se por um comprovadamente ineficaz e cego aumento de todas as penas e não apresenta uma única medida sobre todas as outras políticas com incidência no flagelo da toxicodependência.

3. O PCP, que propõe um conjunto de medidas visando dar resposta à gravidade da situação em que, a este respeito, se encontra a sociedade portuguesa, nomeadamente nas áreas do tratamento de toxicodependentes, incluindo reclusos e da respectiva reinserção social, continuará a defender as suas opiniões e propostas e apela a todas as forças sociais e políticas para uma intervenção coerentes, e tanto quanto possível concertada, com vista à contenção e regressão do flagelo da toxicodependência e narcotráfico em Portugal.

A sociedade da informação

O que vai ser a sociedade da informação é algo que varia bastante consoante as perspectivas que os diversos interesses individuais e colectivos têm acerca dos papéis que pretendem vir a desempenhar nela. O que vai ser a sociedade da informação é algo que vai concretizar-se diferente das diversas visões prospectivas que vão sendo avançadas.

Contudo, é certo que todo o movimento que tem sido desenvolvido em torno do conceito de sociedade da informação tem a ver com transformações fundamentais da vida das pessoas e das sociedades que estão em curso. E essas transformações, já bastante visíveis, ainda estão no início. Estas transformações estão a mudar radicalmente tanto a esfera das comunicações interpessoais como a forma como cada um acede à informação disponível.

O PCP incluiu no seu Programa Eleitoral para a legislatura em curso, dando assim a conhecer a sua posição sobre esta matéria ao povo português, um capítulo relativo à sociedade da informação, em que foram acentuadas como preocupações principais a área da educação, o acesso universal às chamadas auto-estradas da informação e a necessidade de traçar um novo enquadramento legal (garantia de privacidade, direitos de autor num mundo digital, etc.). Além disso, os comunistas têm vindo a colaborar a nível internacional com as iniciativas que sobre esta mesma matéria estão a ser desenvolvidas pelos partidos que integram, com ele, o Grupo de Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

Foi tendo em conta o que acaba de ser referido e porque existe a necessidade de actualizar e aprofundar o conhecimento e o debate sobre estas matérias, que a Comissão para as questões da Ciência & Tecnologia e o Grupo Parlamentar do PCP na AR decidiram promover uma **Audição sobre a Sociedade da Informação**. Para o painel desta audição foram convidadas personalidades que, pelas funções que desempenham, darão certamente um contributo particularmente valioso para o alcançar dos objectivos propostos.

A audição sobre a Sociedade da Informação realiza-se no próximo dia 9 de Julho, terça-feira, na sala D. Maria, na Assembleia da República, com início pelas 17h00.

Erros nos exames JCP responsabiliza Ministério

«Chocante e inadmissível» é como a Coordenadora do Ensino Secundário da JCP qualifica o decurso dos exames nacionais para conclusão de 12º ano que servem simultaneamente para acesso ao Ensino Superior.

Numa nota divulgada na terça-feira, a JCP considera que é de «extrema gravidade» o nível médio de falhas por exame, sobretudo num ano em que foram introduzidas alterações significativas no sistema de acesso ao Superior.

A organização recorda as irregularidades científicas e pedagógicas nos exames de Química, Matemática, Português B e Francês, «capazes de fazer tremer até o anterior Governo do PSD», salientando que o «peso excessivo» destas provas poderá ser decisivo para o futuro de milhares de estudantes.

Para além das inevitáveis «medidas de remendo», os jovens comunistas exigem que o Ministério da Educação assuma as suas responsabilidades devolvendo a confiança aos estudantes, considerando que não bastam as «explicações estatístico-demagógicas», as «erratas intermináveis e pouco pontuais», ou as «instruções via telefónica de efeito tira-nódoas pouco eficazes».

